Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins

GOVERNANTES DA PARAÍBA NO BRASIL COLONIAL (1585-1808).

Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica

2.ª Edição
(revista e corrigida)

João Pessoa - Edições Fotograf - 2007

Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins

GOVERNANTES DA PARAÍBA NO BRASIL COLONIAL (1585-1808).

Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica

2.ª Edição
(revista e corrigida)

João Pessoa - Edições Fotograf - 2007

SUMÁRIO

1. DEDICATÓRIA **7**

2. À GUISA DE EXPLICAÇÃO **9**

3. GOVERNANTES DA PARAÍBA NO BRASIL COLONIAL (1585-1808): REVISÃO CRÍTICA DA RELAÇÃO NOMINAL E CRONOLÓGICA **21**

3.1. SOB A DINASTIA DE HABSBURG (1580-1640) [UNIÃO IBÉRICA] **21**

3.2. SOB O DOMÍNIO NEERLANDÊS (1634-1654) [ESPÚRIO] **57**

3.2.1. PERÍODO PRÉ-NASSOVIANO (1634-1637) **57**

3.2.2. PERÍODO NASSOVIANO (1637-1644) **64**

3.2.3. PERÍODO PÓS-NASSOVIANO (1644-1654) **67**

3.3. SOB A DINASTIA DE BRAGANÇA (1640-1808). **71**

3.3.1. PERDA DA AUTONOMIA DA CAPITANIA DA PARAÍBA E SUBORDINAÇÃO À CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1757) **116**

3.3.2. RESTAURAÇÃO DA AUTONOMIA DA

CAPITANIA DA PARAÍBA (1799) **128**

4. **ANEXO I** - TÁBUA CRONOLÓGICA DOS GOVERNOS **131**

5. **ANEXO II** - AUTÓGRAFOS DE ALGUNS GOVERNANTES DA PARAÍBA COLONIAL **147**

6. ÍNDICE ONOMÁSTICO DOS GOVERNANTES **161**

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **165**

1. DEDICATÓRIA

Aos historiadores da Paraíba, nascidos ou não nesta terra,
que ao longo do tempo deram sua contribuição original,
por menor que tenha sido, para a árdua construção histórica
representada pelo tema ainda inacabado deste trabalho.

2. À GUISA DE EXPLICAÇÃO

Este ensaio, redigido em pleno alvorecer do Século XXI, encerra uma pesquisa histórica calcada em documentos e, na sua essência, trata de fatos, nomes e datas, submetidos à crítica metódica. Quero crer que este tipo de afirmativa pode causar em algumas pessoas um certo impacto pouco atraente, de tal forma que a minha assertiva inicial não prescinde de considerações adicionais que visam o seu embasamento, sua procedência, sua oportunidade e atualidade, mesmo contendo, para não poucos, uma (aparente) obsolescência teórica no tocante à História.

Três foram os motivos básicos que me estimularam a elaboração deste modesto ensaio, quase pontual, porém oportuno e nada fácil de se levar a cabo.

Em primeiro lugar, entendo que o assunto em questão é de utilidade prática diuturna, ao menos para os estudiosos da História da Paraíba, independentemente da Escola Histórica com a qual estejam alinhados.

Em segundo lugar, talvez até por limitação pessoal, não consigo atinar para uma forma de atender aos objetivos aqui colimados, a não ser à luz de um modelo metódico da História.

Por fim, em terceiro lugar, já faz um bom tempo que o tema em análise está a merecer uma revisão crítica em função dos inúmeros elementos documentais ainda não cogitados, os quais podem melhorar, efetiva e consideravelmente, o que se lê em meritórios esforços anteriores nesse mesmo sentido e que contêm contribuição original. Por conseguinte, diga-se desde já que neste ensaio se encontrará muita coisa ainda não

registrada hodiernamente sobre fatos antigos da Paraíba, além de inúmeras retificações em relação ao que já era tido como consagrado, por sua vez, várias vezes repetido por autores tributários daqueles que os precederam. Dessa maneira, não se verá aqui uma mera reprodução ou adaptação de alguns estudos anteriores congêneres, os quais, vários deles de real merecimento por seu esforço e originalidade mas, ainda assim, carecidos de reparos. Adiante-se também que, mesmo após tais reparos, ainda falta muito o que fazer, com relação a este tema na medida em que outras luzes possam iluminar diversos pontos que ainda permanecem na penumbra ou em quase total escuridão.

A idéia de desenvolver este estudo não é de hoje. Há mais de quinze anos venho reunindo pacientemente, para ulterior utilização, inúmeros dados confiáveis, obtidos nas mais diversas fontes impressas ou manuscritas, dentre as quais sobressaem, por exemplo, o **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba** e o **Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa**, além dos manuscritos que existiram no antigo ARCHIVO PUBLICO DA PARAHYBA, cujo documento mais remoto tem a data de 13 de novembro de 1675 e cujo precioso acervo foi cuidadosamente bateiado pelo benemérito garimpeiro da História dessa terra, Irineu Ferreira Pinto, culminando com a publicação das suas **Datas e Notas para a Historia da Parahyba**.

Ademais aquela coletânea de dados que eu vinha reunindo foi ainda mais enriquecida recentemente através dos preciosos textos relativos a um verdadeiro tesouro formado por referências documentais, impressas há pouco, o **Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino** (Seus verbetes estão aqui registrados mediante a cota genérica A.H.U., A.C.L., C.U., 014, cx., doc.). Isto é apenas uma pequena

amostragem das fontes por mim consultadas e ver-se-á, ao cabo deste ensaio, que dentre as 100 indicações bibliográficas arroladas, 97 delas, já devidamente impressas, foram editadas ao longo de um intervalo de tempo que vai de 1584 a 2002.

Permita-me agora o leitor tolerante que eu abra espaço aqui para, em meio àquelas considerações adicionais prometidas, sumariar minha fé-de-ofício autodidata no campo da História, bem como minha natural filiação à Escola Metódica, sem qualquer sentimento de inferioridade ou de superioridade e que tampouco está impregnada de qualquer tipo de preconceito para com as demais Escolas Históricas. Veja-se, pois, em grossas malhas ou largas pinceladas, um pouco de uma longa e apaixonada caminhada pelos campos vicejantes da História.

Há cerca de quatro décadas passei a me interessar de forma mais regular pelo estudo e pesquisa da História do Brasil. Aliás, sempre gostei da História do Brasil e, em particular, do nosso período colonial. Esse período cheio de incertezas e lacunas é como uma Esfinge a suscitar ou exigir — através da busca de elementos ainda desconhecidos, ao lado de outros já disponíveis — a clarificação dos acontecimentos e o melhor entendimento de um determinado *momentum*, bem como a interpretação confiável do processo histórico em que se inserem. Trata-se de um trabalho que tem por objetivo último a (re)construção da própria História. Isto, sem dúvida, constitui um enorme desafio à inteligência humana, cuja superação só se consegue aos poucos, mas cada pouco conseguido é degustado à saciedade. Afinal de contas, o "bicho" humano não costuma resistir a desafios diante dos quais se sente atraído. Noutras palavras, a concretização bem sucedida da pesquisa histórica é uma árdua iluminação gradual de um cenário que até então estava na penumbra ou na escuridão mas que não deve permanecer ignoto. O desafio do pesquisador da História não difere muito daquele que o médico enfrenta quan-

do, diante de alguns sinais e sintomas, persegue o diagnóstico para escolher o tratamento adequado, nem tampouco é muito diverso daquele com o qual o detetive lida quando, frente a parcos indícios e evidências, precisa resolver um crime intrincado. Quem conhece tais situações sabe do que estou falando.

Pois bem, ao lado da atração que a Medicina despertou em mim desde cedo, a História do Brasil, a seu turno, também a exerceu de forma autodidata mas não menos apaixonada e, no processo de maturação deste último gosto, foi justamente o período colonial aquele ao qual dediquei maior predileção. Os caminhos dessa já antiga, lenta e longa autoformação foram passando por figuras, dentre as mais modernas, como Robert Southey, Francisco Adolpho de Varnhagen (Barão e Visconde de Porto Seguro), João Capistrano [Honorio] de Abreu, João Lucio d'Azevedo, M[anuel]. de Oliveira Lima, Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia, padre Serafim [Soares] Leite, S.J., Sergio Buarque de Hollanda, Pedro Calmon [Moniz de Bittencourt], José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] e José Honório Rodrigues, para só mencionar estes. Embora desde o princípio eu tenha me acostado, natural e subliminarmente, à Escola Metódica da História — e seria curioso que um autodidata da minha geração, com formação médica, procedesse de modo diverso — posso hoje bem perceber a dimensão da contribuição oferecida pela chamada *Nova História*, todavia, não aceito ser rotulado de *positivista*. Aliás, Guy Bourdé & Hervé Martin, em **Escolas Históricas**, afirmam textualmente que "*Na realidade, os adeptos da escola metódica não tiraram a inspiração do francês Augusto Comte, mas do alemão Leopold von Ranke*" e isto reduz aquele rótulo a um lamentável erro, na realidade, algo bem próximo da falsidade ideológica. Para mim, em particular, que também vejo o mundo que me cerca sob uma óptica psicanalítica, aquele rótulo soa como uma pecha. É termo pejorativo com conteúdo preconceituoso. Diga-se já que, em que pese o seu inegável valor, não tenho pendor para

as ciências matemáticas e, até por amor à nossa História, não tenho muita afinidade com a filosofia Comteana. Esta filosofia teve no Brasil, entre seus destacados seguidores, o Tenente-Coronel Benjamin Constant [Botelho de Magalhães], "*doutor em Mathematicas*" e proeminente articulador da nossa "proclamação" da República. O fato é que a filosofia Comteana inspirou o *modus faciendi* da formução desta República. Assim, a "*Republica dos Estados Unidos do Brazil*", nascida de forma um tanto exótica, extinguiu (imediatamente) a denominação do "*Imperial Collegio de Pedro II*" numa estéril tentativa de apagar qualquer tipo de memória do Império na nossa História, substituindo-a por uma mal identificada denominação de "*Gymnasio Nacional*". Como se não bastasse, extinguiu naquele educandário (e, por extensão, em todo o ensino público do País,) a Cátedra de História do Brasil, inserindo esta matéria, de forma evidentemente diluída, na Cátedra de "*Chorographia Universal*", além de introduzir no currículo do curso secundário várias disciplinas pertencentes às ciências matemáticas, supostamente mais importantes para a formação educacional básica da sociedade brasileira do que a História deste País. Enfim, "esconder" o ensino da História do Brasil foi, portanto, uma das primeiras preocupações da nossa jovem República de inspiração Comteana, proclamada sem a participação do povo. Em última análise, sem qualquer oposição ao surgimento naquela época de uma República neste País, por diversos motivos o particular nascedouro da República no Brasil não constitui para mim um dos maiores momentos da sua História, até porque, naquela ocasião, previsivelmente, ela não poderia tardar muito e, em momento mais apropriado, chegaria com bem mais dignidade. A rigor, com relação à essa previsibilidade, a ocasião mais apropriada veio a surgir apenas dois anos depois, em 1891, porém já era tarde.

No tocante à *Nova História*, independentemente das valiosas contribuições que tem oferecido, esta específica expressão não está imune a

uma crítica terminológica, considerando-se que a denominação parece presumir a condição de sucessora e substituidora de uma suposta *Velha História*, porventura ultrapassada e obsoleta. Um tal pressuposto poderia ensejar uma absurda disputa estéril e infantil, já que aquela *Velha História* não está morta e as contribuições de uma e de outra não são excludentes.

Bem mais razoável será acolher ambas as contribuições na medida do seu valor intrínseco e das respectivas necessidades. E o que se diria, então, da *História Narrativa* e da *História Pragmática* ? Por acaso não fazem parte da História ? Se estão excluídas, é preciso avisar a Cícero que a História ficou órfã de Pai e a Pré-História ficou órfã de todos os antecessores de Heródoto até se chegar ao primeiro ancestral do Homem que deixou o objeto do seu pensamento pictografado numa caverna, rememorando na velhice os seus tempos de caçador.

Li certa vez em um texto de um autor da *Nova História* que os antigos cronistas não podem ser enquadrados como autores de História. Humildemente, não posso concordar com essa opinião mesmo porque a *Nova História* não inventou a História e, probalilisticamente, tampouco deverá representar a derradeira ideação sobre a História. Entendo, sim, que os antigos cronistas são os historiadores do seu tempo e, mais que isto, entendo que, partindo de Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio e Tácito, que não foram até hoje aposentados por decrepitude, a História não pode se dar ao luxo estróina de prescindir de nomes, entre tantos outros, como os de D. Pedro (Conde de Barcelos), Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, João de Barros, Diogo de Couto, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis, Garcia de Resende, Pero Vaz de Caminha, Duarte Pacheco Pereira, Duarte Nunes de Leão, Pero de Magalhães de Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, frei Vicente do Salvador, O.F.M., frei Gaspar da Madre de Deus, O.S.B., e frei Antonio

de Santa Maria Jaboatão, O.F.M., os quais, para só citar estes, também não caíram na compulsória. Da mesma forma, Francisco Adolpho de Varnhagen (Barão e Visconde de Porto Seguro), João Capistrano [Honorio] de Abreu, Guilherme Studart (Barão de Studart) e Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia ainda não caducaram. Por sua vez, os lídimos representantes da *Nova História* também não precisarão mais adiante ir bater às portas da Seguridade Social por senectude, frente ao advento de algum ulterior modelo conceitual da História. Aliás, incidentalmente, a investigação histórica hodierna, em especial no que tange à Arqueologia, está lançando mão dos mais recentes avanços tecnológicos e científicos como, por exemplo, a tomografia axial computadorizada e a vídeo-endoscopia. Como, então, deverão ser chamados esses pesquisadores ? *Neo-positivistas* ? *Ultrapositivistas* ? *Pós-neo-historiadores* ? Concluindo esta linha de pensamento, repito que não tenho qualquer preconceito contra qualquer corrente de ideação da História, muito menos contra a *Nova História* que, como concepção, respeito muito, mas não é fácil perceber a intolerância exclusivista, quase "nobiliárquica", de alguns adeptos da *Nova História* que até lembra o fanatismo religioso dos antigos romanos neoconvertidos ao Cristianismo.

Voltando ao ponto de onde me afastei, ao direcionar maior atenção para o nosso período colonial, logo vi a conveniência de também estudar a História de Portugal e essa percepção alargou a campimetria do meu horizonte, adicionando-lhe um antecedente fascinante e útil. Posso até dizer para aqueles que têm esse tipo de curiosidade mas não dispõem de tempo e espaço internos para debulhar os extensos tratados dos diversos autores da moderna historiografia metódica lusitana — entre os quais vale mencionar o respeitável Joaquim Veríssimo Serrão, um dos mais recentes e muito ligado ao Brasil — basta que se saciem com a excelente **Breve Interpretação da História de Portugal** do não menos respeitável António Sérgio [de Sousa].

A propósito, as Ordenações do Reino de Portugal, as Afonsinas, as Manuelinas e, em particular, as Filipinas, geralmente pouco conhecidas, foram de substancial importância na minha autoformação em História, já que estas últimas Ordenações vigiram no Brasil, ao menos em parte, até a segunda década do Século XX. Nessa mesma esteira, também não dispensei o estudo da História Administrativa do Brasil que me ajudou muito.

Quanto à História colonial do Brasil é fácil entender o especial realce que teve para mim a História da Região Nordeste e, mais especificamente, a História do meu Estado, a Paraíba, e nesse contexto me vi a braços, por exemplo, com o estudo do jugo neerlandês em todo o Nordeste brasileiro. Quanto à Paraíba, em particular, além da óbvia razão já assinalada, leve-se em conta que a partir da sua conquista até o domínio neerlandês, ou seja, ao longo do primeiro meio século de colonização, esta terra logrou ser a terceira mais importante Capitania do Brasil depois da Bahia e Pernambuco.

Gradativamente fui me familiarizando com a historiografia da Paraíba a partir da crônica espanhola em versos de Juan Peraza (1584) e da crônica jesuítica denominada **Sumário das Armadas** (1594). Aliás, acerca desta obra anônima, após quinze anos de pesquisas a seu respeito, redigi ao longo de mais cinco anos uma alentada crítica de atribuição em três volumes, contendo bem mais de quatrocentas referências bibliográficas, além de um prefácio do preclaro bibliófilo, bibliólogo e escritor Dr. José [Ephim] Mindlin, mas que, por infelicidade, continua ainda inédita depois de dez anos de concluída, seguramente por razões alheias à minha vontade. Quem sabe, um dia ela será dada à estampa ... Para meu consolo maior, muito antes de mim e com bem mais merecimentos que eu, amargaram a mesma tristeza, de forma absoluta ou parcial, autores do jaez de Pero de Magalhães de Gândavo, Gabriel Soares de Sousa,

Diogo de Campos Moreno, Ambrósio Fernandes Brandão, frei Manuel da Ilha, O.F.M., frei Vicente do Salvador, O.F.M., D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M., Antonio José Victoriano Borges da Fonseca e tantos outros. Como consolo mais modesto, já elaborei mais de quatro dúzias de trabalhos outros que tiveram mais fortuna (, sem trocadilho,) do que aquele.

Fiel a uma velha recomendação de João Capistrano Honorio de Abreu, embrenhei-me adicionalmente na História da Companhia de Jesus no Brasil mas não parei por aí porque compulsei, em menor grau, vários autores da Ordem Carmelita e, em bem maior grau, da Franciscana e da Beneditina, sendo esta última particularmente rica (, inclusive do ponto de vista material,) para a História da minha terra natal. Obras gerais sobre a Igreja Católica no Brasil e sobre a História Eclesiástica da Paraíba também não me passaram despercebidas. Foi ainda de incomensurável valor o estudo da Inquisição no Brasil, não somente pela importância da História dos cristãos-novos e judeus neste País, mas também porque esse estudo encerra multifacetadas vertentes para o conhecimento dos primórdios da nossa História Social. Também não descurei da nossa História Militar.

É quase dispensável dizer que sem a Paleografia meu gosto pela História colonial do Brasil seria pouco mais que um afeto platônico. Além dessa disciplina auxiliar da História, a Genealogia, no seu sentido mais amplo, não apenas a Genealogia Nobiliárquica que também tem seu valor, deu vida concreta às personagens que transitam no meu universo cognitivo da História e também me abriu uma ampla janela para vislumbrar as oligarquias familiares como parte importante da estrutura do poder. Já a Bibliografia será sempre para mim o dileto “dicionário” das obras que preciso conhecer; simplesmente indispensável. Por sua vez, mais cedo do que pensei, a Teoria da História constituiu um ponto de

parada que considero obrigatório para qualquer pessoa interessada em caminhar ao longo dessa senda com um mínimo de embasamento. Por fim, rudimentos de Filologia mostram-se muito úteis para quem manuseia o linguajar hoje inusitado dos textos antigos. Quem não está atento para e familiarizado com a língua portuguesa contida nos textos antigos de mais de dois séculos corre sério risco de não entendê-la adequadamente, incorrendo em graves equívocos bem mais freqüentes do que se pode imaginar. Diga-se o mesmo, por exemplo, a respeito da caracterização tipológica dos documentos oficiais antigos. Neste último caso, no que tange à Paraíba, existe inclusive um particular exemplo de grave erro histórico a se lamentar, o qual vem sendo repetido de maneira sistemática há muitas décadas pelo simples fato de ter faltado a adequada caracterização tipológica de certo documento do Século XVI, de capital importância, o qual só tardiamente, já no final do Século XIX, veio a ser compulsado por estudiosos não familiarizados com aquelas características. A conseqüência natural foi um erro básico em História.

Eis aí, de forma muito breve e superficial, alguns traços marcantes da minha trajetória autodidata como estudioso da História do Brasil, trajetória esta que seguirá em frente até quando eu puder, naturalmente filiado à Escola Metódica e sem preconceitos para com as demais, que é a regra que sempre cultivei.

Isto posto, sem mais delongas, é com a sensação de compromisso cumprido que ponho à disposição do leitor interessado este laborioso ensaio crítico sobre o rol dos governantes da Paraíba no Brasil colonial e ficarei sobejamente recompensado se ele de fato puder ser de alguma utilidade como ferramenta de trabalho que é, a despeito das remanescentes imprecisões ainda não resolvidas, todavia, bem mais próximas da realidade histórica do que muitas “certezas” que correm impressas nalgumas outras relações. Enfim, mal comparando este ensaio a uma pelícu-

la cinematográfica, ele representa tão somente uma sucessão monotemática de "fotogramas" históricos ao longo do tempo, tão fiéis quanto foi possível captar cada uma das cenas aqui arroladas.

João Pessoa, 26 de agosto de 2002 (Revisto em abril de 2007).

Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins *

---

* *Professor Emérito* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pesquisador de História do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (NDIHR/UFPB), Sócio Efetivo do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica (IPGH), Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Cariri Paraibano (IHGC), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande (IHGCG), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Sócio Correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), Sócio Correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), Sócio Efetivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA), Acadêmico Titular da Academia Paraibana de Filosofia (APF), Acadêmico Titular da Academia Paraibana de Medicina (APMED), Acadêmico Fundador da Academia de Letras e Artes do Nordeste Brasileiro - Núcleo da Paraíba (ALANE - PB), Sócio Efetivo da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores - Regional da Paraíba (SOBRAMES - PB) e Sócio Colaborador da Associação Paraibana de Imprensa (API).

3. GOVERNANTES DA PARAÍBA NO BRASIL COLONIAL (1585-1808):REVISÃO CRÍTICA DA RELAÇÃO NOMINAL E CRONOLÓGICA *

3.1. SOB A DINASTIA DE HABSBURG (1580-1640) [UNIÃO IBÉRICA]

- **João Tavares** [interino] - Uma vez firmadas as pazes a 05 de agosto de 1585 entre o elemento colonizador proveniente de Pernambuco e a facção dos índios tabajara na Paraíba, por ordem do Ouvidor Geral Martim Leitão veio a ser edificado a seguir um forte de madeira no cais natural do rio Sanhauá, afluente da margem direita do rio Paraíba, no local denominado pelos mais antigos de porto da "*Canarea*" [ou porto da Canária, referente à vege-

* Pesquisa longamente elaborada à luz de muitas fontes confiáveis, contendo não negligenciáveis retificações às relações já propostas desde o Século XVIII por D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., por Frederico Carneiro de Campos, por Francisco Adolpho de Varnhagen (, revista por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, a qual omite os governantes neerlandeses), pelo Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior], por Maximiano Lopes Machado, por Irineu Ferreira Pinto, por João Rodrigues Coriolano de Medeiros, por Luiz Teixeira da Silva Pinto, por Delmiro Pereira de Andrade, por Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, por José Leal Ramos, por Horácio de Almeida e por Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (ao anotar a obra genealógica de frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M.). Sem presunção, diante do muito que já foi feito até aqui, este rol constitui um avanço, até significativo, mormente na parte relativa aos governantes mais remotos, todavia, nada mais é que um avanço. Por certo poderá ser deveras burilado mediante mais candeias para clarear a trilha aberta especialmente pelos tapejaras mais antigos. Enfim, alerta-se o leitor para o fato de que, máxime nos tempos primevos, a nomeação de um governante não resultava em sua posse imediata (, em termos), que pelas mais diversas razões podia demorar meses ou anos e até jamais acontecer. Ademais, a habitual duração de três anos para uma gestão era apenas teórica; casos há com menos de dois anos e com mais de trinta.

tação ali existente, e não porto da Casaria, expressão generalizadamente divulgada pelos historiadores da Paraíba, que é produto de erro de leitura paleográfica], como bem assinalou Octacílio Nóbrega de Queiroz, membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano [IHGP] (O NORTE, João Pessoa, 03 de novembro de 1972). Tive a oportunidade de conferir aquela oportuna correção de Octacílio Nóbrega de Queiroz no códice de Lisboa do **Sumário das Armadas**. O porto da "*Canarea*" ficou depois conhecido como o varadouro das naus e se situava no atual bairro do Varadouro da Capital do Estado da Paraíba. Aquele forte do Varadouro foi iniciado a 04 de novembro de 1585 e concluído em janeiro de 1586, constituindo-se no marco realmente definitivo do processo da conquista da Paraíba que já durava 11 anos. Àquele germe promissor da conquista definitiva da Paraíba se seguiu uma intrépida, penosa e sangrenta colonização inicial da terra, sob a proteção de diversas fortificações adjacentes que foram sendo erguidas, igualmente de madeira: o forte de São Sebastião, anexo ao engenho d'El-Rei, depois engenho Tibiri de Baixo, junto ao rio Tibiri e à aldeia do principal tabajara Guirajiba, levantado entre o final de janeiro e início de fevereiro de 1587, o forte de Diogo Nunes [Correia], anexo ao seu engenho Santo André, construído em seguida, também no ano de 1587, o forte de Manoel de Azevedo na ilha (fluvial) da Conceição ou da Camboa ou da Restinga, edificado provavelmente ainda em 1587, o forte de Santa Margarida ou forte do Inobi, junto ao rio Inobi, concluído em agosto de 1589, e o forte do Cabedelo, terminado em outubro de 1589. Durante a colonização inicial dessa Capitania não faltaram investidas de corsários por mar, nem obstinados enfrentamentos por terra com os belicosos índios potiguara, até que 14 anos mais tarde esta facção indígena foi finalmente reduzida, já na gestão do Capitão e Governador Feliciano Coelho de Carvalho, a 11 de junho de 1599, data que

pode ser considerada como a da consolidação da conquista da Paraíba. Voltando às origens da conquista definitiva, com a conclusão do forte do Varadouro João Tavares foi investido (interinamente) no seu comando pela mão do Ouvidor Geral Martim Leitão, em nome do Rei mas não por nomeação expressa do próprio soberano, como dispunha a legislação vigente naquele início de 1586 (**Ordenaçoens do Senhor Rey D. Manuel**, Coimbra, 1797, livro II, título XV). Dessa maneira, a princípio, até El-Rei prover sobre o assunto, João Tavares governou interinamente a Capitania da Paraíba ao ficar no comando do forte do Varadouro, a partir da segunda semana de janeiro de 1586, tendo permanecido nesse posto (, com mantimentos para apenas quatro meses,) até abril de 1586, quando veio a ser destituído à força, juntamente com a sua guarnição de 35 homens de peleja (**Sumário das Armadas**, [5.ª ed.,] Campina Grande [PB], 1983, cap. IV, cap. XIII, cap. XIV, cap. XV, cap. XIX, cap. XX, cap. final [XXIV]; Richard Hakluyt - **The Principal Navigations Voyages Traffiques & Discoveries of the English Nation ...**, [5.ª ed.,] Glasgow, 1904, v. XI, p. 64-72; Frei Manuel da Ilha, O.F.M. - **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**, Petrópolis [RJ], 1975, p. 123, item 100, p. 130-131, item 108, p. 131, item 109; **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, Recife, 1947 [, 1951], *passim*; Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 4.º, cap. 22.º; Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins - **Páginas de História da Paraíba ...**, João Pessoa, 1999, cap. 1, cap. 2). O forte do Varadouro foi o substituto do frustrado e já então assolado forte de São Filipe e São Tiago, também de madeira, sobre o qual tratarei no item seguinte.

- **Capitão Francisco de Morales** [espúrio] - Através de Carta da-

tada de 01 de outubro de 1585 e enviada ao Ouvidor Geral Martim Leitão em Olinda o Rei D. Filipe I de Portugal (II de Espanha) avisava que estava enviando a Pernambuco o Capitão espanhol Francisco de Morales (, portador dessa e de outras Cartas Régias,) no comando de 50 soldados, também espanhóis, com ordens para na Paraíba ser o Capitão do forte que deveria ser levandado no Cabedelo, em substituição ao já assolado forte de São Filipe e São Tiago (Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Corpo Cronológico [Corpo Cronol.], parte 1.ª, maço 112, doc. 3). Aliás, esta importante Carta Régia veio a ser copiada em Portugal pelo benemérito historiador paraibano Irineu Ferreira Pinto, entretanto, foi somente impressa quase três décadas após o seu falecimento, de forma incompleta, com erros gráficos, sem data e sem a cota de identificação (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO [RIHGP], João Pessoa, 1946, v. 10, p. 175). A propósito, aquele primitivo forte de São Filipe e São Tiago havia sido edificado por ordem do Capitão-General espanhol Diego Flores de Valdés, ao longo do mês de abril de 1584, sendo concluído a 01 de maio de 1584, no local hoje chamado Forte Velho, à margem esquerda do rio Paraíba, próximo à desembocadura. Terminado o forte, o Capitão-General Diego Flores de Valdés resolveu escolher o Capitão de Infantaria espanhol Francisco Castrejon para o posto de Alcaide ("*Em Espanha o vocábulo atribuía-se comumente ao comandante dum castelo ou província ...*", *in*: Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, O.F.M. - **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram ...** Edição Crítica por Mário Fiúza, Porto/Lisboa [1966], v. I, p. 304). Após pouco mais de um ano o próprio Francisco Castrejon destruiu esse forte num gesto de desespero. Voltando ao Capitão Francisco de Morales, sua arribada a Pernambuco se deu no final de fevereiro de

1586. Em Olinda o Ouvidor Geral Martim Leitão, após ler a missiva do soberano, deve ter dito ao Capitão espanhol que já havia construído um forte no varadouro das naus na Paraíba, o forte do Varadouro, para substituir o já destruído forte de São Filipe e São Tiago, bem como deve ter-lhe dito que investira João Tavares como Capitão (interino) do novo forte e Governador (interino) daquelas plagas até El-Rei prover sobre o assunto. É óbvio que àquela altura o Ouvidor Geral já devia ter enviado essas novas ao Reino e estaria aguardando a resposta do monarca, esperando uma confirmação da sua indicação provisória. Diante disso Martim Leitão recomendou ao Capitão Francisco de Morales que, naquele compasso de espera, ficasse à obediência de João Tavares na Paraíba. O fato é que, ao chegar ao forte do Varadouro ainda no mês de abril de 1586, o Capitão Francisco de Morales não acatou a recomendação do Ouvidor Geral, provavelmente entendendo que suas ordens para comandar um forte a ser levantado no Cabedelo, em substituição ao já destruído, também se aplicariam ao forte do Varadouro que, de fato, substituíra o forte de São Filipe e São Tiago. Assim, impondo-se à força, o Capitão Francisco de Morales expulsou João Tavares e sua guarnição portuguesa do forte do Varadouro, que até então era todo o território colonizado na região do rio Paraíba. Disto existe depoimento de testemunha presencial no mesmo ano de 1586 (, aparentemente alguns meses mais tarde), apesar de vários autores hodiernos afirmarem que naquela ocasião houve ali um quase retumbante desenvolvimento urbano ([Ambrósio Fernandes Brandão] - **Dialogos das Grandezas do Brasil**, [1.ª ed. em livro,] Rio de Janeiro, 1930, p. 43-44). Dessa maneira, com seus 50 soldados espanhóis o Capitão Francisco de Morales ficou, de forma espúria, no comando do forte do Varadouro e, por extensão, no governo da Capitania, a partir de abril de 1586 até cerca de outubro ou novembro de 1586, quando, final-

mente, o abandonou diante do perigoso e constante assédio dos índios potiguara e a ameaça crescente de corsários franceses, seus aliados (**Sumário das Armadas**, [5.ª ed.,] Campina Grande [PB], 1983, cap. XX). Fica assim bem claro que, àquela altura, o Capitão Francisco de Morales, somente ensandecido, ousaria depor João Tavares do forte do Varadouro se este já estivesse ali efetivamente provido por El-Rei.

- **João Tavares** [efetivo] - Não é conhecido o documento da sua efetivação pelo Rei mas existem incontestáveis evidências da sua existência em documentos por ele passados e publicados mais de uma vez (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, Parahyba, [1909] 1910, v. I, p. 29--32; **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, Recife, 1947 [1951], *passim*), documentos estes que tive a oportunidade de submeter à necessária crítica, em mais de um local (Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins - **Gravetos de História ...**, [João Pessoa, 2002], v. I, nota 111, nota 113; v. III, Anexo I, nota 833 [Obra concluída e pronta para publicação há dez anos, mas ainda infelizmente inédita]; Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins - **Revisão e retificação dos sucessivos nomes oficiais da Capital da Paraíba ao longo do tempo**, 4.ª ed., *in*: ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA 2001 - Primeiro Semestre, João Pessoa, 2002, p. 15-47, em especial a nota 2). A fase efetiva do governo de João Tavares iniciou-se em torno do final de 1586, com o título de Capitão e Governador e com o encargo de Sesmeiro, tendo durado até o final de julho ou início de agosto de 1588 (**Sumário das Armadas**, [5.ª ed.,] Campina Grande [PB], 1983, cap. XX e seguintes; Frei Vicente do Salvador, O.F.M. -- **Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 4.º, cap. 22.º; **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, Reci-

fe, 1947 [1951], *passim*; ANTT, Corpo Cronol., parte 1.ª, maço 112, doc. 3).

- **Fructuoso Barbosa** (Fidalgo da Casa Real) - Desde 25 de janeiro de 1579 ele havia sido nomeado, com o mantimento anual de duzentos mil réis pelo tempo de dez anos, Capitão de Mar e Terra da gente que haveria de levar à conquista da Paraíba (Conselho Ultramarino [C.U.], Registos [Reg.], v. I, fól. 129, fól. 129v.; Alexandre José de Mello Moraes [Sênior] - **Chronica Geral do Brazil**, Rio de Janeiro, 1886, v. I, p. 109-110) e também desde 25 de novembro de 1579 fôra nomeado capitão da fortaleza que deveria ser construída na Paraíba, no sítio denominado Cabedelo (Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, livro 42, fól. 382v.). Seu intento, entretanto, resultou malogrado em duas tentativas consecutivas, nenhuma delas por ele custeada, como afirmam inúmeros autores hodiernos que acompanharam um engano do Visconde de Porto Seguro, que não leu com a devida atenção a crônica primordial da Paraíba (**Sumário das Armadas**, [5.ª ed.,] Campina Grande [PB], 1983, cap. III, p. 35, alín. 3-14; Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brazil ...**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, [1876] v.I, sec. XXI, p. 338, alín. 29-34). A primeira expedição de Fructuoso Barbosa ocorreu, não em 1579 ou em 1580, como se vê comumente, mas no ano de 1581 (Biblioteca da Ajuda, cód. 49-X-4, fól. 338-340), ano em que, após a solução indesejada mas inevitável para uma gravíssima crise dinástica do Reino de Portugal, ele realmente conseguiu zarpar para o Brasil encetando aquele empreendimento, fato bem comprovado hodiernamente (Joaquim Veríssimo Serrão - **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**, São Paulo, 1968, p. 10-11, p. 29-30). Aliás, bem antes de este autor lusitano comprovar documentalmente aquela data de 1581, a mesma informação já estava entre nós disponível através

do depoimento deveras fidedigno de um contemporâneo daquele acontecimento (Padre Joseph de Anchieta, S.J. - **Informação do Brasil e suas Capitanias** [1584], *in*: **Cartas Jesuiticas III - - Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)**. [1.ª ed.] Rio de Janeiro, 1933, p. 321-322). Tanto quanto sei, nenhum historiador da Paraíba atentou para esta notícia coeva e confiável do "Apóstolo do Brasil". Enganou-se, portanto, o jesuíta anônimo, autor do **Sumário das Armadas** que, manifestando dúvida expressa, situou aquela primeira expedição de Fructuoso Barbosa no ano de 1579, talvez por ter ouvido posteriormente de terceiros esta informação fideindigna ou por ter confundido o ano das duas citadas provisões recebidas por aquele vianês com o da sua viagem para o Brasil (**Sumário das Armadas**, [5.ª ed.,] Campina Grande [PB], 1983, cap. III, p. 35, alín. 15-16). Equivocou-se também o "Heródoto brasileiro" que, aproveitando o texto anterior, transformou em certeza aquela dúvida expressa do mencionado jesuíta anônimo (Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 4.º, cap. 3.º, p. 273, alín.18-19) e ambas as equivocações levaram de roldão numerosos autores da atualidade. Por fim, enganou-se também o grande historiador sorocabano, o qual, tentando conciliar aquela primeira arribada de Fructuoso Barbosa ao Brasil com uma outra ocorrência, preferiu situar a primeira expedição desse vianês no ano de 1580 (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brazil ...**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, [1876] t. I, sec. XXI, p. 339, alín. 9-12), o que também gerou o mesmo erro em diversos hodiernos seguidores seus. Mas demos prosseguimento aos fatos. Uma vez baldada a primeira tentativa de Fructuoso Barbosa para conquistar a Paraíba, já de volta ao Reino, ele encetou uma segunda expedição que também resultou malograda (**Sumário das Armadas**, [5.ª ed.,] Campina Grande

[PB], 1983, cap. III). Mais tarde, em 1584, quando da expedição do Capitão-General Diego Flores de Valdés para conquistar a Paraíba, cujas escaramuças foram contadas, ou melhor, cantadas em versos por um de seus soldados espanhóis (Juan Peraza - **Relacion Cierta y Verdadera ...**, [1.ª ed.,] Sevilla, 1584), Fructuoso Barbosa, que se fez presente a essa expedição como mero figurante, não conseguiu ver acatadas suas provisões para comandar o forte ali edificado e, por extensão, governar as terras do rio Paraíba, pelo alegado fato de não ter realizado aquela (suposta) conquista. Sequer viu prevalecer a ordem que recebera acerca do local do forte que deveria ser ali construído, levantado que foi no lado oposto ao Cabedelo com o nome de forte de São Filipe e São Tiago, de vida efêmera. Como seu comandante (Alcaide) ficou o Capitão espanhol Francisco Castrejon, com quem, compreensivelmente, conviveu às turras e sob os ataques da fome e dos beligerantes potiguara, aliados dos corsários franceses. Já em torno de março de 1585, diante das agruras sofridas, Fructuoso Barbosa chegou a renunciar formalmente, por autos, à sua pretensão ao governo da terra pretensamente conquistada e retirou-se para Pernambuco (**Sumário das Armadas**, [5.ª ed.,] Campina Grande [PB], 1983, cap. IV, cap. V, cap. VI, cap. VII, cap. VIII, cap. IX, cap. X, cap. XI). A seguir, todavia, Fructuoso Barbosa passou procuração a D. Pedro de la Cueva para defender no Reino sua antiga pretensão, vindo então a recobrar o direito quando a Capitania da Paraíba já estava sendo governada efetiva e oficialmente por João Tavares (Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 4.º, cap. 22.º; **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, 1947 [, 1951], *passim*). Fructuoso Barbosa conseguiu tomar posse somente no final de julho ou início de agosto de 1588, com o título de Capitão e Governador e com o encargo de Sesmeiro (ANTT, Corpo Cronol., parte 1.ª, maço 112,

doc. 3), permanecendo no posto até certa altura do ano de 1591 quando, ao que parece, de livre e espontânea vontade — mas não sem litígio com seu ex-procurador e depois com alguns Oficiais da Câmara — deixou o governo sem ninguém para substituí-lo (Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 4.º, cap. 22.º, p. 346; Joaquim Veríssimo Serrão - **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**, São Paulo, 1968, p. 51, alín. 11-25). Por este ou outro motivo foi enviado preso para Lisboa, onde mais tarde veio ser perdoado pelo Rei (José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] - **Gente da Nação ...**, [1.ª ed.,] Recife, [1989] 1990, cap. VI, p. 185; Joaquim Veríssimo Serrão - **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**, São Paulo, 1968, p. 52, alín. 5-10 e nota 132).

- **André d'Albuquerque** [interino] - Era filho mameluco da Muirá-Obi e do velho Jeronymo de Albuquerque (o Torto), cunhado de Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco (Antonio José Victoriano Borges da Fonseca - **Nobiliarchia Pernambucana**, Rio de Janeiro, [1.ª ed. integral,] 1935, v. II, p. 38-44, p. 381-387). Esta sua passagem interina de curta duração pelo governo da Capitania da Paraíba foi vagamente noticiada pelo "Heródoto brasileiro" (Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 4.º, cap. 22.º, p. 346). É virtualmente nada o que se sabe desse seu governo que deve ter transcorrido ao longo de certa altura do ano de 1591 até cerca de maio de 1592, como se verá no item seguinte.

- **Feliciano Coelho de Carvalho** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 02 de abril de 1592 (Chancelaria de D. Filipe I, livro 24, fól. 156v.) com o título de Capitão e Governador e com o encargo de Sesmeiro. O "Heródoto brasileiro" nos informa que "*Em o anno*

de 1591 no mez de Maio chegou a Pernambuco Feliciano Coelho de Carvalho, fidalgo que se criou de moço em Africa, bom cavalheiro e de bom conselho, o qual, mandando o seu fato por mar, se partiu por terra ao seu governo da Parahiba ..." (Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 4.º, cap. 25.º p. 354, alín. 5-9). Nesta notícia há evidentemente um engano, pelo menos em relação ao ano da posse de Feliciano Coelho de Carvalho que deve ser o de 1592 pois em "*1591*" ele ainda não havia sido nomeado. Assim, é mais adequado admitir que ele tomou posse do seu governo em torno de maio de 1592. De qualquer forma já estava no exercício do cargo no dia 17 de agosto de 1592, em que ratificou um decreto de Fructuoso Barbosa (Frei Manuel da Ilha, O.F.M. - **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621**, Petrópolis [RJ], 1975, p. 131-132, item 110). Mediante esta informação deve-se retificar a notícia quase unanimemente divulgada pelos autores da Paraíba que se debruçaram sobre esse assunto, segundo a qual a posse de Feliciano Coelho de Carvalho teria ocorrido em 1595, sem qualquer fundamentação neste sentido. Figuram neste rol desde o benemérito Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 353), passando também pelo não menos respeitável João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1. ed.,] Parahyba, 1914, p. 62) e pelo "Gigante do Ceará-Mirim", Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, ao anotar a obra histórica máxima do Visconde de Porto Seguro (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 324), além de Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 131), Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946,

p. 142), Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO [RIHGB], Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 128) e José Leal Ramos (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 17) [Não foram computadas aqui obras didáticas ou paradidáticas]. Como exceção, mencione-se também, por justiça, Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 118) e Horácio de Almeida (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 106, t. II, p. 253), os quais, embora sem indicar as respectivas fontes, situaram o início do governo de Feliciano Coelho de Carvalho no ano de 1592. Enfim, Feliciano Coelho de Carvalho permaneceu no cargo até pelo menos 03 de julho de 1600, em que passou uma carta de data em sesmaria (Extrato de um documento oriundo do extraviado **Livro do Tombo do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Reforma da Parahyba**, fól. 163).

- **Francisco de Souza Pereira** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 03 de março de 1600 (Chancelaria de D. Filipe II, livro 2, fól. 346) com o título de Capitão e Governador e com o encargo de Sesmeiro. Não encontrei notícia da data da sua posse mas já governava em 09 de agosto de 1600 e podemos acompanhar sua gestão ao longo dos dias 11 de agosto de 1600, 09 de setembro de 1602, 11 de setembro de 1602, 26 de março de 1603, 05 de fevereiro de 1604 e 27 de setembro de 1604, quando ainda permanecia no posto (**Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, Recife, 1947 [1951], *passim*). Não é improvável que o seu governo tenha se estendido até o final do ano de 1604. Irineu Ferreira Pinto conheceu aquele primeiro documento do Mosteiro de São Bento da Paraíba, datado de 09 de agosto de 1600 (**Datas e**

Notas para a Historia da Parahyba ..., [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 31). Já José Leal Ramos, possivelmente lendo aí assodadamente esta notícia, transformou a data de 09 de agosto de 1600 no dia da posse de Francisco de Souza Pereira (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 19). Considerando ainda que Francisco de Souza Pereira ainda governava a Capitania da Paraíba a 27 de setembro de 1604, equivocou-se Horácio de Almeida ao encerrar sua gestão em 1603, ano em que teria passado o governo ao seu sucessor, André d'Albuquerque (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 106, t. II, p. 253). Vários autores já citados, baseados apenas na data de nomeação (1603) para o cargo em questão, fizeram de Francisco Nunes Marinho de Sá (, somente empossado quase três lustros depois,) o sucessor de Francisco de Souza Pereira, o que absolutamente não corresponde à verdade. Ademais, Maximiano Lopes Machado confundiu o dia da nomeação de Francisco de Souza Pereira, ou seja, 03 de março de 1600, com o da sua posse (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] 1912, t. I, p. 129).

- **André de Albuquerque** [efetivo] - Foi nomeado a 21 de agosto de 1603 (Chancelaria de D. Filipe II, livro 7, fól. 367v.), aparentemente com o título de Capitão e Governador e não sei se recebeu o encargo de Sesmeiro, todavia, não conheço qualquer carta de data em sesmaria passada por ele. O governo em tela de André de Albuquerque, desta vez nomeado em caráter efetivo, constitui uma das maiores incógnitas dos primeiros tempos da colonização da Paraíba. Poder-se-ia até interrogar a sua posse se não existisse a afirmativa categórica de um notável garimpeiro de documentos que viveu no Século XVIII, o qual, embora sem discriminá-los neste específico caso, disse que André de Albuquerque foi "*Gover-*

nador da Parahyba desde o anno de 1607 até o anno de 1612" (Antonio José Victoriano Borges da Fonseca - **Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed. integral,] Rio de Janeiro, 1935, v. II, p. 386-387). Difícil é aceitar estes limites cronológicos, como logo se verá. Por mera aproximação plausível considero que esta sua segunda gestão pode ser situada entre o final de 1604 ou início de 1605 e o final de 1610 ou início de 1611. Isto pode ser inferido através de elementos do item anterior e do que se segue. No item subseqüente veremos dados documentais indicando que o seu sucessor, Francisco Coelho de Carvalho, estava recentemente empossado no final de janeiro de 1611 e que ainda permanecia no governo em dezembro de 1612, o que invalida o limite superior do intervalo de tempo de governo, estipulado pelo linhagista Borges da Fonseca. Além disso, como já vimos no item anterior, pode-se rastrear com bastante assiduidade, através de dados documentais, o exercício do antecessor de André de Albuquerque, Francisco de Souza Pereira, desde o início de agosto de 1600 até o final de setembro de 1604, quando ele desapareceu abruptamente da cena administrativa da Capitania da Paraíba. Dessa maneira, a menos que se prove que o governo de Francisco de Souza Pereira tenha se prolongado por, no mínimo, mais dois anos e três meses, aquele intervalo de tempo que vai do final de setembro de 1604 até "*1607*", indicado na **Nobiliarchia Pernambucana** como o de início do governo de André de Albuquerque, só poderá ser preenchido pelo próprio André de Albuquerque, já nomeado desde 1603, uma vez que Francisco Nunes Marinho de Sá, também nomeado no mesmo ano de 1603, só veio a tomar posse quase três lustros mais tarde. O fato, entretanto, é que aquele intervalo cronológico pouco confiável de Borges da Fonseca, segundo o qual André de Albuquerque teria começado a governar a Capitania da Paraíba em "*1607*", uma vez colhido de forma direta ou indireta por auto-

res pósteros, gerou diversos seguidores, tais como Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, v. II, p. 353), João Rodrigues Coriolano de Medeiros que, por um lapso, chamou André de Albuquerque de "*André de Albuquerque Maranhão*" (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 131), Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142), Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960,] 1961, v. 249, p. 129) e José Leal Ramos que, inadvertidamente, chamou o governante em tela de "*Antônio de Albuquerque*" (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 25). Ademais, antecipando detalhes que darei mais adiante, ao Horácio de Almeida se enredar numa particular confusão — confiando mais do que devia numa aparente "novidade" histórica que viu equivocadamente impressa, sem procurar conferi-la com o até hoje disponível e correspondente manuscrito que o pouparia daquela escorregadela — cometeu, como conseqüência disto, dois enganos adicionais. Por um lado, ele como que "forçou" a posse de André de Albuquerque no ano de 1603, o mesmo da sua nomeação, quando existem provas (, evidentemente desconhecidas daquele autor paraibano,) de que em setembro do ano seguinte o seu antecessor, Francisco de Souza Pereira, ainda governava a Capitania da Paraíba. Por outro lado, ele como que "espremeu" esta gestão efetiva de André de Albuquerque, encerrando-a no ano de 1605, a fim de dispor de uma certa "folga" cronológica para, a partir daí, inserir um "governante até então inédito", mero produto daquele erro tipográfico acenado há pouco (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa,

1978, t. I, p. 105, alín. 14-17, p. 106, alín. 18, t. II, p. 253, alín. 10). Por sua vez, Maximiano Lopes Machado confundiu, mais uma vez, a data da nomeação de André de Albuquerque, ou seja, 21 de agosto de 1603, com o dia da sua posse e incidiu noutro equívoco, este mais importante, ao afirmar que o seu sucessor foi "*Diogo de Menezes*" ou, por extenso, D. Diogo de Menezes e Sequeira, Governador Geral do Brasil, entre 1608 e 1612, que na realidade nunca governou a Capitania da Paraíba mas que, para aquele autor paraibano radicado em Pernambuco, não somente a teria governado, como também teria entregue este seu suposto governo em "*1609*" ao seu sucessor, Francisco Coelho de Carvalho (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 129-130, p. 133-134). De qualquer forma, dentre vários historiadores já citados antes, somente Maximiano Lopes Machado e Horácio de Almeida indicaram de forma correta que o governo efetivo de André de Albuquerque foi subseqüente ao de Francisco de Souza Pereira, independentemente dos lapsos cronológicos aí cometidos por ambos. Já outros autores como Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, v. II, p. 353), João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 62-63), Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 131), Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142), Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 129) e José Leal Ramos (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 19-22) optaram, equivocadamente, pelo nome de Francisco Nunes Marinho de Sá para substituir Francisco de Souza Pereira, sem que

aduzissem aí qualquer explicação ou embasamento documental. Por fim, Rodolpho Augusto de Amorim Garcia ao anotar a obra histórica máxima do Visconde de Porto Seguro, simplesmente omitiu essa gestão de André de Albuquerque, colocando o governo de Francisco de Souza Pereira imediatamente antes do de Francisco Nunes Marinho de Sá (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325).

- **Francisco Coelho de Carvalho** (Fidalgo da Casa Real) - Era filho do ex-Capitão e Governador Feliciano Coelho de Carvalho e foi nomeado a 27 de setembro de 1608 (Chancelaria de D. Filipe II, livro 18, fól. 335) com o título de Capitão-Mor e com o encargo de Sesmeiro. Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 35, v. II, p. 353), João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63) e José Leal Ramos (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 25) não sondaram a data da posse de Francisco Coelho de Carvalho, reportando-se apenas à sua nomeação. Por sua vez, Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 29, p. 131), Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142), Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 129) e Horácio de Almeida (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 253) confundiram a data da nomeação de Francisco Coelho de Carvalho com a da sua posse. Já Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p.

134), como já ficou assinalado, situou a posse de Francisco Coelho de Carvalho no ano de 1609 e Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325) deu a entender a mesma coisa. Apesar dessas opiniões, ainda não está comprovado quando ocorreu a posse de Francisco Coelho de Carvalho mas é possível fazer um rastreamento nesse sentido. Sabe-se que ele ainda não havia partido do Reino para o Brasil quando o Rei D. Filipe II de Portugal (III de Espanha) passou um Alvará datado de Lisboa em 16 de março 1609 a "*Fran.co Coelho de carvalho fidalgo de minha casa que hora tenho encarregado da Capitania da Parayba no Estado do Brasil ...*", dando-lhe ordem para nessa Capitania reter os provimentos e provisões de pessoas estrangeiras, degradadas ou homiziadas (Arquivo Histórico Ultramarino [A.H.U.], Administração Central [A.C.L.], Conselho Ultramarino [C.U.] 014, cx. 1, doc. 4). Ademais, como informou o Visconde de Porto Seguro, o novo governante ainda não havia partido do Reino para a Capitania da Paraíba por ocasião do "*Regimento, em dezessete capitulos* [versando sobre vários assuntos], *dado em 9 de maio de 1609, ao seu novo capitão*[-mor] *Francisco Coelho de Carvalho, nomeado em 27 de setembro do anno anterior, durante nove annos, pelos serviços de seu pai o valente, activo e dedicado Feliciano Coelho* [de Carvalho]. *Por esse regimento* [que veio a ser publicado por J.J. de Andrade e Silva na **Collecção Chronologica da Legislação Portugueza**, I, 268-269 (conf. *in*: **Dialogos das Grandezas do Brasil**, [1.ª ed. em livro,] Rio de Janeiro, 1930, p. 71, nota 17)] *lhe ficou subordinada provisoriamente a capitania de Itamaracá ...*" (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brazil ...**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, [1876] t. I, sec. XXV, p. 423). Aliás, Irineu Ferreira Pinto aproveitou esta notícia dada pelo Vis-

conde de Porto Seguro mas, como já ficou dito, não cogitou da data da posse de Francisco Coelho de Carvalho (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 35, v. II, p. 353) e parece não ter confiado na opinião de Maximiano Lopes Machado, cuja obra, então ainda manuscrita, lhe era familiar e segundo a qual, "*Francisco Coelho de Carvalho ... só tomou posse do governo em 1609*" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 134). A solução (ou quase solução) desta questão encontra-se no verso daquele Alvará citado há pouco, do dia 16 de março de 1609, passado pelo monarca ao Capitão-Mor nomeado, Francisco Coelho de Carvalho, onde se lê três registros do mesmo, sendo o mais antigo deles o mais importante neste caso. Trata-se de um registro relativo ao Livro da Câmara da Cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves na Capitania da Paraíba. Aí se lê: "*Registado este Alvara no L^o^* [Livro] *da cam^ra^* [câmara], *a f.^ol^* [folha] *39 por mim gaspar f*[ernandes] *dourado escrivaõ della aos 29 de jan^ro^ de* [1]*611*". É óbvio que este registro no verso daquele Alvará Régio do Capitão-Mor nomeado, Francisco Coelho de Carvalho, dando-lhe ordens para serem cumpridas quando chegasse à Capitania da Paraíba, reflete, até prova em contrário, não somente sua recente chegada como sua recente posse, talvez no próprio dia daquele registro ou nos dias que o precederam, mas, certamente naquele mesmo mês de janeiro de 1611. Coerente com esta interpretação, diga-se ainda que não conheço qualquer notícia da presença de Francisco Coelho de Carvalho na Capitania da Paraíba antes daquela data de 29 de janeiro de 1611, mas é possível acompanhar o seu governo a partir de então, ao longo dos dias 29 de setembro de 1611, 09 de fevereiro de 1612, 07 de agosto de 1612, 09 de novembro de 1612 e 01 de dezembro de 1612 (**Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, Recife, 1947 [1951], *passim*), quan-

do se perde a sua pista no governo da Capitania da Paraíba. Assim, pode-se dizer que Francisco Coelho de Carvalho ainda exercia o governo a 01 de dezembro de 1612 mas é possível que a sua administração tenha atingido o ano seguinte. De todo modo, como ficará comprovado no item subseqüente, por alguma razão ignorada a sua gestão foi curta em relação à promessa que lhe foi feita para durar nove anos.

- **João Rebello de Lima** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 18 de julho de 1612 (Chancelaria de D. Filipe II, livro 25, fól. 159) com o título de Capitão-Mor e com o encargo de Sesmeiro. Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 135), Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 36, v. II, p. 353), João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (Francisco Adolpho de Varnhagen - - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325) e Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142) se contentaram com noticiar a data da nomeação de João Rebello de Lima. Por sua vez, Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 30, p. 131) e Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 92, p. 129) confundiram a data da nomeação de João Rebello de Lima com a da sua posse. Por fim, José Leal Ramos, que também indicou a data da respectiva nomeação (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 25), e também Horácio de Almeida (**História da Pa-**

raíba, 2.ª ed., João Pessoa, t. I, p. 106, t. II, p. 253), indicaram apenas o ano de 1612 como o da posse de João Rebello de Lima. Nenhum desses autores até aqui referidos fundamentou suas respectivas afirmativas. Vale lembrar que Francisco Coelho de Carvalho, antecessor de João Rebello de Lima, ainda governava a Capitania a 01 de dezembro de 1612 e, diante das notícias que acabo de registrar, este último teria tido apenas trinta dias a mais para tomar posse do governo ainda no ano de 1612. Teoricamente, nada impede que assim tivesse ocorrido, entretanto, faltam provas para tanto. Na verdade não é conhecida a data da posse de João Rebello de Lima mas ele já estava exercendo o cargo em 27 de novembro de 1613 (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [, 1894], p. 3) e é até possível que já o viesse exercendo desde alguns meses antes. Pode-se também acompanhar o seu governo a partir daquela data de 27 de novembro de 1613 e ao longo dos dias 19 de dezembro de 1614, 03 de janeiro de 1615 (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, [1909] 1910, v. I, p. 36), 15 de janeiro de 1515, 13 de março de 1615, 13 de julho de 1615, 12 de setembro de 1615 (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 4, p. 5), 16 de janeiro de 1616, 19 de janeiro de 1616, 22 de janeiro de 1616, 28 de janeiro de 1616, 06 de março de 1616 (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 7; Wilson Nóbrega Seixas - **Duarte Gomes da Silveira e o Engenho Salvador**, *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO [RIHGP], João Pessoa, 1974, v. 20, p. 22-39), 08 de março de 1616 e 12 de março de 1616, que foi a última data em que, sem dúvidas, o encontrei no governo da Capitania da Paraíba (**Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, Recife, 1947 [1951],

passim). Equivocou-se, portanto, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega que, sem deixar clara a sua fonte, encerrou o governo de João Rebello de Lima no dia 28 de janeiro de 1616 (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 92). Aliás, no próximo item ver-se-á a referência a uma Carta Régia de 12 dezembro de 1616, dando a entender que o governo de João Rebello de Lima ainda estava em vigência. A partir daí sua pista se perde como governante.

- **Francisco Nunes Marinho de Sá** - Foi nomeado a 15 de maio de 1603 (Chancelaria de D. Filipe II, Doações, livro 34, fól. 107v.) com o título de Capitão-Mor com o encargo de Sesmeiro. Apesar de nomeado desde 1603, só veio a tomar posse do cargo perto de três lustros mais tarde em data ignorada, todavia, já o estava exercendo em 01 de maio de 1617 (**Livro Primeiro do Govêrno do Brasil**, Rio de Janeiro, 1958, p. 149) e é possível que já tivesse tomado posse desde o princípio de 1617. Quero crer que tenha sido assim porque existe uma Carta do Rei D. Filipe II de Portugal (III de Espanha) ao Conselho da Fazenda, datada de 12 de dezembro de 1616, ordenando que se fizesse provisão do cargo de Capitão-Mor da Paraíba a Rui Vaz Pinto e, estando também provido Francisco Nunes Marinho de Sá, que servisse o triênio quem primeiro o ocupasse (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 8). Esta Carta Régia nos leva a supor que, na data em que foi passada, João Rebello de Lima ainda governava a Capitania da Paraíba, como já mencionei há pouco. Assinale-se ainda aqui uma Provisão de D. Filipe II de Portugal (III de Espanha), enviada ao Capitão-Mor da Paraíba Francisco Nunes Marinho de Sá, datada de 22 de dezembro de 1617, ordenando que desse informação sobre a aceitação do cargo de Provedor-Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, de que lhe fizera mercê por morte de Sebastião Borges (A.H.U.,

A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 9). Com data de 13 de outubro de 1618, o Capitão-Mor Francisco Nunes Marinho de Sá escreveu uma carta da Paraíba ao Rei D. Filipe II de Portugal (III de Espanha) a respeito da ocupação do cargo de Provedor-Mor da Fazenda Real, sobre os rendimentos da Capitania da Paraíba, sobre seus engenhos e mosteiros, além de outros assuntos. De todo modo, Francisco Nunes Marinho de Sá ainda governava a Capitania da Paraíba a 07 de agosto de 1619, data em que concedeu uma gleba de terra em sesmaria (doc. cartorial recentemente descoberto por Adauto Ramos, membro do IHGP, e publicado na RIHGP, v. 36, 2002, p. 47-51). É possível que o seu governo tenha se estendido até o final do ano de 1619. Maximiano Lopes Machado sequer mencionou o governo de Francisco Nunes Marinho de Sá e, bastante equivocado, considerou o seu sucessor, João de Brito Correa, cuja data de nomeação indicou corretamente, como sucessor de João Rebello de Lima (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 136). A seu turno, Irineu Ferreira Pinto informou a data correta da nomeação de Francisco Nunes Marinho de Sá, a 15 de maio de 1603, acrescentando que "*Sua posse não é conhecida; estava a frente da capitania em 1619, segundo se deprehende de documentos de sesmarias* [De fato, tanto Irenêo Ceciliano Pereira Joffily quanto João de Lyra Tavares registram uma sesmaria concedida em Olinda, no dia 06 de março de 1619, a Raphael Carvalho e ao seu cunhado Francisco Pardo, pelo Governador Geral D. Luiz de Souza, o qual, deu ordem ao Capitão-Mor Francisco Nunes Marinho de Sá para dar cumprimento na Paraíba à sua concessão]". Apesar deste aditamento, Irineu Ferreira Pinto situou, curiosamente, a gestão de Francisco Nunes Marinho de Sá como subseqüente à de Francisco de Souza Pereira que ainda governava a Capitania da Paraíba no final de setembro de 1604 (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**,

[1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 34, v. II, p. 353). Nessa mesma ordem equivocada de sucessão, Francisco Nunes Marinho de Sá foi colocado por João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 62-63), Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325), Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 29), Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142), Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 129) e por José Leal Ramos que recuou em um ano (1602) a nomeação de Francisco Nunes Marinho de Sá (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 22). A respeito deste governante somente Horácio de Almeida procedeu de modo diverso, todavia, sem oferecer qualquer argumentação situou seu governo entre 1616 e 1620 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 106, t. II, p. 253).

- **João de Brito Correa** - Foi nomeado a 28 de janeiro de 1616 (Chancelaria de D. Filipe II, Doações, livro 31, fól. 223) com o título de Capitão-Mor e com o encargo de Sesmeiro. Não se sabe quando ele tomou posse e talvez já exercesse o ofício desde o segundo semestre de 1619 ou a partir de 1620, entretanto, a notícia mais antiga que conheço da sua gestão tem a data de 16 de janeiro de 1621 (doc. cartorial descoberto há pouco por Adauto Ramos, membro do IHGP, e por ele publicado *in*: **Documento para a História de Sobrado: 3. A Sesmaria de André de Albuquerque**, [1.ª ed.,] Sobrado [PB], 1991; **A Sesmaria de André de Albu-**

querque, [2.ª ed.,] *in*: RIHGP, João Pessoa, 2002, v. 35, p. 145-148). João de Brito Correa continuava no cargo em 23 de abril de 1622 (**Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, Recife, 1947 [1951], *passim*) e é possível que sua gestão tenha se estendido um pouco mais. Como já prometido antes, é chegada a hora de oferecer os detalhes de um evidente erro de composição tipográfica do nome do Capitão-Mor João de Brito Correa por ocasião da primeira publicação integral de um importante documento do "Livro de Bens" da Santa Casa da Misericórida da Paraíba. Desse erro de composição tipográfica resultou um ainda inédito e suposto Capitão-Mor "*João de Barros Correia*" que teria concedido uma data de terra em sesmaria a Duarte Gomes da Silveira (**Instituição do Morgado "Salvador do Mundo" por Duarte Gomes da Silveira**, *in*: RIHGP, Parahyba do Norte, v. 3, anno III, 1911, p. 415, item 12.º, alín. 3-4). Frente àquela notícia, o ilustre historiador paraibano Horácio de Almeida, em geral rigoroso na busca da verdade histórica, desta feita, por alguma razão, dispensou o aprofundamento metódico desta questão, representado pela análise do próprio documento em tela, até hoje disponível na Santa Casa da Misericórdia da Paraíba. Preferindo depositar toda a fé no que leu impresso, acreditou que surgia diante dos seu olhos um ainda desconhecido governante da Capitania da Paraíba e tratou logo de inseri-lo no seu rol de governantes com gestão cumprida, curiosamente, entre 1605 e 1608 (Horácio de Almeida - **História da Paraíba**, [1.ª ed.,] João Pessoa, 1966, t. I, p. 109-110; Horácio de Almeida - **História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 105-106, t. II, p. 253). A partir daí, tendo em vista a elevada credibilidade deste conceituado historiador, aquele estropiamento tipográfico, ou seja, "*João de Barros Correia*" vem sendo repetido como sendo o nome de um dos governantes da Paraíba pré-neerlandesa. Enfim, o documento manuscrito que deu origem

àquela impressão está acessível em letra clara e inconfundível para quem quiser consultá-lo: assim, "*João de Barros Correia*" (impresso) nada mais é do que João de Brito Correa (manuscrito). Acrescente-se ainda que, de fato, o Capitão-Mor João de Brito Correa concedeu uma sesmaria a Duarte Gomes da Silveira no dia 29 de novembro de 1621 (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, 1893 [1894], p. 7; João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], t. I, p. 39-40). Ainda a respeito desta análise crítica sobre aquele suposto governante "*João de Barros Correia*", já desenvolvida por mim há vários anos, tive inclusive a pachorra de, limitando-me evidentemente ao seu pressuposto recorte cronológico, rastrear qualquer pessoa com o mesmo nome, nada incomum. Consegui finalmente identificar um João de Barros Correia real que Horácio de Almeida não conheceu. Ele residia na Capitania de Pernambuco e foi senhor do engenho Suassuna, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, moente e corrente, situado na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, ao longo do jugo neerlandês, pelo menos entre 1638 e 1656. Não existe notícia da presença deste João de Barros Correia na Capitania da Paraíba. Já no que toca ao seu engenho Suassuna ou, mais precisamente, no que se refere ao seu primeiro proprietário, que o levantou nos anos oitenta do Século XVI, existe, sim, uma remota relação com a Paraíba. Esse engenho Suassuna ficou inicialmente conhecido como o engenho Novo de Fernão Soares, cristão-novo já possuidor de um outro engenho, ao qual se deu o nome de engenho Velho. Pois bem, o cristão-novo Fernão Soares participou das lutas de conquista da Paraíba, como se pode constatar no **Sumário das Armadas**. Feita esta retificação mais do que oportuna, vale dizer ainda que Maximiano Lopes Machado afirmou, sem maiores esclarecimentos, que "*O*

novo governador João de Brito Correia retirou-se sem ter completado o triênio, e em seu lugar foi nomeado Affonso da Franca, em 17 de Setembro de 1618" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 137). Infelizmente não tenho como conferir esta afirmativa de Maximiano Lopes Machado. Por sua vez, Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 37, v. II, p. 353), João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325) e Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142) só citaram a data da nomeação de João de Brito Correa. Já Luiz Teixeira da Silva Pinto, que antecipou em três dias a data da nomeação de João de Brito Correa (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 30, p. 131), Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 88, p. 129) e José Leal Ramos (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 26) deram a entender ou claramente confundiram a data da nomeação de João de Brito Correa com a da posse, tendo José Leal Ramos se equivocou também ao afirmar que o governante em tela sucedeu João Rebello de Lima, talvez inspirado em igual afirmativa proferida por Maximiano Lopes Machado. Finalmente, Horácio de Almeida, sem embasar sua notícia, situou a gestão de João de Brito Correa entre 1620 e 1623 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 106, t. II, p. 253).

- **Affonso da Franca** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 17

de setembro de 1618 (Chancelaria de D. Filipe II, livro 44, fól. 20v.) com o título de Capitão-Mor e com o encargo de Sesmeiro, entretanto, por ordem de El-Rei o vemos "*entretenido*" na Bahia em agosto do mesmo ano de 1618 (**Livro Segundo do Governo do Brasil**, *in*: ANNAES DO MUSEU PAULISTA, São Paulo, 1927, t. III, 2.ª parte, p. 68). Por Portaria do Secretário de Estado Diogo Soares, datada de Lisboa a 14 de janeiro de 1622, Affonso da Franca (, que tem sido erroneamente denominado "*Affonso de França*",) recebeu ordem para assumir o governo da Capitania da Paraíba (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 12). Não é conhecido o dia da sua posse mas já havia assumido em 21 de abril de 1624 (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 7-8), talvez até desde pouco tempo depois daquela ordem de Diogo Soares, datada de Lisboa a 14 de janeiro de 1622, quiçá no final de abril seguinte. Affonso da Franca ainda continuava sua gestão, no mínimo, por volta do segundo semestre de 1625, ocasião em que participou da repressão aos índios potiguara, então rebelados, de acordo com o depoimento do bem informado frei Vicente do Salvador, O.F.M., contendo aí notícias frescas (**Historia do Brasil**, S. Paulo e Rio, 1918, livro 5.º, cap. 44.º, p. 591-594). Affonso da Franca também participou, imediatamente antes, da repressão aos neerlandeses da esquadra de auxílio à Bahia, comandada pelo General Boudewijn Hendrickszoon, a qual, tendo chegado tarde demais ao seu destino, quando do seu retorno fundeou no dia 21 de junho de 1625 na Baía da Traição (Paraíba) a fim de fazer aguada e cuidar dos doentes que trazia a bordo. Aí, antes de se retirarem a 05 de agosto de 1625, os "*flamengos*" fizeram não poucos estragos nessa terra com a pronta adesão daqueles índios potiguara, aldeiados nas imediações (Joannes de Laet - **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias**

Occidentaes ..., Rio de Janeiro, 1926-1935, v. I, segundo livro, p. 95-98); Francisco de Brito Freyre - **Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasilica ...**, Lisboa, 1675, livro terceiro, p. 144, parágr. 287). Sobre quem governava a Capitania da Paraíba naquela ocasião, em 1625, incorreram em engano os diversos seguidores modernos de Francisco Adolpho de Varnhagen, o qual, ao que parece, preferindo acreditar no padre Bartolomeu Guerreiro, S.J. (**Iornada dos Vassalos da Coroa de Portvgal ...**, Lisboa, 1625, cap. XXXXII, p. 123), escreveu que naquela data era "*Antonio d'Albuquerque* [Maranhão], *capitão da Parahiba*" (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil ...**, Vienna d'Austria, 1871, livro primeiro, p. 27; Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brazil ...**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, [1876] t. I, sec. XXVII, p. 483). Aliás, ao repetir aquela notícia equivocada, Francisco Adolpho de Varnhagen também se esqueceu de outra muito mais fidedigna, contida numa relação redigida no ano de 1630 pelo piloto Antonio Gonçalves Paschoa, natural de Peniche e morador na Capitania da Paraíba desde 1610, relação esta que o próprio historiador sorocabano em tela descobriu manuscrita em 1846 e publicou na mesma obra acima indicada (**Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil ...**, Vienna d'Austria, 1871, p. 295), onde se lê: "*He Capitan da Paraiva Antonio de Albuquerque ... e passa de tres annos que serve* [este ofício]". Por conta desta informação é quase certo que o governo de Affonso da Franca na Capitania da Paraíba se estendeu até cerca de 1627. Observa-se ainda, de modo muito inusitado, num determinado requerimento público e em outros documentos, que no período inicial do governo de Affonso da Franca era Duarte Gomes da Silveira (, um dos heróis da conquista da Paraíba e aí senhor de engenho,) quem detinha, necessariamente por doação régia, o encargo de Sesmeiro da Capitania da Paraíba (**Livro**

do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba, Recife, 1947 [1951], *passim*). Trata-se do mesmo Duarte Gomes da Silveira que havia sido denunciado a 06 de março de 1616 por João Rebello de Lima, então Capitão-Mor da Capitania da Paraíba e aí também senhor do engenho Santo André, em virtude de uma suposta tentativa, levada a cabo por aquele, de fraudar a Fazenda Real, ao reedificar e mudar a invocação do seu engenho do Salvador para engenho de Nossa Senhora da Ajuda e com isto vir a se beneficiar durante dez anos da isenção de impostos, a qual era concedida aos engenhos novos [ou novamente edificados, fato que aquele Capitão-Mor ignorava ou deliberadamente deixou de citar] (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 7). Não é conhecido o resultado oficial dessa denúncia acompanhada de uma extensa devassa, entretanto, tendo em vista aquela posterior e inusitada nomeação de Duarte Gomes da Silveira para exercer o encargo de Sesmeiro da Capitania da Paraíba no período inicial do governo de Affonso da Franca — único caso que conheço em que tal prerrogativa não recaiu, em princípio, sobre o Governador da Capitania, embora isto não fosse obrigatório — parece corresponder a uma declaração da confiança de El-Rei na pessoa de Duarte Gomes da Silveira. Paralelamente, essa nomeação régia em favor de Duarte Gomes da Silveira também dá suporte para a possibilidade de uma possível compensação por aquela acusação anterior e pela devassa que ele sofrera, aberta pelo então Capitão-Mor João Rebello de Lima. Aliás, incidentalmente, o já então ex-Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, João Rebello de Lima, ocupando mais tarde justamente o cargo de Provedor da Fazenda Real em Pernambuco, por alguma razão não muito clara, veio a ser preso pelo Capitão loco-tenente desta Capitania, Mathias de Albuquerque (**Livro Primeiro do Govêrno do Brasil**, Rio de Janeiro, 1958, p. 335-337), irmão do quarto donatário Duarte de Albuquerque Coelho, ambos

netos do primeiro donatário Duarte Coelho e de D. Beatriz (Brites) de Albuquerque. Voltando ao Capitão-Mor Affonso da Franca, vale relembrar que, como já ficou dito, Maximiano Lopes Machado se contentou com apenas indicar a data da sua nomeação (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 137). O mesmo ocorreu com Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 37, v. II, p. 353), com João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), com Rodolpho Augusto de Amorim Garcia que, por sua vez, citando frei Vicente do Salvador, O.F.M., afirmou que ele governava em 1625 (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325), com Luiz Teixeira da Silva Pinto que, a seu turno, acrescentou equivocadamente que sua posse aconteceu no mesmo ano de 1618 (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 31, p. 131), com Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142), com Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega que, igualmente equivocado, disse adicionalmente que seu governo se encerrou em 1622 (**Chefes do Executivo Paraíbano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960,] 1961, v. 249, p. 46, p. 129) e com José Leal Ramos (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 26). Finalmente, Horácio de Almeida, sem aduzir qualquer fundamentação, indicou o governo de Affonso da Franca fluindo entre 1623 e 1627 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 106, p. 253).

- **Antonio de Albuquerque** [**Maranhão**] (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de

Santo André do Ervedal, da Comenda da Ilha do Porto Santo e Senhor da Ilha Grande) - Foi nomeado a 09 de agosto de 1622 (Chancelaria de D. Filipe III, livro 3, fól. 240v.) com o título de Capitão e Governador, tendo também recebido o encargo de Sesmeiro. Era neto do velho Jeronymo de Albuquerque (o Torto), este cunhado de Duarte Coelho que foi o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, sendo aquele outro filho primogênito do célebre mameluco Jeronymo de Albuquerque "Maranhão", por sua vez, irmão de André de Albuquerque, ex-Capitão e Governador da Capitania da Paraíba (Antonio José Victoriano Borges da Fonseca - **Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, v. I, p. 9-11). Não se sabe a data da sua posse mas, segundo documento fidedigno, há pouco citado e redigido na Paraíba em 1630 por Antonio Gonçalves Paschoa, ele só começou a governar essa Capitania em torno de 1627 (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil ...**, Vienna d'Austria, 1871, p. 295-297). A partir de 1630, com a invasão de Pernambuco pelos neerlandeses, o governo de Antonio de Albuquerque [Maranhão] foi bastante atribulado em face das tentativas de ocupação da Capitania da Paraíba pelas força invasoras, o que, finalmente, veio a se consumar no final de dezembro de 1634, tendo ele abandonado por terra o teatro de guerra e a própria Capitania a partir de 23 de dezembro de 1634 (Joannes de Laet - **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes ...**, Rio de Janeiro, 1916-1925, v. II, undecimo livro, p. 487; Duarte de Albuquerque Coelho - **Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638**, 2.ª ed. [pernambucana e 3.ª ed. integral brasileira], [1981] 1982, p. 223--227; Francisco de Brito Freyre - **Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasilica ...**, Lisboa, 1675, livro setimo, p. 314, parágr. 602). Maximiano Lopes Machado não cogitou nem da sua nomea-

ção nem da sua posse (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 140-169). Por sua vez, Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 38, v. II, p. 353), João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63) e Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142) indicaram apenas a data da nomeação (09 de agosto de 1622) de Antonio de Albuquerque [Maranhão]. Já Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 131) registrou apenas o ano (1622) da nomeação em tela. A seu turno, Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, além de registrar a data completa (09 de agosto de 1622) dessa nomeação, fiado em informação equivocada disse que a posse de Antonio de Albuquerque [Maranhão] se deu no ano de 1628 e, seguindo a mesma fonte enganosa, passou-lhe despercebido o término do seu governo, ao afirmar que ele "*ainda governava em 1633*" (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1636] t. V, p. 325). Outro autor, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, apenas indicou, em duas ocasiões, a data da nomeação de Antonio de Albuquerque [Maranhão] mas, da segunda vez, de maneira equivocada, ou seja, no dia "*06 de Agôsto de 1632*" (**Chefes do Executivo Paraiba-no**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 56, p. 129). Quanto a José Leal Ramos, que também assinalou somente a data correta (09 de agosto de 1622) da nomeação em questão, mudou o nome de Antonio de Albuquerque [Maranhão] para André de Albuquerque Maranhão, seu tio e irmão do seu pai, ex-Capitão e Governador da Capitania da Paraíba (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 27). Finalmente,

Horácio de Almeida cingiu-se apenas, sem maiores explicações, à duração correta do governo de Antonio de Albuquerque [Maranhão], ou seja, de 1627 a 1634 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 106, t. II, p. 253).

- **Pedro Cadena de Vilhasanti** - Foi nomeado a 25 de junho de 1627 (Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique [?], livro 17, fól. 142) e não chegou a assumir o cargo. Não foi mencionado pelos demais autores comumente referidos aqui.

- **Francisco de Souto Mayor** - Foi nomeado a 19 de outubro de 1631 (Chancelaria de D. Filipe III, livro 26, fól. 71) e não chegou a assumir o cargo. Esta é a data de nomeação que colhi, oriunda da Biblioteca Nacional (Lisboa), embora outros autores, sem indicar suas respectivas fontes, tenham registrado a data de 19 de setembro de 1631, tais como Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 42, v. II, p. 353) e seus caudatários como João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 31, p. 131) e Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 142). Por sua vez, Rodolpho Augusto de Amorim Garcia que, aparentemente, não foi tributário de Irineu Ferreira Pinto mas também não indicou sua fonte, assinalou a mesma data para a nomeação em tela (Francisco Adolpho de Varnhagen - - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325). A seu turno, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, também sem indicar sua fonte, registrou para a nomeação em questão uma terceira data, ou seja, "*12 de Setembro de 1631*",

muito provavelmente equivocada (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960,] 1961, v. 249, p. 129). Finalmente, Horácio de Almeida, que fez menção somente ao ano dessa nomeação, enganou-se mais uma vez ao tentar retificá-lo: "*... Francisco de Souto Maior, nomeado para substituir Antônio de Albuquerque em 1633 e não em 1631, como escreve Varnhagen e com ele Irineu Pinto.*" (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, t. I, p. 106). A prova deste engano está num requerimento de Francisco de Souto Mayor ao Rei D. Filipe III de Portugal (IV de Espanha), anterior a 01 de março de 1632, no sentido de que lhe fosse entregue a Provisão do seu cargo de Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, a fim de que pudesse embarcar para o Brasil (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx 1, doc. 20).

- **Manuel Pires Correia** - Foi nomeado a 03 de outubro de 1638 (Chancelaria de D. Filipe III, livro 36, fól. 49) e não chegou a assumir o cargo. Esta nomeação não foi registrada por aqueles demais autores comumente mencionados.

- **Diogo Vieira Ferrete** - Foi nomeado a 16 de março de 1640 (Chancelaria de D. Filipe III, livro 28, fól. 334v.) e não chegou a assumir o cargo. Esta nomeação também não foi assinalada por aqueles demais autores comumente citados.

3.2. SOB O DOMÍNIO NEERLANDÊS (1634-1654) [ESPÚRIO] *

3.2.1. PERÍODO PRÉ-NASSOVIANO (1634-1637)

- **Dr. Servaes Carpentier** - Era doutor em Medicina e formado em Filosofia. Nasceu em Aachen a 22 de abril de 1599, filho de Johan Carpentier e de Maria Hellinchx, e faleceu no Recife em 1645, tendo sido enterrado no cemitério da Igreja do Corpo Santo, então adaptada para os cultos da Religião Cristã Reformada. Chegou a Pernambuco em 1630, nomeado membro do Conselho Político do governo neerlandês no Brasil entre 1630 e 1636. Tomou parte na expedição que conquistou a Paraíba no final de 1634. Foi Diretor (Governador) da Capitania da Paraíba a partir de janeiro de 1635 até certa altura de 1636, provavelmente no princípio do ano. Deixou escritos dois importantes relatórios, um deles sobre o Brasil em geral, ainda inédito, ao que parece, e o outro sobre a Paraíba,

---

* Os dados aqui arrolados estão fundados, por um lado, em inúmeras fontes coevas do partido neerlandês, incluindo Nótulas Diárias, Cartas Gerais, folhetos, relatórios, além de obras impressas de autores contemporâneos ou mais modernos, não ibero-brasileiros (Servaes Carpentier, Adriaen Jacobszoon van der Dussen, Elias Herckmans, Joannes de Laet, Caspar Barlaeus, Pierre Moreau, Johan Jacob Nieuhof, Pieter Marinus Netscher, Hermann Julius Eduard Wätjen, Francisco José Moonen, Frans Leonard Schalkwijk etc.). Arrimam-se ainda em fontes coevas e obras mais modernas de autores do partido ibero-brasileiro (Duarte d'Albuquerque Coelho, frei Manoel Callado do Salvador, O.S.P., Diogo Lopes de Santiago, Francisco de Brito Freyre, Francisco Adolpho de Varnhagen, Alfredo Ferreira de Carvalho, Olavo de Medeiros Filho etc.). De maneira muito especial, me apoiei também em diversas publicações basilares do saudoso Prof. José Antonio Gonsalves de Mello [Neto], o qual, mesmo sem dirigir sua atenção, com exclusividade, sobre a História da Paraíba neerlandesa, contribuiu mais para ela do que todos os demais que a tanto se dedicaram. Por fim, diminuiu aqui sensivelmente o nível de relevância de boa parte daquelas obras tantas vezes mencionadas no tópico precedente pelo fato das muitas incorreções contidas em seus respectivos textos.

o qual teve seu texto originalmente publicado em Leyden no ano de 1644 por Joannes de Laet, sob o título de **Historie ofte Iaerlijck Verhael van de Verrichtinghen der Geoctroyeerde Weft-Indische Compagnie, ...** (**História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes ...**, Rio de Janeiro, 1916-1925, v. II, p. 509-514; José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] - **Tempo dos Flamengos ...**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1947, p. 131-132; José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 39-52, p. 471; **Holandeses no Brasil: Verbetes do** Novo Dicionário Holandês de Biografias **traduzidos por Francisco José Moonen ...**, Recife, 1968, p. 52-53).

- **Ippo Eysens** - Chegou a Pernambuco a 16 de outubro de 1634 como membro do Conselho Político do governo neerlandês no Brasil, cargo do qual tomou posse no dia seguinte. Desde certa altura de 1635 até, pelo menos, outubro do mesmo ano ele foi Diretor da Capitania de Itamaracá e, provavelmente, desde o início de 1636 já era Diretor da Capitania da Paraíba, exercendo o governo com fama de tirano até a noite de 14 de outubro de 1636, quando foi morto no engenho Espírito Santo, assaltado de surpresa pelo Capitão de emboscadas Francisco Rebello, o famoso Rebellinho, e seus campanhistas. O engenho Espírito Santo pertencera a Manuel Pires Correia que por ocasião da entrada dos neerlandeses na Paraíba comandava o reduto de pedra construído em 1630 no Varadouro da Cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves (, o mesmo sítio do primitivo forte da fundação da cabeça da Capitania), à beira do rio Sanhauá. Esse reduto de pedra, à vista dos invasores neerlandeses no final de 1634, silenciou sua artilharia logo após os primeiros tiros. Naquela ocasião seu Capitão se

evadiu da Paraíba na companhia do Capitão e Governador Antonio de Albuquerque [Maranhão], razão pela qual seus dois engenhos, o Santo Antonio e o Espírito Santo, vieram a ser confiscados. Este último engenho, já então confiscado, estava sendo posto em funcionamento pelo próprio Ippo Eysens desde 1635, antes mesmo do seu governo na Capitania da Paraíba. Esta atividade particular, em princípio ilegal por conta do seu cargo oficial, ele devia estar exercendo mediante licença especial ou de alguma forma muito irregular. Não é improvável esta última possibilidade pois existem sobejas evidências da sua ganância e atrocidades, geralmente para extorquir dinheiro ou bens dos colonos subjugados, além do fato de que ele gosava da confiança de algumas importantes figuras da Companhia das Índias Ocidentais. Sobre Ippo Eysens pesa ainda a acusação de sodomia mas isto não o impediu de, visando por certo o enriquecimento pessoal, tentar obrigar o velho Duarte Gomes da Silveira, abastado senhor de engenho e grande proprietário rural e urbano na Paraíba, a lhe dar uma sobrinha-neta em casamento. Afinal de contas, este patriarca da sua família era também conhecido pelos dotes generosos que concedia aos mancebos que convolavam núpcias com suas sobrinhas. A negativa como resposta valeu ao já octogenário herói da conquista da Paraíba uma arbitrária e cruel prisão no forte do Cabedelo que durou onze meses, terminando cerca de meio ano depois da morte do seu encarcerador, por determinação direta de João Maurício, Conde de Nassau-Siegen ao tomar conhecimento daquela ignomínia (Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins - **Verdade e Fidelidade: Duarte Gomes da Silveira no tempo dos flamengos na Capitania da Paraíba** [Obra ainda inédita]; José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 49-50, p. 73-76, p. 471-472; José Antonio Gonsalves

de Mello [Neto] - **Tempo dos Flamengos ...**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1947, p. 155 e nota 15; Joannes de Laet - **Historia ou Annaes da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes ...**, Rio de Janeiro, 1916-1925, v. II, p 513, p. 594-595; Duarte de Albuquerque Coelho - **Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638**, 2.ª ed. [pernambucana e 3.ª ed. integral brasileira], Recife, [1981] 1982, p. 297-298; Francisco de Brito Freyre - **Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasilica ...**, [1.ª ed.,] Lisboa, 1675, livro nono, p. 387-388, parágr. 739; **Carta de Duarte Gomes da Silveira em 01 de junho de 1637** (, dirigida a João Maurício, Conde de Nassau-Siegen), *in*: Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil ...**, [1.ª ed.,] Vienna d'Austria, 1871, p. 312-315; **Documentos pela maior parte em portuguez sobre varios assumptos** (Carta de Duarte Gomes da Silveira em 08 de novembro de 1643, dirigida a João Maurício, Conde de Nassau-Siegen), *in*: REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO [Atualmente denominado INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP)], Recife, [v. 6,] n.º 34, 1887, p. 63-66; frei Manoel Callado do Salvador, O.S.P. - **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**, 2.ª ed. [brasileira], São Paulo, 1943-1945, primeiro tomo, p. 274-275; Diogo Lopes de Santiago - **História da Guerra de Pernambuco ...**, 1.ª ed. integral, segundo o apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto, Recife, 1984, p. 112-115, p. 147). Ainda sobre esse governante vale salientar que diversos autores da atualidade têm afirmado equivocadamente que Ippo Eysens era dono daquele engenho confiscado, onde foi morto. Isto não corresponde à verdade, uma vez que os engenhos confiscados no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais só começaram a ser vendidos a partir de 1637, já no período nassoviano. Outro erro comum é se dizer que o assalto em que morreu Ippo

Eysens se deu no engenho Santo Antonio que também pertencera a Manuel Pires Correia ou, ainda, que sua morte teria ocorrido no dia 16 de outubro de 1636, como o fez, coevamente, Duarte de Albuquerque Coelho. A este respeito ninguém é mais confiável do que Elias Herckmans, então Diretor da Capitania de Itamaracá que logo seguiu para a Paraíba, ficando aí como sucessor imediato de Ippo Eysens. Como Diretor da Capitania da Paraíba Elias Herckmans acompanhou o comandante das fortificações, Major John Goodlad (, de nacionalidade inglesa porém conhecido pela alcunha francesa "*Bon Garçon*"), à frente de mais de 500 homens para dar combate de revanche àquela tropa do Rebellinho, tendo ocorrido a refrega a 27 de novembro de 1636 no engenho Santo André (Elias Herckmans - **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, *in*: José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 73-75). Apenas incidentalmente, um importante relatório sobre as Capitanias conquistadas pelos neerlandeses no Brasil, assinado em 14 de janeiro de 1638 por João Maurício, Conde de Nassau-Siegen, Mathijs van Ceulen e Adriaen Jacobszoon van der Dussen (, certamente o seu principal redator), registrou a morte de Ippo Eysens, sem detalhar o dia, como ocorrida "*em outubro de 1636 na Paraíba*" (**Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas ...**, *in*: José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira**, Recife, 1981, p. 73-129, especialmente a p. 96).

- **Elias Herckmans** - Nasceu em Amsterdam em torno de 1596 e faleceu no Recife a 08 de janeiro de 1644, tendo sido enterrado no cemitério da Igreja do Corpo Santo. Chegou da República a Pernambuco em 23 de dezembro de 1635 como membro do Conselho

Político. Homem dotado do espírito da aventura, porém justo e detentor de boa cultura, o escritor e poeta Elias Herckmans falava português, tendo se interessado pela língua tupi e pelos costumes dos índios chamados tapuia. De acordo com Joannes de Laet ele estava no governo da Capitania de Itamaracá a partir de 07 de outubro de 1636. Logo depois veio a exercer o cargo de Diretor da Capitania da Paraíba, com a morte de Ippo Eysens, e também da Capitania do Rio Grande (do Norte). Já havia assumido o governo da Capitania da Paraíba antes de 26 de novembro de 1636 e permaneceu no cargo até antes de 01 de julho de 1639, data em que concluiu no Recife a **Generale beschrijvinge van de Capitanie Paraiba** (**Descrição Geral da Capitania da Paraíba**), o mais importante documento histórico sobre esta terra, produzido pelos invasores neerlandeses, o qual foi publicado pela primeira vez somente no ano de 1879 em Utrecht (Alfredo Ferreira de Carvalho - **Aventuras e Aventureiros no Brasil**, Rio de Janeiro, 1929, p. 97-128; **Holandeses no Brasil: Verbetes do** Novo Dicionário Holandês de Biografias **traduzidos por Francisco José Moonen ...**, Recife, 1968, p. 85-87; José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] - **Tempo dos Flamengos ...**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1947, p. 131-132; José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 53-112; Joannes de Laet - **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes ...**, Rio de Janeiro, 1916-1925, v. II, p. 593-594). Elias Herckmans foi administrador morigerado e eficiente. Ao longo do seu governo, já no início do período nassoviano, diligentemente, deu rápido cumprimento às instruções recebidas em relação à nova ordem acerca da administração política do Brasil neerlandês e instalou na Capitania da Paraíba a primeira Câmara de Escabinos de todos os territórios ocupados pelo

invasor no Nordeste do Brasil, em substituição aos Oficiais da Câmara da legislação portuguesa (Dagelijksche Notule [Dag. Notule], 07 de agosto de 1637, Algemeen Rijks Archief [A.R.A.], Oude West-Indische Compagnie [O.W.I.C.], 68). Durante a sua administração, em janeiro de 1638, a Capitania da Paraíba recebeu a visita de João Maurício, Conde de Nassau-Siegen (Livro de Atas do Alto Conselho do Brasil, 19 de fevereiro de 1638, A.R.A., O.W.I.C., 68). O fato é que Elias Herckmans soube granjear o respeito da população local que, tendo ainda fresca a péssima lembrança do seu antecessor, chegou a solicitar formalmente ao Conselho dos XIX, no final de 1638, que Elias Herckmans continuasse exercendo aquele cargo (18 de dezembro de 1638, A.R.A., O.W.I.C., 68). No ano de 1639 ele era dono de um partido de cana de açúcar com doze tarefas no engenho Tibiri de Baixo, sob a invocação de São Filipe e São Thiago (Adriaen Jacobszoon van der Dussen - **Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil ...**, *in*: José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 1. A Economia Açucareira**, Recife, 1981, p. 171). Aliás, diferentemente do que Rodolpho Augusto de Amorim Garcia supôs, sem muita convicção, ao anotar a obra histórica máxima do Visconde de Porto Seguro, aquele engenho Tibiri de Baixo corresponde na realidade ao antigo engenho d'El-Rei na Capitania da Paraíba, de acordo com pesquisa por mim realizada sobre este assunto (Francisco Adolpho de Varnhagen - **História Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1930] t. II, sec. XXIII, p. 10-11, nota 7; Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins - **Páginas de História da Paraíba ...**, João Pessoa, 1999, cap. 1, p. 19-31, cap. II, p. 32-105). Posteriormente à sua administração, Elias Herckmans realizou uma incursão (malograda) entre 03 de setembro de 1641 e 04 de novembro de 1641 pelo interior ainda desconhecido da Capitania da Pa-

raíba, em busca de minas de ouro, de que resultou um relatório, cujo texto original está perdido mas foi transcrito por Caspar Barlaeus e cujo roteiro foi rastreado competentemente nos últimos anos por Olavo de Medeiros Filho (Caspar Barlaeus - **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil ...**, [1.ª ed. brasileira,] Rio de Janeiro, 1940, p. 221-231; Olavo de Medeiros Filho - **No Rastro dos Flamengos**, Natal, 1989, p. 6-21).

3.2.2. PERÍODO NASSOVIANO (1637-1644)

- **Dr. Sebastiaen van Hoogeveen** [Na Paraíba foi citado apenas pela Prof.ª Carmen Coelho de Miranda Freire em obra didática] - - Aportou no Recife em 10 de junho de 1638 como membro do Conselho Político, sendo aí encarregado de, juntamente com o Dr. Servaes Carpentier e Prof. Johan Bodecher Banning, elaborar as instruções para orientação dos Escabinos e Escoltetos em assuntos da administração civil e penal (Dag. Notule, 25 de junho de 1638, A.R.A., O.W.I.C., 68). Foi nomeado Diretor da Capitania da Paraíba na primeira semana de dezembro de 1638, em substituição a Elias Herckmans (Dag. Notule, 07 de dezembro de 1638) mas, vindo a adoecer, faleceu em 27 de fevereiro de 1639 (Generale Missive [Gen. Missive], 05 de março de 1639, A.R.A., O.W.I.C., 54) sem tomar posse (José Antonio Gonsalves de Mello Neto - - **Tempo dos Flamengos ...**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1947, p. 24, nota 6; José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 474).

- **Dr. Daniel Alberti** [Não citado pelos historiadores da Paraíba] - - Chegou a Pernambuco em 01 de outubro de 1638 como mem-

bro do Conselho Político. Exerceu o cargo de Diretor da Capitania da Paraíba a partir de certa altura do ano seguinte, por volta da metade do ano de 1639, e já havia assumido em 10 de dezembro de 1639, data em que foi concluído um importante documento sobre o Brasil neerlandês (Adriaen Jacobszoon van der Dussen - - **Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil ...**, *in*: José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 1. A Economia Açucareira**, Recife, 1981, p. 131-232, especialmente a p. 193). Aliás, estando no exercício desse cargo, escreveu uma carta da Paraíba com data de 21 de dezembro de 1639 (Dag. Notule, 21 de dezembro de 1639, A.R.A., O.W.I.C., 68). Este documento está já assinalado há mais de meio século sem ter sido notado na Paraíba (José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] - **Tempo dos Flamengos ...**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1947, p. 178, nota 100). O Dr. Daniel Alberti ainda dirigia a Capitania da Paraíba em certa altura de 1640 (Gen. Missive, 07 de maio de 1640, A.R.A., O.W.I.C., 55). Já este documento está indicado há quase vinte anos (José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 461). Falava o português e foi ele quem traduziu para este idioma aquelas instruções referidas no item anterior.

- **Paulus de Linge** [Não citado pelos historiadores da Paraíba nesta sua primeira gestão como Diretor da Capitania] - Era membro do Conselho Político e encontrava-se em Pernambuco já em maio de 1640, tendo sob sua responsabilidade os armazéns dos víveres da Companhia das Índias Ocidentais. No mesmo ano foi nomeado Diretor da Capitania da Paraíba, governando-a desde certa altura do ano de 1640, tendo já assumido o seu cargo na terceira semana de outubro (Carta de Paulus de Linge ao Conselho dos XIX,

redigida na Paraíba em 18 de outubro de 1640, A.R.A., O.W.I.C., 55). Ainda exercia o governo da Capitania em torno do meado de 1642 (Gen. Missive, Recife, 25 de junho de 1642, A.R.A., O.W.I.C., 57). Estes documentos foram assinalados, mais uma vez, pelo maior pesquisador do domínio neerlandês no Brasil (José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 475).

- **Dr. Gijsbert de With** [Citado geralmente fora de ordem pelos historiadores da Paraíba] - Nasceu em Dordrecht no dia 19 de julho de 1611, filho de Cornelis de With e de Elisabeth van Haarlem. Não é conhecida a data da sua morte mas ainda estava vivo na Europa em 1661. Doutorou-se em ambos os Direitos na Universidade de Leyden. Falava português. Chegou ao Brasil em 04 de dezembro de 1638 como Conselheiro Político. Teve sob sua responsabilidade o armazém dos víveres da Companhia das Índias Ocidentais e o das mercadorias dos comerciantes, por volta de 1639 ou desde pouco antes (Dag. Notule, 21 de fevereiro de 1639, A.R.A., O.W.I.C., 68). Depois de ter governado os distritos do Rio São Francisco e das Alagoas foi Diretor da Capitania da Paraíba desde o início de 1643, talvez desde um pouco antes (Dag. Notule, 17 de janeiro de 1643, A.R.A., O.W.I.C., 69; Dag. Notule, 12 de outubro de 1643, A.R.A., O.W.I.C., 70), até certa altura do ano de 1645, aí pelo início de maio. Casou-se no Brasil em 14 de maio de 1645, segundo o rito da Religião Cristã Reformada, com D. Anna Paes d'Altro, senhora do engenho da Casa Forte em Pernambuco, viúva pela primeira vez de Pedro Correia da Silva e viúva pela segunda vez de Charles de Tourlon, o moço, ex-Capitão da Guarda de João Maurício, Conde de Nassau-Siegen. Do segundo casamento, também no rito reformado, nasceu uma filha,

Isabela, e do terceiro casamento nasceram dois filhos, Cornelis e Elizabeth (José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] - **Tempo dos Flamengos ...**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1947, p. 166-167, nota 51; José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654) ...**, Recife, 1979, p. 40-41; José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, 1985, p. 17, nota 17, p. 485-487; **Holandeses no Brasil: Verbetes do** Novo Dicionário Holandês de Biografias **traduzidos por Francisco José Moonen ...**, Recife, 1968, p. 166-167).

3.2.3. PERÍODO PÓS-NASSOVIANO (1644-1654)

- **Paulus de Linge** [Citado pelos historiadores da Paraíba somente nesta gestão, que foi a segunda, e com erro quanto a duração do governo] - Pela segunda vez Paulus de Linge foi Diretor da Capitania da Paraíba desde junho de 1645 até o final de 1646, inicialmente do convento de Santo Antonio da Ordem Franciscana, transformado em paço do governo neerlandês mas, depois da irrupção da guerra da restauração, por medida de segurança passou a residir no forte do Cabedelo, cujo nome havia sido modificado pelo invasor para forte Margareth van Nassau (Margarida de Nassau). Existe correspondência dele redigida na Paraiba ao longo do ano de 1645 e 1646. Hermann Julius Eduard Wätjen se reportou a duas cartas de Paulus de Linge, escritas do forte do Cabedelo (Margarida), uma das quais, dirigida ao Conselho dos XIX no dia 12 de dezembro de 1645, dando conta de uma tentativa de suborno que sofreu pela quantia de 15.000 florins (ou, segundo outro autor, "*cinqüenta mil libras*"), a fim de que entregasse sem resistência aquele forte aos luso-brasileiros, resultando daí que Paulus de Linge mandou enforcar Fernão Rodrigues de Bulhões, emissá-

rio daquela proposta (Hermann Julius Eduard Wätjen - **O Dominio Colonial Hollandez no Brasil ...**, São Paulo, 1938, p. 244, nota 355; Pieter Marinus Netscher - **Os Holandeses no Brasil ...**, São Paulo, 1942, p. 231; Johan Jacob Nieuhof - **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, 4.ª ed. [brasileira,] Belo Horizonte/São Paulo, 1981, p. 255; Pierre Moreau & Roulox Baro - **História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**, 2.ª ed. [brasileira,] Belo Horizonte/São Paulo, 1979, p. 49). Mais duas cartas de Paulus de Linge, redigidas no forte do Cabedelo (Margarida) ao longo do ano de 1646, uma no início e a outra no final do ano (Carta ao Alto Conselho, 24 de janeiro de 1646, A.R.A., O.W.I.C., 61; Carta aos Diretores, 12 de dezembro de 1646, A.R.A., O.W.I.C., 61), foram indicadas pelo pesquisador maior dos neerlandeses no Brasil (José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **Fontes para a História do Brasil Holandês: 2. A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 475). A seu turno, Frans Leonard Schalkwijk assinalou uma outra carta de Paulus de Linge, escrita do forte do Cabedelo (Margarida) no final de fevereiro de 1646 (Carta ao Conselho dos XIX, 28 de fevereiro, 1646, A.R.A., O.W.I.C., 61), em que com ela enviava ainda as missivas de Antonio Filipe Camarão e Pedro Poti na língua tupi, a fim de que pudessem ser traduzidas pelo pregador Isaque Doreslaer (Frans Leonard Schalkwijk - **Igreja e Estado no Brasil Holandês: 1630--1654**, Recife, 1986, p. 302, nota 37). Enfim, é possível acompanhar a presença de Paulus de Linge, como Diretor da Capitania da Paraíba nesta sua segunda gestão, através de inúmeras referências a ele feitas por um contemporâneo do seu partido, Johan Jacob Nieuhof, ao longo dos dias 12 de junho de 1645, 21 de junho de 1645, 17 de julho de 1645, 22 de agosto de 1645, 25 de agosto de 1645, 28 de agosto de 1645, 16 de setembro de 1645, 01 de novem-

bro de 1645, 04 de novembro de 1645, 14 de novembro de 1645, 30 de dezembro de 1645, 10 de janeiro de 1646, 11 de janeiro de 1646, 22 de janeiro de 1646, 11 de fevereiro de 1646, 18 de fevereiro de 1646, 02 de março de 1646, 08 de março de 1646, 14 de março de 1646, 04 de abril de 1646, 05 de maio de 1646, 02 de junho de 1646 e 05 de junho de 1646 (Johan Jacob Nieuhof - **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, 4.ª ed. [brasileira,] Belo Horizonte/São Paulo, 1981, p. 186, p. 188, p. 197, p. 204, p. 251, p. 255, p. 266, p. 268, p. 269, p. 270, p. 273, p. 274, p. 275, p. 276, p. 282, p. 286, p. 366).

- [**Período de governo não apurado**] - Não consegui identificar quem representou o governo neerlandês na Capitania da Paraíba no intervalo de tempo que vai aproximadamente do final de 1646 até certa altura de 1650.

- **Tenente-Coronel Jacob Stachhouwer** [Não citado pelos historiadores da Paraíba] - Já na condição de ex-Conselheiro Político, Jacob Stachhouwer retornou ao Brasil como militar e veio a dirigir a Capitania da Paraíba, residindo no forte do Cabedelo (Margarida), a partir de certa altura de 1650, tendo já assumido o cargo na terceira semana de agosto do mesmo ano (Dag. Notule, 19 de agosto de 1650, A.R.A., O.W.I.C., 74), e aí permanecendo até fevereiro de 1652, quando morreu (Carta do Alto Conselho aos Senhores XIX, 20 de dezembro de 1652). Devemos a indicação desses documentos ao ilustre Prof. José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] (**Fontes para a História do Brasil Holandês: 2: A Administração da Conquista**, Recife, 1985, p. 483).

- **Coronel Guillaume de Houtain** [Não citado pelos historiadores da Paraíba] - Foi o último governante da Capitania da Paraíba

sob esse jugo alienígena. Substituiu o Tenente-Coronel Jacob Stachhouwer, falecido em fevereiro de 1652, dirigindo-a a partir de março de 1652 (Dag. Notule, 21 de março de 1652, A.R.A., O.W.I.C., 75) até a capitulação geral dos neerlandeses em Pernambuco a 27 de janeiro de 1654. Em um documento redigido alguns dias mais tarde (Dag. Notule, 05 de fevereiro de 1654, A.R.A., O.W.I.C., 75) lê-se "*que da Paraíba teve notícia de que o forte dali* [forte do Cabedelo (Margarida)] *foi abandonado pelos nossos e que destes nenhum ali foi encontrado, estando no Forte Margarida apenas 40 portugueses tomados pelo Capitão Bartel Brant em um navio que se dirigia ao Oriente; os soldados, juntamente com os moradores* [neerlandeses], *tinham partido com destino ao Rio Grande* [do Norte], *em quatro iates e treze barcas, inclusive o Coronel Guillaume de Houthain que ali comandava, constrangido a isso pelos soldados, ao que se dizia.*" (José Antonio Gonsalves de Mello Neto [editor] - **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654) ...**, Recife, 1979, p. 20--21, nota 13, p. 22, nota 31).

3.3. SOB A DINASTIA DE BRAGANÇA (1640-1808)

- **Francisco de Souto Mayor** [Citado somente por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, ao anotar a obra histórica máxima do Visconde de Porto Seguro] - Foi nomeado a 30 de abril de 1642 (Chancelaria de D. João IV, livro 13, fól. 194v.) e não chegou a assumir o cargo.

- **Manuel Pires Correia** [Citado somente por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, ao anotar a obra histórica máxima do Visconde de Porto Seguro] - Teve a Carta de confirmação datada de 20 de junho de 1645 (Chancelaria de D. João IV, livro 16, fól. 338) mas não chegou a assumir o cargo.

- **Triunvirato da Restauração** - A partir de 01 de setembro de 1645 formou-se na Paraíba um governo revolucionário luso-brasileiro com vistas à restauração da Capitania, formado por Lopo Curado Garro, Jeronymo Cadena de Vilhasanti e Francisco Gomes Muniz. Não se trata, portanto, de um governo político mas de um governo militar revolucionário.

- **Lourenço de Brito Correa** - Foi nomeado a 08 de maio de 1647 (Chancelaria de D. João IV, livro 20, fól. 28) e não chegou a assumir o cargo. Existe um requerimento de Lourenço de Brito Correa ao Rei D. João IV, redigido em Lisboa, sem data, em que, argumentando que tendo Sua Magestade lhe feito mercê do governo da Capitania da Paraíba e apesar de ter passado o tempo de validade da sua Portaria por ter andado sempre em serviço de Sua Magestade e no governo do Estado do Brasil, solicita que se lhe mande passar um Alvará e que fique seu despacho corrente, reformado e visto para conservação e efeito da dita mercê e da sua re-

muneração (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 27). Dentre os autores comumente citados apenas Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, sem indicar sua fonte, se reportou a ele com as seguintes palavras: "*Lourenço de Brito Corrêa, governador*" (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] v. V, p. 325).

- **Antonio Dias Cardoso** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) [interino; esta sua primeira gestão interina não é citada pelos historiadores da Paraíba] - Com a restauração o Sargento-Mor Antonio Dias Cardoso respondeu provisoriamente pelo governo da Capitania da Paraíba e foi ele quem deu posse ao sucessor efetivo. Esta notícia, até hoje inédita na Paraíba, foi divulgada em primeira mão há meio século, a partir de uma Carta datada de Lisboa a 15 de fevereiro de 1656 e enviada pelo Rei D. João IV a Francisco Barreto de Menezes (José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] - **João Fernandes Vieira ...**, Recife, 1956, v. II, cap. VI, p. 158). Não tenho informação a respeito de quando começou essa gestão interina de Antonio Dias Cardoso.

- **João Fernandes Vieira** (Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Guerra de Sua Magestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de Santa Eugênia de Ala do Bispado de Miranda e da Comenda de São Pedro de Torrados do Arcebispado de Braga, além de Alcaide-Mor da Vila de Pinhel na Beira Alta) - - Foi nomeado a 12 de fevereiro de 1655 (Chancelaria de D. João IV, livro 26, fól. 265) "*enquando não lhe coubesse entrar no govêrno do Reino de Angola*", aparentemente, com o título de Governador. Foi-lhe dado o soldo de Mestre de Campo, pago com as rendas de Pernambuco, já que a Paraíba não tinha meios para fazê-lo. A posse no governo se deu à certa altura de agosto de

1655, segundo se depreende de um determinado documento, inédito por mais de três séculos, cujo conteúdo foi também divulgado em primeira mão há meio século (José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] - **João Fernandes Vieira ...**, Recife, 1956, v. II, cap. VI, p. 157-158). Exerceu o governo até o dia 19 de agosto de 1657, com base em Antonio José Victoriano Borges da Fonseca e também em frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M., que para tanto consultaram o Livro da Câmara da, já pela segunda vez, oficialmente denominada Cidade de Nossa Senhora das Neves (ou oficiosamente chamada Cidade da Paraíba ou ainda Cidade da Paraíba do Norte), cabeça da Capitania em tela (Antonio José Victoriano Borges da Fonseca - **Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed.(integral),] Rio de Janeiro, 1935, v. I, p. 11; frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M. - **Novo Orbe Serafico Brasilico ...**, [1.ª ed. brasileira e 1.ª ed. integral,] Rio de Janeiro, 1861, parte segunda, v. II, p. 493; Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins - **Revisão e retificação dos sucessivos nomes oficiais da Capital da Paraíba ao longo do tempo**, 4.ª ed., *in*: ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA - 2001, Primeiro Semestre, João Pessoa, 2002, p. 15-47). Naquela última data João Fernandes Vieira entregou, com permissão régia, o governo da Capitania ao seu substituto interino, ou seja, Antonio Dias Cardoso, o mesmo de quem o havia recebido. A esta altura é interessante ressaltar que o autor pernambucano D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., que tinha ligações familiares na Paraíba, concluiu a 26 de março de 1757 a redação de uma importante obra que permaneceu inédita até 1904, versando sobre os valores de Pernambuco, entretanto, a terra paraibana também foi aí amplamente aquinhoada. Por exemplo, nessa sua obra ele dedicou um capítulo inteiro aos governantes da Paraíba, desde a restauração até o seu tempo, começando por João Fernandes Vieira e terminando com Luis

Antonio de Lemos de Britto, cuja gestão ainda vigia quando o autor beneditino em questão terminou o seu livro. Independente dos senões aí observados, é relevante o conjunto das suas informações (D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B. - **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 217-221, parágr. 145-153).

- **Antonio Dias Cardoso** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) [interino; somente esta sua segunda gestão interina é citada pelos historiadores da Paraíba] - Já promovido ao posto de Mestre de Campo, Antonio Dias Cardoso assumiu provisoriamente o governo da Capitania da Paraíba a 19 de agosto de 1657 e o passou ao seu substituto efetivo no dia 17 de outubro de 1657 (frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M. - **Novo Orbe Serafico Brasilico ...**, [1.ª ed. brasileira e 1.ª ed. integral,] Rio de Janeiro, 1861, parte segunda, v. II, p. 493).

- **Mathias de Albuquerque Maranhão** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de São Vicente da Figueira e Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis) - - Foi nomeado a 21 de agosto de 1656 (Chancelaria de D. João IV, livro 25, fól. 192v.), ao que parece, com o título de Capitão-Mor. Baseado, aparentemente, numa equivocação de D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B. (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 218, parágr. 147), enganou-se Irineu Ferreira Pinto ao afirmar que Mathias de Albuquerque Maranhão era filho de Antonio de Albuquerque [Maranhão] (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 63) que fôra Capitão e Governador da Capitania da Paraíba por ocasião da entrada dos neerlandeses nessa terra. Na verdade eles

eram irmãos, como está fartamente explicitado por frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M. (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt - **Introdução e Notas ao** Catálogo Genealógico das Principais Famílias**, de Frei Jaboatão**, [2.ª ed.,] Salvador, 1985, v. I, p. 86-89), e por Antonio José Victoriano Borges da Fonseca (**Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed. (integral),] Rio de Janeiro, 1935, v. I, p. 9-11), além de Francisco Augusto Pereira da Costa (**Anais Pernambucanos**, [1.ª ed.,] Recife, 1952, v. 2, p. 339, v. 3, p. 414) e João d'Albuquerque Maranhão (**História da Casa de Cunhaú**, *in*: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO, Recife, 1952-1956, ano VII a X, n.os IX a XII, cap. II, p. 213-214). Ambos eram filhos de Jeronymo de Albuquerque "Maranhão" e de D. Catharina Pinheiro Feio, de cujo casamento Mathias de Albuquerque Maranhão foi o segundigênito e penúltimo filho, sendo Jeronymo de Albuquerque Maranhão, o moço, o filho caçula que morreu a 06 de dezembro de 1631 combatendo os neerlandeses na Paraíba, como refere o seu primo e donatário da Capitania de Pernambuco (Duarte de Albuquerque Coelho - **Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638**, 2.ª ed. [pernambucana e 3.ª ed. integral brasileira], Recife, [1981] 1982, p. 106), bem como refere um beneditino contemporâneo, então residente na Capitania da Paraíba e testemunha presencial daquela ocorrência, apesar de totalmente desconhecido dos autores hodiernos dessa terra, cuja obra estou reeditando (frei Paulo do Rosario, O.S.B. - **Relaçam Breve, e Verdadeira da Memoravel Victoria ...**, Lisboa, 1632, fól. 13v.). Ademais, do casamento do ex-Capitão e Governador da Capitania da Paraíba Antonio de Albuquerque [Maranhão] com D. Joanna Luiza de Castello Branco nasceu apenas um casal de filhos, Affonso de Albuquerque Maranhão, falecido no mar em 1671, e D. Antonia Margarida de Castello Branco. Por sua vez, Mathias de Albuquerque Maranhão casou-se no Rio de Janeiro com D. Isabel da Camara e

deste casamento nasceram vários filhos (Antonio José Victoriano Borges da Fonseca - **Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed. (integral),] Rio de Janeiro, 1935, v. I, p. 10, p. 11, p. 12). Mathias de Albuquerque Maranhão tomou posse do governo da Capitania da Paraíba em 17 de outubro de 1657 (frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M. - **Novo Orbe Serafico Brasilico ...**, [1.ª ed. brasileira e 1.ª ed. integral,] Rio de Janeiro, 1861, parte segunda, v. II, p. 493) e governou até até certa altura do ano de 1663.

- **João do Rego Barros** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo) - Era natural de Pernambuco e sobrinho-neto do velho Duarte Gomes da Silveira, um dos heróis da conquista da Paraíba. João do Rego Barros foi o filho primogênito de Francisco do Rego Barros e de D. Archangella da Silveira, sendo esta uma das filhas de Margarida Gomes da Silva e do Licenciado Domingos da Silveira, irmão mais velho de Duarte Gomes da Silveira. Incidentalmente, por ocasião do casamento da sua sobrinha D. Archangella da Silveira, realizado a 08 de maio de 1623, Duarte Gomes da Silveira concedeu a Francisco do Rego Barros um generoso dote em terras na Capitania da Paraíba (Antonio José Victoriano Borges da Fonseca - **Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed. (integral),] Rio de Janeiro, 1935, v. I, p. 492-493; **Instituição do Morgado "Salvador do Mundo" por Duarte Gomes da Silveira**, *in*: RIHGP, Parahyba do Norte, v. 3, anno III, 1911, p. 415, item 4.º, p. 412; Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins - - **Verdade e Fidelidade: Duarte Gomes da Silveira no tempo dos flamengos na Capitania da Paraíba** [Obra ainda inédita]). João do Rego Barros foi nomeado em data que não pude apurar, com o título de Capitão-Mor e Governador e com o encargo de Sesmeiro. Não tenho notícia do dia da sua posse mas ela deve ter ocorrido no princípio do ano de 1663 pois já exercia o cargo em

21 de março de 1663 (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 54). Irineu Ferreira Pinto informa que "*Por documentos ve-se que* [João do Rego Barros] *já tinha tomado posse a 7 de Fevereiro* [de 1663]" (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 64), embora não os discrimine. Em 17 de dezembro de 1665 ele ainda permanecia no governo da Capitania (**Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraiba**, 1947 [1951], *passim*), mas é possível rastrear algo bem mais preciso. Antes disso, porém, veja-se a seguir um conjunto de informações equivocadas acerca da duração desse governo, como se comprovará mais adiante. Por exemplo, D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., afirmou que o governo de João do Rego Barros na Capitania da Paraíba se estendeu até o ano de 1670 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 218, parágr. 148-149) e Antonio José Victoriano Borges da Fonseca também disse o mesmo, fixando o início desse governo, ora em 1663, ora em 1668 (**Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed. (integral),] Rio de Janeiro, 1935, v. I, p. 11, p. 493, v. II, p. 212), no que foi seguido por Francisco Augusto Pereira da Costa que deu início a esse governo em 1663 e o encerrou em 1670 (**Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres**, [1.ª ed.,] Recife, 1882, p. 472), assim como foi acompanhado por Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 64-65), por João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia ao anotar a obra histórica máxima de Francisco Adolpho de Varnhagen (**Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325), por Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro,

1953, p. 132), por Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 143), por Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 88, p. 129) e por José Leal Ramos (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 54-55). Apesar de todas essas afirmativas concordantes a respeito do término do governo de João do Rego Barros (, sendo algumas delas tributárias de outras mais antigas,) a verdade é bem diversa, senão vejamos. Existe uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe Regente D. Pedro, datada de Lisboa a 14 de dezembro de 1667, acerca de uma carta redigida na Paraíba a 06 de setembro de 1667 pelo Governador da Capitania da Paraíba, Luiz Nunes de Carvalho, ou seja, o sucessor de João do Rego Barros, relatando sua chegada a essa Capitania em 05 de maio de 1667 e que havia tomado posse do governo no dia 08 de maio de 1667, dando conta a seguir do estado das suas fortificações, armazéns de munições e armas aí existentes (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 68). Diante desse documento caem por terra todas aquelas informações anteriores que acabei de registrar. Dessa maneira, fica estabelecido e pela primeira vez divulgado em letra de forma que João do Rego Barros governou a Paraíba até o dia 08 de maio de 1667. A bem da verdade diga-se ainda que, embora Horácio de Almeida não tivesse tido conhecimento desse último documento aqui assinalado, ele foi o único historiador da Paraíba que, mesmo não indicando sua fonte, afirmou que o governo de João do Rego Barros se situou entre o ano de 1663 e o de 1667 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, v. II, p. 18, p. 253). Sua fonte não indicada talvez esteja contida nos **Documentos Históricos** publicados pela Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) em 110 volumes, entre 1928 e 1955. Acrescente-se agora

uma importante novidade administrativa ocorrida durante o governo de João do Rego Barros. Em 01 de outubro de 1663 foi promulgado o Regimento dos Capitães-Mores do Estado do Brasil que disciplinava a partir de então, de uma maneira sistematizada, as atribuições, obrigações e limites de competência dos governantes das Capitanias. Dentre os diversos dispositivos desse Regimento, no caso particular das Capitanias da Coroa, seus governantes não receberiam mais, por delegação do soberano, o poder de conceder sesmarias, ou seja, não teriam mais o encargo de Sesmeiro. Ali se dispunha que no caso das Capitanias da Coroa, havendo algumas terras vagas ou se descobrindo novas, o Capitão-Mor não as dará de sesmaria, pelo fato de não ter jurisdição para isto mais que o Governador e Capitão Geral ou Vice-Rei a cujo cargo estiver o Estado do Brasil; esta competência pertence somente a El--Rei que dispõe em seu Regimento a forma em que há de se distribuir sesmarias; e dando o Capitão-Mor algumas terras (o que não creio) será nulo e de nenhum vigor tudo o que contra este capítulo obrar (**Documentos Históricos [1560-1668]**, Rio de Janeiro, 1928, v. 5, p. 374-80; Graça Salgado [Organizadora] *et al.* - **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial**, Rio de Janeiro/Brasília, 1985, p. 243-4). Cabe agora um outro tipo de registro. Trata-se de uma pequena porém dedicada contribuição à relação dos governantes da Paraíba, oferecida pelo ilustre historiador baiano Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, competente anotador da obra genealógica de frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M. Esta contribuição de Pedro Calmon contém apenas seis nomes de governantes da Paraíba, a partir de João do Rego Barros, a respeito de quem aquele historiador estava na ocasião pesquisando em Portugal. Ao ele, entretanto, seqüenciar aqueles seis nomes, exclusivamente na ordem das suas respectivas datas de nomeação, julgou estar assim corrigindo a

correspondente cronologia dos seus respectivos governos, em relação à lista geral revisada em 1936 por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, como anotador e revisor da obra histórica máxima de Francisco Adolpho de Varnhagen. As informações do erudito Pedro Calmon, referentes às datas daquelas seis nomeações (, na verdade, nem todas de governantes,) são de utilidade, sem dúvida, todavia, sua contribuição para a correção daquela cronologia, baseada somente em tais elementos, é insuficiente pois como já ficou dito desde o princípio deste ensaio, a ordem de tais designações não correspondia obrigatoriamente à ordem das respectivas gestões. Veja-se agora, para as devidas considerações, a contribuição do historiador baiano em questão: "*Foi* [João do Rego Barros] *capitão-mor da Paraíba, como diz Fr. Jaboatão, citado por R*[odolpho]. *Garcia* [no] *apêndice à* ***História Geral*** *de Varnhagen,* [t.] *V, p. 325, em* [uma] *lista que podemos corrigir, de acordo com o* ***Livro de Cartas Régias****, da Torre do Tombo* [, portanto, fonte mais do que confiável, porém, nem por isso imune a interpretações equivocadas de outrem, como será visto adiante]. *Como* [esta correção] *interessa à história da Paraíba, apresentamos* [aqui] *a emenda. Capitães-mores (depois de João do Rego Barros):* [n.] *19. Inácio Coelho da Silva (não n. 20), nomeação de 7 de fevereiro de 1670, L*[ivro]. *35,* [fól.] *46.* [n.] *20. Manuel Pereira da Carvalho,* [nomeado a] *23 de setembro de 1673, L*[ivro]. *37,* [fól.] *158 verso.* [n.] *21. João Ribeiro (não mencionado* [por Rodolpho Garcia]*),* [nomeado a] *9 de maio de 1675* [**?**], *L*[ivro]. *46,* [fól.] *355.* [n.] *22. João Furtado de Mendonça,* [nomeado a] *13 de outubro de 1676, L*[ivro]. *31,* [fól.] *372* [**?**]. [n.] *22.* [sic, leia-se 23; erro óbvio nesta numeração] *Luiz Nunes de Carvalho,* [nomeado a] *15 de fevereiro de 1677* [**?**], *L*[ivro]. *26,* [fól.] *159.* [n.] *23.* [sic, leia-se 24; erro óbvio de numeração] *Manuel Pereira de Lacerda,*

[nomeado a] *1678* [**?**], *L*[ivro]. *37*, [fól.] *158 verso.*" (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt - **Introdução e Notas ao** Catálogo Genealógico das Principais Famílias**, de Frei Jaboatão**, [2.ª ed.,] Salvador, 1985, v. I, p. 93, nota 12). Desde já algumas observações importantes devem ser feitas àquela contribuição de Pedro Calmon. Em primeiro lugar, embora Inacio Coelho da Silva tenha sido, de fato, nomeado Capitão-Mor da Capitania da Paraíba por Carta Régia datada de "*7 de fevereiro de 1670*" (Vide adiante o respectivo item), ele não foi o sucessor de João do Rego Barros, mas sim Luis Nunes de Carvalho, como já ficou comprovado há pouco, neste mesmo item. Na verdade, como se verá mais tarde, Inacio Coelho da Silva foi sucessor de Luis Nunes de Carvalho (Vide os dois itens subseqüentes). Por sua vez, o nome do sucessor de Inacio Coelho da Silva não é "*Manuel Pereira de Carvalho*, [nomeado a] *23 de setembro de 1673*, *L*[ivro]. *37*, [fól.] *158 verso*", mas sim Manuel Pereira de Lacerda, nomeado Capitão-Mor da Capitania da Paraíba por Carta Régia datada do mesmo dia "*23 de setembro de 1673*" (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 37, fól. 158v.), como também se verá a seguir. A coincidência destas duas datas de nomeação e a semelhança dos nomes aí envolvidos, acrescidas das provas documentais, segundo as quais Manuel Pereira de Lacerda já governava a Capitania da Paraíba no ano seguinte ao da sua nomeação e ainda a governava três anos mais tarde (Vide mais na frente o respectivo item), me leva a presumir, com ponderáveis evidências, algum engano que resultou naquele "*Manuel Pereira de Carvalho*", supostamente exercendo o mesmo cargo na mesma época, ao que parece. Este último nome jamais encontrei associado ao governo da Capitania da Paraíba. De todo modo, consegui localizar alguém contemporâneo chamado Manuel Pereira de Carvalho, mas sem qualquer relação com a Paraíba, o qual fôra nomeado Escrivão da Alfândega

e Almoxarife da Capitania do Rio de Janeiro por Carta Régia datada de 18 de janeiro de 1664 (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 26, fól. 90). Adicionalmente, Pedro Calmon deve ter-se equivocado ao indicar, como sucessor daquele suposto "*Manuel Pereira de Carvalho*" na condição de governante da Capitania da Paraíba, um "*João Ribeiro (não mencionado por R*[odolpho]. *Garcia)*, [nomeado a] *9 de maio de 1675, L*[ivro]. *46*, [fól.] *355*". Na verdade consegui identificar um João Ribeiro relacionado à Paraíba naquela época, aliás, com a mesma cota de identificação documental, exceto o fólio, no mesmo dia "*9 de maio*", porém no ano seguinte de 1676, o qual, por Carta Régia foi nomeado **Capitão dos índios** [da aldeia da Jacoca (Conde)] na Capitania da Paraíba (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 46, fól. 355v.). Não conheço qualquer notícia de que ele tenha governado a Capitania da Paraíba. A lista oferecida por Pedro Calmon se continua com "*João Furtado de Mendonça* [nomeado a] *13 de outubro de 1676, L*[ivro]. *31*, [fól.] *372*", mas neste caso parece ter ocorrido equívoco semelhante ao apontado no caso de João Ribeiro. Encontrei efetivamente um João Furtado de Mendonça relacionado à Paraíba, o qual, naquele mesmo dia "*13 de outubro de 1676*" e com a mesma cota de identificação documental, exceto o fólio, foi por Carta Régia nomeado **Capitão de Infantaria** na Capitania da Paraíba (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 31, fól. 277). Também não conheço notícia de que ele tivesse governado a Capitania da Paraíba. Por outro lado, existe uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II, datada de Lisboa a 01 de fevereiro de 1684, acerca da nomeação de pessoas para a Companhia de Infantaria que vagou na Capitania da Paraíba por falecimento de João Furtado de Mendonça (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 125). Na seqüência da mesma lista oferecida por aquele historiador baiano vem "*Luiz Nunes de Carvalho*, [nomeado a] *15*

de fevereiro de 1677, L[ivro]. *26* [fól.] *159*" que, sem dúvida, governou a Capitania da Paraíba (Vide o próximo item) e foi de fato nomeado naquele dia "*15 de fevereiro*", entretanto, no ano de 1667 (Chancelaria de D. Affonso VI, li-vro 26, fól. 159). O último nome daquela lista de Pedro Calmon é "*Manuel Pereira de Lacerda*, [nomeado a] *1678, L*[ivro]. *37*, [fól.] *158 verso*", que também governou a Capitania da Paraíba e acerca de quem já teci algumas considerações, porém, o ano de nomeação aí indicado não está correto e disto existem provas documentais convincentes (Vide o respectivo item mais na frente).

- **Luis Nunes de Carvalho** - Foi nomeado a 15 de fevereiro de 1667 (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 26, fól. 159), aparentemente, com o título de Capitão-Mor e Governador. Tomou posse, como já ficou visto no item anterior, no dia 08 de maio de 1667 (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 68). Em 25 de novembro de 1668 ainda exercia o cargo, data em que serviu de testemunha num auto de posse do engenho Massangana, sob a invocação de Nossa Senhora d'Água de Lupe ou de Guadalupe na Capitania da Paraíba (Documento cartorial que pertenceu a João Domingos dos Santos, publicado *in*: GABINETE DE ESTUDINHOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA PARAÍBA [GEGHP], João Pessoa, 27 de abril de 1932, n.º 7, ano I, p. 111). Em 13 de agosto de 1670 continuava governando a Capitania da Paraíba, dia em que escreveu uma carta ao Príncipe Regente D. Pedro (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 75) e deve ter continuado no cargo até, pelo menos, certa altura de setembro ou, mais provavelmente, até certa altura de outubro de 1670, tendo em vista as evidências contidas no item seguinte. Dentre os historiadores da Paraíba, somente Horácio de Almeida, que não indicou sua fonte nem desceu ao detalhe do dia e mês, informou que o seu governo se estendeu de

1667 até 1670 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, v. II, p. 18, p. 253).

- **Inacio Coelho da Silva** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 07 de fevereiro de 1670 (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 35, fól. 46) com o título de Capitão-Mor. Vai aqui impressa pela primeira vez a notícia de que a posse lhe foi dada no dia 01 de novembro de 1670 pela Câmara da Cidade de Nossa Senhora das Neves, donde se conclui que nessa altura seu antecessor já não estava mais na Capitania da Paraíba. Isto se depreende de uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe Regente D. Pedro, datada de 11 de setembro de 1671, a respeito de uma carta do Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, Inacio Coelho da Silva, ao mesmo Príncipe Regente, redigida na Paraíba a 30 de maio de 1671, dando conta da sua chegada a esta terra e da sua posse "*em o prim.ro de Nouembro passado* [, ou seja, de 1670]", bem como do estado de defesa e conservação da Capitania (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 80). Em 25 de agosto de 1671 ele continuava exercendo o governo (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 78). Ainda governava a Paraíba em 15 de agosto de 1673, data em que os Oficiais da Câmara da Cidade escreveram uma carta ao Príncipe Regente D. Pedro, requerendo que o Capitão-Mor Inacio Coelho da Silva fosse provido para mais um triênio no governo (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 86). Esta solicitação parece não ter sido atendida porque a 23 de outubro do mesmo ano de 1673 uma Consulta do Conselho Ultramarino dirigida ao Príncipe Regente D. Pedro versava sobre uma solicitação de Inacio Coelho da Silva para que se tirasse residência [sindicância] do tempo que serviu o cargo de Capitão-Mor da Capitania da Paraíba (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 1, doc. 88). Horácio de Almeida, dentre os historiadores da Paraíba, sem indicar a fonte e assinalando apenas o ano

do início e do final de cada governo, foi o único que fez uma aproximação razoável para essa gestão, pelo menos quanto à data do seu início, ou seja, desde 1670 até 1674 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, v. II, p. 18, p. 253).

- **Manuel Pereira de Lacerda** - Foi nomeado a 23 de setembro de 1673 (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 37, fól. 158v.) com o título de Capitão-Mor e durante o seu governo foram concedidas sesmarias. Tomou posse em data ignorada mas já governava a 04 de novembro de 1674, ocasião em que assinou uma carta de sesmaria (Documento cartorial que pertenceu a João Domingues dos Santos, publicado *in*: GEGHP, João Pessoa, 27 de novembro de 1937, v. III, n.º 1 e 2, ano VI, p. 20-21). É bem possível que ele já estivesse no exercício do seu cargo desde o final de 1673, levando-se em conta aquele documento datado de 23 de outubro de 1673, citado no item anterior. Não tenho notícia sobre até quando exatamente durou o seu governo mas é possível rastreá-lo no cargo a 13 de novembro de 1675, data em que o Príncipe Regente D. Pedro lhe escreveu uma Carta mandando transferir o "passo" do Tibiri para o Varadouro ou porto da Cidade de Nossa Senhora das Neves ("passo" do Varadouro) e este é o documento mais remoto que o benemérito Irineu Ferreira Pinto encontrou no antigo ARCHIVO PUBLICO DA PARAHYBA (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 66, nota 1). Em 1676, aparentemente no segundo semestre, Manuel Pereira de Lacerda ainda continuava no governo da Capitania (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 101). É razoável admitir que ele governou a Paraíba até certa altura do segundo semestre de 1678 quando, ao que parece, seu sucessor tomou posse. Mais uma vez aqui Horácio de Almeida foi o único historiador da Paraíba que ofereceu uma duração razoável para esse governo, particularmente

em relação ao ano do seu término, ou seja, desde 1674 até 1678 (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, v. II, p. 18, p. 253). Por outro lado, o respeitável historiador paraibano Maximiano Lopes Machado, neste específico recorte cronológico, em meio a uma grande confusão e sem aditar qualquer fundamentação, afirmou que o substituto de Manuel Pereira de Lacerda foi um certo "*Simão Moreira de Souza (1677 a 1684)*", o qual, somente aquele autor paraibano entendeu como Capitão-Mor da Capitania da Paraíba (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 272). Existe uma pista razoável para explicar esta curiosa afirmativa de Maximiano Lopes Machado. É que, de fato, consegui localizar um Simão Moreira de Sousa relacionado à Capitania da Paraíba, porém, cerca de três décadas mais tarde e vinculado a outro cargo. Este achado deve-se a uma Carta de Confirmação, passada em Lisboa a 10 de janeiro de 1701, relativa à nomeação a Simão Moreira de Sousa como **Capitão de Infantaria** na Paraíba (Chancelaria de D. Pedro II, livro 26, fól. 333). Assim, é possível que o Capitão de Infantaria da Capitania da Paraíba tenha sido confundido com o Capitão-Mor da Capitania da Paraíba.

- **Alexandre de Souza e Azevedo** - Foi nomeado a 21 de julho de 1678 (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 32, fól. 117v.) com o título de Capitão-Mor. Como substituto de Manuel Pereira de Lacerda, Alexandre de Souza e Azevedo tomou posse, até prova em contrário, no mesmo ano de 1678. A mais antiga informação que conheço neste sentido, sem indicação de fonte, deve-se a D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., cuja obra foi concluída em 1757 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 219, parágr. 149). Depois desse autor beneditino também disseram o mesmo Irineu Ferreira Pinto, cuja fonte deve ter sido a anterior, embora

não a indique (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 66, p. 354), João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 132), Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 143), Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega que, estranhamente, chamou esse governante de "*Alexandre de Sousa Ferreira*", embora adiante tenha escrito "*Alexandre de Sousa Azevedo*" (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960,] 1961, v. 249, p. 47, p. 129), José Leal Ramos (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 55) e Horácio de Almeida (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, v. II, p. 18, p. 254). A seu turno, Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, ao invés de se fiar numa informação de um autor do Século XVIII, D. Domingos do Loreto Couto, O.S.B., que certamente conheceu documentos antigos da Câmara da Paraíba, valeu-se da notícia de um autor do Século XIX, o Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior], também conhecedor de documentos antigos, mas nem sempre foi fidedigno. Dessa maneira, o referido autor potiguar fez com que o governo de Alexandre de Souza e Azevedo se iniciasse em 1679 (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325). A inverossimilhança dessa notícia já transparece no fato de que, segundo a mesma fonte, o início do governo efetivo do antecessor de Alexandre de Souza e Azevedo teria ocorrido no ano anterior (1678). Dando seqüência a dados mais confiáveis, Alexandre de Souza e Azevedo continuava no governo por volta do segundo semestre de 1683, como se depreende de uma Consulta do Conselho Ultramarino ao

Rei D. Pedro II, datada de Lisboa a 15 de novembro de 1683, a respeito de cartas deste Capitão-Mor (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 123). Ele deve ter permanecido no governo até certa altura do segundo semestre de 1684, considerando que existe uma outra Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II, datada de Lisboa a 07 de fevereiro de 1685, acerca de uma solicitação de Alexandre de Souza e Azevedo para que se tirasse residência do tempo que serviu como Capitão-Mor da Capitania da Paraíba (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 132). Levando-se em conta uma informação merecedora de confiança, fornecida por Frederico Carneiro de Campos, sobre quem já falarei, acerca da posse do sucessor de Alexandre de Souza e Azevedo, infere-se que o governo deste durou até agosto de 1684 (Vide o item seguinte).

- **Antonio da Silva Barbosa** - Foi nomeado a 08 de novembro de 1683 (Chancelaria de D. Affonso VI, livro 48, fól. 200) com o título de Capitão-Mor. Como ficou sugerido no item anterior, sua posse deve ter ocorrido em certa altura de 1684, possivelmente no segundo semestre. O ano de 1684 é corroborado por D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B. (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 219-220, parágr. 150). Neste mesmo sentido e com mais detalhes temos a informação do Tenente-Coronel Frederico Carneiro de Campos — que na condição de Presidente da Província da Paraíba do Norte já no período monárquico, entre 18 de dezembro de 1844 e 16 de março de 1848, por certo teve acesso *in loco* a fontes documentais sobre os seus governantes, pelo menos os mais recentes, cujos dados básicos coligiu e fez publicar, partindo da gestão em tela — segundo a qual a posse de Antonio da Silva Barbosa se deu em agosto de 1684 e seu governo durou até setembro de 1687 (**Catalogo dos Governadores e Presiden-**

tes da Provincia da Parahyba do Norte, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]). A mesma notícia foi dada quatro décadas mais tarde pelo Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior], possivelmente apoiado na publicação anterior ou a partir de algum documento manuscrito, que este autor habitualmente não identificava (**Chronica Geral do Brazil**, Rio de Janeiro, 1886, t. I, p. 458, parágr. DCXLVIII), tendo sido igualmente fornecida por Maximiano Lopes Machado que, seguramente, conheceu o trabalho de Frederico Carneiro de Campos, onde pode ter colhido essa informação, todavia, acrescentou que a posse de Antonio da Silva Barbosa se deu no dia "*1 de agosto de 1684*", o que não é improvável, mas falta aí a indicação da fonte (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 272, t. II, p. 516, nota 2). A mesma informação foi também assinalada, sem o detalhe do dia exato da posse, por Irineu Ferreira Pinto que compulsou os preciosos documentos do antigo ARCHIVO PUBLICO DA PARAHYBA (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 81, p. 354), assim como foi oferecida por João Rodrigues Coriolano de Medeiros que a aproveitou de Irineu Ferreira Pinto (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63) e também registrada por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, anotador da obra histórica máxima do Visconde de Porto Seguro, fundamentando-se para tanto em Frederico Carneiro de Campos (**Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325), bem como por Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 54, p. 129) e por Horácio de Almeida, ambos aparentemente baseados em Irineu Ferreira Pinto (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, v. II, p. 18, p. 254). Aliás, Irineu Ferreira Pinto afirmou ainda, sem maior explicação, que Antonio da Silva

Barbosa tomou posse no governo da Capitania da Paraíba como "*Capitão-mór interino*" (*idem, ibidem*), entretanto, é bem difícil aceitar esta condição de interino numa gestão que durou mais de três anos, em que pese o fato de eu não conhecer o texto integral da Carta Régia, datada de 08 de novembro de 1683, que nomeou o Capitão-Mor Antonio da Silva Barbosa. Existe ainda evidência de que seu governo (efetivo, até prova em contrário,) não transcorreu de forma muito tranqüila. Isto é corroborado por uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II, datada de Lisboa a 16 de novembro de 1685, a propósito de uma carta dos Oficiais da Câmara da Cidade na Capitania da Paraíba em que eles se reportam ao mau procedimento do Capitão-Mor Antonio da Silva Barbosa (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 139). Numa outra Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II, com data de 23 de fevereiro de 1686 trata-se de uma carta do Capitão--Mor Antonio da Silva Barbosa em que ele solicita um Ouvidor letrado para a Capitania da Paraíba ou então que o Ouvidor Geral de Pernambuco vá em correição à Paraíba. Adicionalmente, em carta dos Oficiais da Câmara, datada da Paraíba em 15 de maio de 1687 são apresentadas queixas contra as violências praticadas pelo Capitão-Mor Antonio da Silva Barbosa (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 151). Enfim, seu governo deve ter se estendido até aproximadamente o segundo semestre de 1687 e é bastante aceitável que tenha sido de fato até setembro de 1687, como afirmou Frederico Carneiro de Campos, pois isto se coaduna com a última notícia que tenho dele governando a Capitania da Paraíba. Trata-se de uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II, datada de Lisboa em 21 de janeiro de 1688, a respeito de uma carta do Capitão-Mor Antonio da Silva Barbosa, redigida a 30 de julho de 1687, versando sobre os motivos pelos quais não deu execução à ordem recebida para pôr em arrecadação as dívi-

das para com a Fazenda Real (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 154).

- **Amaro Velho Serqueira** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - Foi nomeado a 17 de novembro de 1686 (Chancelaria de D. Pedro II, livro 33, fól. 127) com o título de Capitão-Mor. Tomou posse em 1687, no mês de setembro, como vimos no item anterior, com base na informação de Frederico Carneiro de Campos. A confiabilidade desta sua informação pode ser testada e comprovada a partir de uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II, datada de 20 de março de 1688, versando sobre cartas do Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, Amaro Velho Serqueira, e do Capitão do forte do Cabedelo, Bras de Mello Muniz, esta última a respeito do estado de ruína desse forte. Já a carta do Capitão-Mor Amaro Velho Serqueira tem a data de 09 de setembro de 1687 e começa assim: "*Emtrey no gouerno q V. Mag.de me fez m.ce defta Capitania a tam poucos dias que naõ poderey dar cabal informaçaõ a V. Mag.de do que nella hay ...*" (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 2, doc. 158). Registre-se aqui que Maximiano Lopes Machado, baseado em fonte não explicitada, com muita aproximação indicou o início do governo de Amaro Velho Serqueira no dia "*9 de setembro de 1687*" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 275) Irineu Ferreira Pinto transcreveu duas Cartas Régias, datadas respectivamente de 28 de novembro de 1689 e de 20 de novembro de 1690, dirigidas ao Capitão-Mor Amaro Velho Serqueira (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 83-84). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., que escreveu pouco mais de meio século depois da administração em análise, informou que Amaro Velho Serqueira governou a Paraíba até 1692 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed.,

fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 150) e Frederico Carneiro de Campos detalhou ainda mais a mesma notícia dizendo que este governo durou até junho de 1692 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81--98 [mapa]), informação esta que confere com a do Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior] (**Chronica Geral do Brazil**, 1886, t. I, p. 463, parágr. DCLXIII), com a de Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 275), com a de Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 81, p. 84, p. 354), com a de João Rodrigues Coriolano de Medeiros que a colheu em Irineu Ferreira Pinto (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), com a de Rodolpho Augusto de Amorim Garcia que a colheu em Frederico Carneiro de Campos (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 325), com a de Luiz Teixeira da Silva Pinto que a colheu em Irineu Ferreira Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 41, p. 132), com a de Delmiro Pereira de Andrade que a colheu em Irineu Ferreira Pinto (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 143), com a de Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega que a colheu em Irineu Ferreira Pinto (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 49, p. 129), com a de José Leal Ramos que, aparentemente, a colheu de Maximiano Lopes Machado (**Itinerário Histórico da Paraíba: Da colonização aos nossos dias**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 59-60), e com a de Horácio de Almeida que deve tê-la colhido em Frederico Carneiro de Campos ou em Irineu Ferreira Pinto (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa,

1978, v. II, p. 18, p. 254).

- **Manuel Nunes Leitão** - Foi nomeado a 18 de janeiro de 1692 (Chancelaria de D. Pedro II, livro 49, fól. 427, fól. 452v.) com o título de Capitão-Mor. Tomou posse em junho de 1692 pelo que ficou dito no item anterior. Sem indicar sua fonte, Maximiano Lopes Machado afirmou que a posse de Manuel Nunes Leitão ocorreu no dia "*3 de junho de 1692*" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 276). Em 23 de fevereiro de 1694 o Rei D. Pedro II escreveu uma Carta ao Capitão-Mor da Capitania da Paraíba Manuel Nunes Leitão (GEGHP, João Pessoa, 06 de abril de 1941, v. III, n.os 11 e 12, ano IX, p.111). Existe uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II, datada de Lisboa a 06 de setembro de 1695, acerca de uma carta do Capitão-Mor Manuel Nunes Leitão, versando sobre o cumprimento de uma ordem de mandar recolher todas as peças de artilharia que estavam fora da fortificação da praça, além de outras temas (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 3, doc. 196). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., que oferece dados biográficos de Manuel Nunes Leitão, afirma que ele governou a Capitania da Paraíba até o ano de 1697 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 150; livro sexto, cap. 4, p. 428-429, parágr. 37). Já Frederico Carneiro de Campos detalha ainda mais esta informação dizendo que o governo de Manuel Nunes Leitão durou até setembro de 1697 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), notícia esta que corresponde, de forma independente ou não, à veiculada pelo Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior] (**Chronica Geral do Brazil**, Rio de Janeiro, 1886, t. I, p. 468, parágr. DCLXXXIII) e que também se lê

em Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 276) e está igualmente impressa em Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 90, p. 354), bem como em João Rodrigues Coriolano de Medeiros, baseado em Irineu Ferreira Pinto (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), e ainda na revisão de Rodolpho Augusto de Amorim Garcia à obra histórica máxima do Visconde de Porto Seguro, apoiando-se aí em Frederico Carneiro de Campos (**Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 326), como também em Delmiro Pereira de Andrade que acompanhou Irineu Ferreira Pinto (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 143), assim como é encontrada em Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega que seguiu Irineu Ferreira Pinto (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 110), e que também se vê em Horácio de Almeida que deve tê-la aproveitado de Frederico Carneiro de Campos ou de Irineu Ferreira Pinto (**História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, v. II, p. 18, p. 254).

- **Manoel Soares Albergaria** - Foi nomeado a 14 de fevereiro de 1697 (Chancelaria de D. Pedro II, livro 41, fól. 150) com o título de Capitão-Mor. Tomou posse em setembro de 1697, com base no que ficou dito no item anterior. Em 30 de outubro de 1697 o Rei D. Pedro II escreveu uma Carta ao Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, Manoel Soares Albergaria (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 3, doc. 213). Irineu Ferreira Pinto transcreveu duas cartas do Rei D. Pedro II ao Capitão-Mor Manoel Soares Albergaria, uma datada de 21 de dezembro de 1698, versando sobre a nova construção do forte do Cabedelo, e a outra com data de 28 de agosto de

1699, dizendo respeito à obra da Cadeia (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 92-93). Em 17 de novembro de 1699 ainda continuava no cargo, data em que assinou uma carta de sesmaria concedida ao Alferes Custodio Alves Martins (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 13-14). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., afirma que o governo de Manoel Soares Albergaria durou até 1700 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 150). Por sua vez, Frederico Carneiro de Campos fez uma aproximação maior dizendo que o governo de Manoel Soares Albergaria durou até julho de 1700 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), informação esta que coincide com a de Maximiano Lopes Machado, acrescentando mais adiante que o seu sucessor tomou posse no dia "*4 de julho daquelle anno* [de 1700]" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. I, p. 277, t. II, p. 336, nota 2). Essa notícia, também corroborada por Irineu Ferreira Pinto sem a indicação do dia exato (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 94, p. 354), não discrepa de um Decreto do Rei D. Pedro II, datado de Lisboa a 06 de novembro de 1700, ordenando ao Conselho Ultramarino consulta ao papel que fez o ex-Capitão-Mor da Paraíba, Manoel Soares Albergaria, sobre as missões da Capitania (A.H.U., A.C.L.,C.U. 014, cx. 3, doc. 238).

- **Francisco de Abreu Pereira** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - - Foi nomeado a 01 de janeiro de 1700 (Chancelaria de D. Pedro II, livro 25, fól. 369) com o título de Capitão-Mor. Existe um re-

querimento do Capitão-Mor nomeado para a Capitania da Paraíba, Francisco de Abreu Pereira, ao Rei D. Pedro II, redigido em Lisboa, sem indicação da data porém anterior ao dia 13 de janeiro de 1700, no sentido de que lhe fosse passada Provisão para vencer seu soldo a partir do dia do seu embarque para o Brasil (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 3, doc. 231). Ele tomou posse do seu cargo em julho de 1700, como já ficou dito no item precedente. Vale lembrar aqui que Maximiano Lopes Machado, baseado na "*Relação dos governadores, extrahida da secr*[etaria]. *do gov*[erno]. *da Parahyba*", afirmou que Francisco de Abreu Pereira "*tomou conta da administração a 4 de julho daquelle anno* [de 1700]" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. II, p. 336). No dia 23 de janeiro de 1703 ele ainda permanecia no cargo, data em que assinou uma carta de sesmaria (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 18). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., informa que o governo de Francisco de Abreu Pereira durou até 1703 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, p. 150), todavia, Frederico Carneiro de Campos forneceu mais um detalhe para essa notícia ao afirmar que seu governo se encerrou em novembro do ano de 1703 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), coincidindo com o que asseverou o Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior] (**Chronica Geral do Brazil**, Rio de Janeiro, 1886, t. II, p. 8) e com o que também informou Irineu Ferreira Pinto, certamente com base em dados documentais oriundos do ARCHIVO PUBLICO DA PARAHYBA (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 94, p. 354).

- **Fernando de Barros Vasconcellos** [Este é o nome correto, de acordo com o seu autógrafo] (Fidalgo da Casa Real) - Não consegui localizar a data em que ele foi nomeado mas sabe-se que recebeu o título de Capitão-Mor. Tomou posse em novembro de 1703, com base no que vimos no item anterior. Irineu Ferreira Pinto transcreveu duas cartas de D. Catharina de Bragança, Rainha da Grã-Bretanha, Infanta de Portugal e Regente deste Reino, para o Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, Fernando de Barros Vasconcellos, datadas respectivamente de 18 de agosto de 1704 e 06 de junho de 1705 (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 98-99). Da mesma D. Catharina de Bragança, existe uma outra carta datada de 14 de outubro de 1704, dirigida ao Capitão-Mor Fernando de Barros Vasconcellos, a qual foi impressa três décadas depois da publicação daquelas duas anteriores (GEGHP, João Pessoa, 03 de setembro de 1939, v. III, n.os 5 e 6, ano VII, p. 34). Irinêo Ceciliano Pereira Joffily sumariou, ano a ano, diversas sesmarias assinadas pelo Capitão-Mor Fernando de Barros Vasconcellos, desde 08 de janeiro de 1704 até 17 de julho de 1708 (**Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 19-37). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., que equivocadamente o denominou de "*Francisco de Barros de Vasconcellos*", informou que o governo do Capitão-Mor Fernando de Barros Vasconcellos se estendeu até 1708 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 150) e Frederico Carneiro de Campos deu mais detalhe afirmando que seu governo se prolongou até julho de 1708 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), notícia esta concordante com a do Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior] (**Chronica Geral**

do Brazil, Rio de Janeiro, 1886, t. II, p. 8) e com a de Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 100, p. 354).

- **João da Maya da Gama** - Não consegui localizar a data em que ele foi nomeado mas sabe-se que recebeu o título de Capitão-Mor. Tomou posse em julho de 1708, conforme o que ficou dito no item anterior. Existe uma carta do Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, João da Maya da Gama, ao Rei D. João V, datada da Paraíba a 20 de agosto de 1708, dando conta do estado das armas e munições da Capitania (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 4, doc. 291). Em 28 de novembro de 1710 o Rei D. João V enviou uma carta ao Capitão-Mor João da Maya da Gama, a qual foi transcrita por Irenêo Ceciliano Pereira Joffily (**Notas sobre a Parahyba**, [1.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1892, p. 231, doc. n.º 1). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., afirma que João da Maya da Gama governou até o ano de 1717 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 151) e Frederico Carneiro de Campos complementou este dado informando que seu governo se estendeu até o mês de maio de 1717 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), lendo-se a mesma notícia em Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 110, p. 354), entretanto, nas duas páginas seguintes (p. 111-112) o próprio Irineu Ferreira Pinto explicitou uma importante dúvida a respeito da sua informação, relativa ao término desse governo em maio de 1717. Aí ele também reproduziu o texto integral de uma carta do Rei D. João V para "*João da Maya da Gama Capitão mór da Capitania da Parahiba*", datada de Lisboa (Ocidental) a "*nove*

de Agosto de mil settecentos e dezasete", reportando-se a uma carta que este Capitão-Mor escrevera a "*desesete de Settembro do anno passado* [de 1716]". Se o governo de João da Maya da Gama se encerrou em maio de 1717, por que D. João V o chamou, a "*nove de Agosto de mil settecentos e dezasete*", de "*Capitão mór da Capitania da Parahiba*" e não de "*Capitão mór que foi da Capitania da Parahiba*" ? Não resolvem esta questão as inúmeras sesmarias assinadas ao longo do governo de João da Maya da Gama, as quais, além de não a elucidarem a alimentam ainda mais, senão vejamos. Fundamentados nas mesmas fontes documentais, Irenêo Ceciliano Pereira Joffily e, mais tarde, João de Lyra Tavares, sumariaram em livre redação essas sesmarias, a maior parte delas registradas por um e por outro, todavia, algumas poucas foram assinaladas somente pelo último autor. As assinaturas em tela foram feitas a partir de 18 de setembro de 1708, no que ambos os autores concordam, e a sesmaria mais tardia que esses dois autores indicaram sem discrepâncias foi uma datada de 19 de maio de 1717, beneficiando o Coronel João da Rocha Motta e o Capitão Paulo Monteiro de Barros, entretanto, é a partir desta última data que aumenta a confusão. Assim, João de Lyra Tavares ainda computou, no mesmo governo de João da Maya da Gama, as sesmarias assinadas em 25 de maio de 1717 (Luiz Quaresma Dourado, Ajudante de Infantaria paga), em 28 de maio de 1717 (Padre Luiz Quaresma Dourado), 28 de maio de 1717 (Sargento-Mor Hypolito Bandeira de Mello) e em 18 de julho de 1717 (D. Roza Ferreira de Oliveira). Enquanto isto, a seu turno, Irenêo Ceciliano Pereira Joffily noticiou, ainda no governo de João da Maya da Gama, uma determinada sesmaria beneficiando o Coronel João da Rocha Motta, sem parceiro, com data de 15 de agosto de 1717, a qual, João de Lyra Tavares também estampou, porém com data de 15 de abril de 1717. Ademais, Irenêo Ceciliano Perei-

ra Joffily ainda sumariou uma outra sesmaria que é exatamente aquela, atrás mencionada, concedida a D. Roza Ferreira de Oliveira, todavia, com data de 18 de junho de 1717 e já no governo seguinte de Antonio Velho Coelho. Além disso, vê-se ainda pouco tempo depois uma sesmaria beneficiando D. Izabel da Camara e Albuquerque, registrada já no governo de Antonio Velho Coelho, tanto por Irenêo Ceciliano Pereira Joffily quanto por João de Lyra Tavares, entretanto, para aquele autor datada de 05 de agosto de 1717, enquanto que para este último datada de 06 de agosto de 1717 (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 37-68; João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 67--103). Como se pode verificar, nenhuma daquelas duas últimas datas (, inseridas por ambos os autores já durante o governo de Antonio Velho Coelho,) revela-se compatível com aquela outra data de "*nove de Agosto de mil settecentos e dezasete*" da carta de D. João V, dirigida ao "*Capitão mór João da Maya da Gama*". Diante de tal situação, apesar da elevada confiabilidade da informação veiculada por Frederico Carneiro de Campos acerca do término do governo de João da Maya da Gama em maio de 1717, paira ainda uma dúvida não negligenciável a este respeito. Assim, por enquanto, só me resta considerar, provisoriamente, que João da Maya da Gama governou a Capitania da Paraíba até certa altura entre 19 de maio de 1717 e um determinado dia não apurado de agosto de 1717, após o dia 09.

- **Antonio Velho Coelho** (Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Magestade) - Não consegui localizar a data em que ele foi nomeado mas sabe-se que recebeu o título de Capitão-Mor. De acordo com a análise contida no item anterior ele deve ter tomado pos-

se em certa altura situada entre 19 de maio de 1717 e um determinado dia não apurado de agosto de 1717, após o dia 09. No dia 07 de setembro de 1717 o Capitão-Mor Antonio Velho Coelho assinou uma sesmaria concedida ao Capitão Manoel Muniz Bittencourt e a Manoel Muniz de Lemos (Irinêo Ceciliano Pereira Joffily - - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 69; João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 103-104). Irineu Ferreira Pinto transcreveu o texto de uma carta do Rei D. João V para o Capitão--Mor Antonio Velho Coelho, datada de Lisboa (Ocidental) a 25 de março de 1719 (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 113). Pode-se acompanhar o fluir do seu governo através das diversas sesmarias por ele assinadas, a partir daquela data já citada em diante, desde 07 de setembro de 1717 até 03 de junho de 1719, devendo-se adicionar também aí uma determinada solicitação de sesmaria feita provavelmente no início de agosto de 1719, quando o Capitão--Mor Antonio Velho Coelho se encontrava muito doente (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 80-81). Veio a falecer no cargo a 14 de agosto de 1719, como informa Frederico Carneiro de Campos (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 82, nota 3) e Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 113) e também endossou Rodolpho Augusto de Amorim Garcia com base em notícia colhida na GAZETA DE LISBOA de 28 de fevereiro de 1720 (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 326).

- **Junta Governativa** [interina] - Por determinação do próprio Capitão-Mor Antonio Velho Coelho, na véspera do seu falecimento, foi constituída no dia 14 de agosto de 1719 uma junta governativa interina composta pelos Oficiais da Câmara, cujos nomes ficamos sabendo graças a uma valiosa pesquisa do benemérito Irineu Ferreira Pinto. Esses Oficiais da Câmara eram João de Moraes Valcacer, Feliciano Coelho de Barros, Francisco Souto Mayor, Jeronymo Coelho de Alvarenga, Diogo Vandernes e Eugenio Cavalcante de Albuquerque (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 113-114). A mesma junta governativa interina assinou pelo menos duas cartas de sesmarias com datas de 17 de outubro de 1719 e 20 de novembro de 1719 (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 80-81). De acordo com Frederico Carneiro de Campos essa junta interina governou a Capitania da Paraíba até janeiro de 1720 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), notícia esta seguida por Irineu Ferreira Pinto, o qual, por falta de mais explicitação permitiu o entendimento de que a posse em janeiro de 1720 do sucessor daquela junta governativa, Antonio Ferrão de Castelbranco, tinha já caráter efetivo desde o princípio, todavia, a Carta Régia confirmando-o no cargo está datada de 17 de julho de 1720 e o próprio Irineu Ferreira Pinto a reproduziu na íntegra (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 114-115). Aliás, de forma mais lacônica, o mesmo lapso já havia sido cometido por Frederico Carneiro de Campos (**Catálogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]). Noutras palavras, na realidade, em janeiro de 1720 o sucessor daquela

junta governativa interina recebeu o governo da Capitania da Paraíba também em caráter interino.

- **João Correa de Castro** - Nomeado em fevereiro de 1720, segundo informação colhida por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia na GAZETA DE LISBOA de 22 de fevereiro de 1720 (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 326), entretanto não chegou a tomar posse. A notícia desta nomeação no ano de 1720, sem referência ao mês de fevereiro, aparece no texto daquela Carta Régia de confirmação da nomeação de Antonio Ferrão de Castelbranco, datada de 17 de julho de 1720, mencionada no item anterior, a qual, foi publicada no início do Século XX por Irineu Ferreira Pinto, todavia, este autor não inseriu o nome de João Correa de Castro na relação de governantes por ele elaborada (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 114-115, p. 354).

- **Antonio Ferrão de Castelbranco** [interino e a seguir efetivo] -- Este é o seu nome correto, de acordo com o seu autógrafo (Vide o **ANEXO II** no final deste texto). Com o falecimento do Capitão-Mor Antonio Velho Coelho, em 14 de agosto de 1719, após nove dias de doença, o Tenente de Mestre de Campo General Antonio Ferrão de Castelbranco foi designado, em data anterior a 13 de outubro de 1719, pelo 2.º Vice-Rei do Brasil, D. Sancho de Faro, 2.º Conde do Vimieiro, para governar interinamente a Capitania da Paraíba. Chegando à Paraíba este Capitão-Mor nomeado interinamente, encontrou os Oficiais da Câmara exercendo o governo da Capitania e, diante disto, comunicou o fato ao Rei D. João V para prover sobre a matéria. Considerando agora que pouco depois de um século Frederico Carneiro de Campos, conhecedor

dos documentos oficiais dessa terra, como já vimos, afirmou que aquela junta governativa dirigiu a Capitania da Paraíba até janeiro de 1720, entregando o governo a Antonio Ferrão de Castelbranco, é de se aceitar que, a partir daí, este último cumpriu um período de alguns meses de governo interino enquanto esperava a decisão de El-Rei. Enfim, o monarca respondeu a Antonio Ferrão de Castelbranco com aquela Carta de Confirmação, há pouco mencionada, datada de 17 de julho de 1720, efetivando assim sua nomeação e investidura interinas com o título de Capitão-Mor. O Rei D. João V informava ainda que já havia antes nomeado João Correa de Castro para o mesmo cargo, como sucessor de Antonio Velho Coelho, caso ele viesse a falecer. Conclui-se daí que aquela prévia nomeação de João Correa de Castro ficou sem efeito. A posse em caráter efetivo do Capitão-Mor Antonio Ferrão de Castelbranco deve ter ocorrido, portanto, ao longo do segundo semestre de 1720, algum tempo depois daquele dia 17 de julho. De qualquer forma, a rigor, em 24 de janeiro de 1720 Antonio Ferrão de Castelbranco já exercia interinamente o governo da Capitania pois nessa data ele assinou uma carta de sesmaria (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 81-82). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., que escreveu menos de quatro décadas depois da investidura de Antonio Ferrão de Castelbranco, afirmou que seu governo durou de 1720 até 1722 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 151). Já Frederico Carneiro de Campos, mais detalhadamente, disse que esse governo começou em janeiro de 1720 e se estendeu até janeiro de 1722 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), o mesmo ocorrendo com Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a**

Historia da Parahyba ..., [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 117, p. 354) e com Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 326). Aparentemente o Capitão-Mor Antonio Ferrão de Castelbranco assinou a última carta de sesmaria na Paraíba a 10 de novembro de 1721 (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 89).

- **João de Abreu de Castelbranco** - Este é o seu nome correto, de acordo com o seu autógrafo (Vide o **ANEXO II** no final deste texto). Não consegui localizar a data da sua nomeação mas depreende-se que já estava nomeado antes de 08 de agosto de 1721 através de uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, com essa data, a respeito de um requerimento do Capitão-Mor nomeado para a Paraíba, João de Abreu de Castelbranco, no sentido de que se mandasse acrescentar seu soldo da mesma forma que se fez com todos os governantes das mais conquistas (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 5, doc. 380). Tomou posse em janeiro de 1722, como ficou dito no item anterior e, segundo D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., seu governo se estendeu até 1729 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 151), entretanto, Frederico Carneiro de Campos foi mais adiante, dizendo que sua gestão se encerrou em março de 1729 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), informação esta seguida por Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. II, p. 426) e por Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 127,

p. 354). Creio ser de interesse assinalar aqui que Irenêo Ceciliano Pereira Joffily sumariou duas sesmarias datadas respectivamente de 12 de dezembro de 1728 (Manoel Correia Pinto) e 29 de novembro de 1729 (Sargento-Mor Christovão de Hollanda Figueiroa e Vasconcellos), ambas assinadas pelo Capitão-Mor João de Abreu de Castelbranco, sendo que esta última extrapolaria o seu tempo de governo (**Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 103-104). Por sua vez, João de Lyra Tavares também sumariou estas duas sesmarias, todavia, lê-se aí que a segunda foi assinada já pelo sucessor de João de Abreu de Castelbranco (**Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] 1909 [1910], v. I, p. 130-131). Diante disto, deve-se neste caso considerar como mais confiável a informação de João de Lyra Tavares, coerente com os dados vistos há pouco sobre a duração do governo de João de Abreu de Castelbranco.

- **Francisco Pedro de Mendonça Gorjão** (Fidalgo da Casa Real) - Este é o seu nome correto, de acordo com o seu autógrafo (Vide o **ANEXO II** no final deste texto). Não consegui localizar a data de sua nomeação mas sabe-se que ele recebeu o título de Capitão-Mor. Sua posse ocorreu em março de 1729, como ficou dito no item anterior. Em 25 de maio de 1734 Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ainda governava a Paraíba, data em que assinou uma sesmaria beneficiando Thomaz de Araujo Pereira (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 118). De acordo com D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., esse Capitão-Mor exerceu o cargo até 1734 (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 151) e Frederico Carneiro de Campos

afirmou que a sua gestão se encerrou em junho de 1734 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), informação esta seguida por Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. II, p. 426, p. 433) e por Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 137, p. 354).

- **Pedro Monteiro de Macedo** - Não consegui localizar a data de sua nomeação mas já estava nomeado antes de 26 de março de 1734, segundo se depreende de um requerimento feito em Lisboa por Pedro Monteiro de Macedo ao Rei D. João V, no sentido de que lhe fosse antecipado dinheiro, por conta do seu soldo, para ocupar o cargo de Capitão-Mor da Capitania da Paraíba (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 9, doc. 735). Durante seu governo ele assinou cartas de sesmarias. Tomou posse em junho de 1734, pelo que ficou dito no item anterior. Em 12 de julho de 1734, já no exercício do governo, assinava uma carta de sesmaria beneficiando Filipe Ferreira Villar (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1894], p. 119). Pedro Monteiro de Macedo governou a Capitania da Paraíba até o seu falecimento em 1744, como nos informa D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B. (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220, parágr. 151). Por sua vez, Frederico Carneiro de Campos afirmou que Pedro Monteiro de Macedo faleceu no exercício do cargo, em maio de 1744, quando se formou uma junta governativa interina para preencher a vacância do cargo (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Capitania da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII,

p. 81-98 [mapa]). A mesma informação foi dada por Maximiano Lopes Machado (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. II, p. 433) e por Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 147, p. 354). Aparentemente, Pedro Monteiro de Macedo assinou sua última carta de sesmaria em 10 de maio de 1744 (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 185).

- **Junta Governativa** [interina] - Com o falecimento do Capitão--Mor Pedro Monteiro de Macedo formou-se uma junta governativa interina, cuja composição devemos, mais uma vez, às pesquisas de Irineu Ferreira Pinto. Essa junta governativa interina foi formada pelos Oficiais da Câmara Leonardo Domingues Porto, Manoel da Rocha de Carvalho, André Dias de Figueiredo, Domingos dos Santos de Oliveira e Cosme Ribeiro da Costa (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 147-148). Ela exerceu a govenança da Capitania já a partir de maio de 1744, como ficou dito no item anterior, e assinou pelo menos nove cartas de sesmarias desde 10 de junho de 1744 (Antonio Gonçalves Ouriques) até 21 de agosto de 1744 (João Ferreira Guedes), já no final do seu exercício interino (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 185-190). D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., não mencionou esta junta governativa que Irineu Ferreira Pinto não somente indicou como também esclareceu a sua composição e a duração do seu exercício interino. Já Frederico Carneiro de Campos, a quem aquela junta governativa não passou despercebida, embora não tenha conseguido discriminar sua composição, afirmou que ela permaneceu

interinamente à frente do governo da Capitania desde maio de 1744 até agosto de 1744, quando foi substituída por um governante também interino (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]).

- **João Lobo de Lacerda** [interino] - Tomando conhecimento do falecimento do Capitão-Mor Pedro Monteiro de Macedo o 5.º Vice-Rei do Brasil, André de Mello e Castro, 4.º Conde das Galveias, nomeou interinamente o Mestre de Campo João Lobo de Lacerda para preencher aquele cargo na Capitania da Paraíba, o qual, residia em Pernambuco. Este a governou desde 1744 até 1745, como informa D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B. (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 220-221, p. 152). De acordo com Frederico Carneiro de Campos, que mais tarde serviu de fonte para Rodolpho Augusto de Amorim Garcia e também segundo Irineu Ferreira Pinto, a mesma notícia está mais detalhada: a posse em caráter interino do Mestre de Campo João Lobo de Lacerda se deu em agosto de 1744 e o seu governo durou até agosto de 1745 (Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]; Maximiano Lopes Machado - **Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. II, p. 436; Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 148; Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 326). No próximo item ver-se-á um importante e valioso depoimento, de acordo com o qual deve-se recuar o término da gestão interina do Capitão-Mor João Lobo de Lacerda, fixando-o no dia 28 de junho

de 1745.

- **Antonio Borges da Fonseca** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício) - Nascido no dia 01 de novembro de 1680 em Almofala, termo de Castelo Rodrigo, distrito de Ribacoa, bispado de Lamego em Portugal, o Mestre de Campo Antonio Borges da Fonseca foi o pai do famoso linhagista pernambucano Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, nascido no Recife a 25 de fevereiro de 1718, futuro Governador da Capitania do Ceará [Grande] e autor da monumental **Nobiliarchia Pernambucana**, obra de toda uma vida. A propósito, as ligações do Mestre de Campo Antonio Borges da Fonseca com a Paraíba não se resumiram apenas ao fato político de ele ter sido Governador da Capitania da Paraíba. Nessa terra sua filha D. Joanna Francisca Peres de Figueiroa (, portanto, irmã do linhagista Antonio José Victoriano Borges da Fonseca,) veio a se casar com o Capitão-Mor José Gomes da Silveira Bezerra, 7.º Senhor do Morgado do Salvador do Mundo, trineto do velho Duarte Gomes da Silveira, instituidor deste Morgado a 06 de dezembro de 1639 e um dos heróis da conquista da Paraíba. Vale a pena registrar aqui a notícia do linhagista Antonio José Victoriano Borges da Fonseca sobre a nomeação e posse do seu pai, Antonio Borges da Fonseca, como governante da Capitania da Paraíba e com o título de Mestre de Campo Governador. Diga-se desde já que esta notícia, particularmente no que tange à data da posse, não coincide com a informação fornecida por Frederico Carneiro de Campos, por Maximiano Lopes Machado e por Irineu Ferreira Pinto. Eis o que o linhagista pernambucano escreveu sobre seu pai em relação a esse assunto: "*No anno de 1726* [Antonio Borges da Fonseca] *sentou praça, digo, de 1726 foi nomeado Governador da Capitania da Parahyba, de que então fez desistencia, porem indo pela segunda vez*

provido nelle no anno de 1744, tomou posse a 28 de Junho, vespera de São Pedro, de 1745 e governou sem mais subordinação que a do vice rei do Estado [do Brasil] *ate 21 de Novembro de 1753 e foi restituido ao posto de Coronel de Infantaria da dita cidade de Olinda, onde então se reduziu o terço a Regimento, e na mesma cidade falleceu, a 10 de Março de 1754, e foi sepultado ao pé da grade da Capella-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça que foi dos Jesuitas.*" (**Nobiliarchia Pernambucana**, [1.ª ed. integral] Rio de Janeiro, 1935, v. I, p. 17-19, v. II, p. 441). A divergência, aí existente, quanto à data da posse do Mestre de Campo Antonio Borges da Fonseca, em relação à mesma notícia divulgada por Frederico Carneiro de Campos e acompanhada por Irineu Ferreira Pinto, não é fácil de analisar. Por um lado, temos o depoimento de um autor respeitável acerca de um fato referente ao seu próprio pai, ocorrido quando o depoente já era adulto. Do outro lado, temos uma informação dada por dois autores que, por suposto, a colheram em fontes documentais, em ocasiões distintas. Vale lembrar, entretanto, que nem sempre o depoimento autêntico de alguém confiável corresponde à verdade histórica e nem sempre o conteúdo autêntico de uma a fonte documental confiável é a expressão da verdade histórica. Acresce ainda que, além deste problema, ver-se-á no item seguinte que existe também uma divergência entre a informação do mesmo linhagista em questão e a divulgada por Maximiano Lopes Machado ("*outubro de 1753*") e Irineu Ferreira Pinto ("*19 DE NOVEMBRO* [DE 1753]"), com referência ao término da gestão do Mestre de Campo Governador Antonio Borges da Fonseca. Infelizmente D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., autor contemporâneo daquele governante, embora geralmente detalhista em seus relatos, neste caso disse apenas que Antonio Borges da Fonseca governou a Paraíba desde 1745 até 1753 (**Desagravos do**

Brasil e Glórias de Pernambuco, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 221, parágr. 153). As sesmarias assinadas por Antonio Borges da Fonseca não resolvem esta dúvida. Entre elas, cite-se aqui as com datas extremas, por mim conhecidas, as quais foram assinadas no dia 11 de agosto de 1745 (Capitão Chistovão de Hollanda Cavalcante e outros) e no dia 29 de outubro de 1753 (Francisco Curvello de Medina e outro) (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 195, p. 236). É possível, entretanto, resolver tais pendências, através de um depoimento manuscrito, virtualmente irrefutável, do próprio punho do sucessor do Mestre de Campo Governador Antonio Borges da Fonseca, o qual será assinalado no item seguinte, e que esclarece a data do término deste governo, em concordância com a informação do linhagista Antonio José Victoriano Borges da Fonseca. Desta maneira, fica igualmente reforçada a notícia deste linhagista na parte que se refere ao início do governo do seu pai. No caso específico vale dizer por antecipação que Frederico Carneiro de Campos, Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto estavam equivocados.

- **Luiz Antonio de Lemos de Britto** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de Santa Maria de Verim e da Comenda de Santo André de Friande) - Fundamentado em notícia, aparentemente equivocada, colhida na GAZETA DE LISBOA de 26 de julho de 1753, Rodolpho Augusto de Amorim Garcia informou que a nomeação desse governante se deu a 26 de junho de 1753, chamando-o por engano de "*Luis Antonio de Brito de Lemos*" (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª edição integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 326). A este respeito Irineu

Ferreira Pinto merece muito mais crédito pois transcreveu integralmente o texto da Carta Patente passada pelo Rei D. José I, nomeando o Coronel Governador Luiz Antonio de Lemos de Britto para a Capitania da Paraíba, documento este datado de 28 de agosto de 1753. Mais adiante o mesmo autor afirmou, desta vez sem indicar a fonte, que o Coronel Governador Luiz Antonio de Lemos de Britto tomou posse no dia 19 de novembro de 1753, governando a Capitania da Paraíba até abril de 1757 (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 153-154, p. 157). Como se vê, nessa data de posse (19 de novembro de 1753) há uma diferença de dois dias a menos, em relação à informação dada pelo linhagista Antonio José Victoriano Borges da Fonseca para o término do governo do seu pai, o Mestre de Campo Governador Antonio Borges da Fonseca (21 de novembro de 1753). A diferença é mínima mas existe e não faz mal investigá-la. Aliás, diferença maior contém a informação de Maximiano Lopes Machado que afirmou que o governo do Mestre de Campo Antonio Borges da Fonseca terminou em "*outubro de 1753*" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. II, p. 436). Pois bem, Frederico Carneiro de Campos, que consultou documentos da Capitania da Paraíba quando a governou como Presidente da já então Província da Paraíba do Norte durante o Império entre o ano de 1844 e o de 1848, disse que o governo de Luiz Antonio de Lemos de Britto foi exercido entre novembro de 1753 e abril de 1757, chamando-o apenas de "*Luiz Antonio de Lemos*" (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]). Por sua vez, D. Domingos do Loreto Coutto, O.S.B., que viveu o tempo de governo de Luiz Antonio de Lemos de Britto, afirmou que a sua gestão começou em 1753 mas não noticiou o seu término porque àquela altura

ele já havia concluído o seu livro (**Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, [2.ª ed., fac-similar,] Recife, 1981, livro terceiro, cap. 18, p. 221, parágr. 153). Quanto à data exata da posse do Coronel Governador Luiz Antonio de Lemos de Britto ou, noutras palavras, quanto à data do final da gestão do seu antecessor, o Mestre de Campo Governador Antonio Borges da Fonseca, existe um documento que considero definitivo para resolver esta questão, para muitos de somenos importância. O documento em questão é um ofício do Governador da Capitania da Paraíba, Coronel Luiz Antonio de Lemos de Britto, dirigido ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, no qual o missivista dizia que havia tomado posse do governo no dia **21 de novembro de 1753** e que, com o dito ofício, estava remetendo o termo da sua posse (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 17, doc. 1383). Como já foi superficialmente antecipado no item anterior, este documento do próprio punho de Luiz Antonio de Lemos de Britto permite dizer que o linhagista Antonio José Victoriano Borges da Fonseca estava certo quanto ao final da gestão do seu pai no governo da Capitania da Paraíba (21 de novembro de 1757) e, muito provavemente, também devia estar certo quanto ao início da mesma gestão (28 de junho de 1745), data esta que, por sua vez, corresponde ao final da gestão interina de João Lobo de Lacerda. Assim, neste particular, deve-se retificar nos seus devidos lugares as informações fornecidas por Frederico Carneiro de Campos (, bem como por seu caudatário Rodolpho Augusto de Amorim Garcia), por Maximiano Lopes Machado e por Irineu Ferreira Pinto, assim como as informações dos respectivos tributários destes autores. Em 20 de março de 1757 o Coronel Governador Luiz Antonio de Lemos de Britto ainda exercia o seu cargo, data em que assinou duas cartas de sesmarias, uma delas beneficiando João Gomes de Mello e a outra tendo Severina

Vieira como beneficiária (Irenêo Ceciliano Pereira Joffily - **Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba ...**, Parahyba, 1893 [1984], p. 154; João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 245-246). Com base em uma Resolução de 29 de dezembro de 1755, tomada em Consulta do Conselho Ultramarino, o Rei D. José I fez passar uma Provisão, datada de 01 de janeiro de 1756, ao Coronel Governador Luiz Antonio de Lemos de Britto, dando-lhe ciência de que, devido aos poucos meios que a Provedoria da Fazenda Real na Capitania da Paraíba dispunha para sustentar um governo separado, resolvera extinguir sua autonomia e subordiná-la ao governo da Capitania de Pernambuco. Tão logo acabasse o seu tempo de governo, a Capitania da Paraíba, a partir daí como Capitania Subalterna, teria Capitão-Mor com igual jurisdição e o soldo do Capitão-Mor da Cidade do Natal na Capitania do Rio Grande [do Norte] (Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 157). Essa notícia deve ter deixado a Capitania da Paraíba em polvorosa pois no dia 19 de maio de 1576 os Oficiais da Câmara enviaram duas correspondências ao Reino. A primeira era um ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, acerca da extinção do governo independente da Capitania da Paraíba e sua subseqüente sujeição à de Pernambuco, solicitando que aquele Secretario de Estado intercedesse junto ao Rei D. José I a fim de que a Paraíba não perdesse sua autonomia (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 19, doc. 1494). A segunda correspondência era uma carta dirigida ao próprio Rei D. José I, versando sobre os diversos motivos pelos quais a Capitania da Paraíba não devia ficar subordinada à de Pernambuco, inclusive porque ela possuía renda própria e suficiente para tanto (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 19, doc. 1495).

Mesmo diante desses apelos tão veementes por parte dos Oficiais da Câmara, de nada valeram no sentido de alterar aquela decisão régia.

3.3.1. PERDA DA AUTONOMIA DA CAPITANIA DA PARAÍBA E SUBORDINAÇÃO À CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1757)

- **Joze Henriques de Carvalho** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - - Não tenho notícia de quando ele foi nomeado. Como afirmou Frederico Carneiro de Campos (, bem como seu caudatário Rodolpho Augusto de Amorim Garcia,) e também Irineu Ferreira Pinto, o Sargento-Mor de Infantaria paga do Regimento da Cidade do Recife, Joze Henriques de Carvalho, tomou posse do governo da Capitania da Paraíba em abril de 1757 com o título de Capitão--Mor e concluiu sua gestão em janeiro de 1761 (Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]); Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, São Paulo, [1936] t. V, p. 327; Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p.157, p. 159, p. 355). Maximiano Lopes Machado, a seu turno, deu a mesma notícia mais detalhada, embora sem indicar sua fonte, afirmando que a posse do Capitão-Mor Joze Henriques de Carvalho se deu no dia "*nove de abril de 1757*" (**Historia da Provincia da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1912, t. II, p. 444). De qualquer forma, a 12 de abril de 1757 ele já estava empossado, data em que enviou da Paraíba um ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Thomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo as certidões da existência de navios que transportavam capelães no porto dessa Capitania (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx.

20, doc. 1534). Durante seu governo, que durou cerca três anos e oito meses, ele assinou nada menos que noventa e quatro cartas de sesmarias, dentre as quais, a última de que tenho notícia teve por beneficiado José da Cunha e Sá, datada de 13 de dezembro de 1760 (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 246-290). A respeito desse governante, parece um tanto estranha a informação dada por Irineu Ferreira Pinto que, sem indicar sua fonte, afirmou que Capitão-Mor Joze Henriques de Carvalho tomou "*posse do governo da capitania*, ***interinamente ...***" (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 157, p. 355). Embora eu desconheça o documento de sua nomeação, nada pude encontrar abonando aquela notícia da interinidade do Capitão-Mor Joze Henriques de Carvalho em quase quinze documentos redigidos por ele, durante o seu governo e enviados ao Reino, entre 12 de abril de 1757 e 20 de março de 1759 (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1534; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1543; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1545; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1546; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1556; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1557; A.H.U., A.C.L., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1558; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 20, doc. 1559; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 21, doc. 1592; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 21, doc. 1597; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 21, doc. 1603; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 21, doc. 1604; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 21, doc. 1606; A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 21, doc. 1610). Por sua vez, Frederico Carneiro de Campos, que governou a Paraíba entre 1844 e 1848 e que, como já ficou dito, conheceu aí os documentos relativos aos seus governantes a partir de Antonio da Silva Barbosa no último quartel do Século XVII, também não fez qualquer referência àquela suposta inte-

rinidade do Capitão-Mor Joze Henriques de Carvalho. A seu respeito ele afirmou apenas o seguinte: "*1.º* [Capitão-Mor] *subordinado ao governo de Pernambuco, com o soldo de 400$000 rs., havendo sido de 1:600$000 rs. o de seu antecessor. Teve logar no tempo de sua administração, em 1760, a expulsão e exterminio dos padres da companhia denominada de Jesus, em virtude do alvará de 3 de Setembro do anno antecedente* [de 1759]." (Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 84, nota 11). Já o Dr. Alexandre José de Mello Moraes [Sênior] sequer mencionou o governo do Capitão-Mor Joze Henriques de Carvalho. Quanto ao historiador Maximiano Lopes Machado, também não falou em governo interino neste caso. A seu turno, José Leal Ramos e Horácio de Almeida também não falaram em gestão interina do Capitão-Mor Joze Henriques de Carvalho. Para arrematar esta seqüência de autores cabe ainda acrescentar que aquela informação de Irineu Ferreira Pinto sobre uma suposta gestão interina de Joze Henriques de Carvalho (, sem indicação da fonte,) foi posteriormente aproveitada por João Rodrigues Coriolano de Medeiros (**Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1914, p. 63), por Luiz Teixeira da Silva Pinto (**Síntese Histórica e Cronológica da Paraíba**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1953, p. 48), por Delmiro Pereira de Andrade (**Evolução Histórica da Paraíba do Norte**, Rio de Janeiro, 1946, p. 144) e por Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega (**Chefes do Executivo Paraibano**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, [1960] 1961, v. 249, p. 101, p. 130). Enfim, quero crer que uma gestão como a do Capitão-Mor Joze Henriques de Carvalho, que durou quase quatro anos, dificilmente terá sido exercida em caráter interino e não existe qualquer outro precedente deste tipo na História da Paraíba.

- **Francisco Xavier de Miranda Henriques** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo) - Foi nomeado por Carta Patente do Rei D. José I, datada de 17 de dezembro de 1757, com o título de Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, cujo texto integral foi transcrito por Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 159-160). Tomou posse do cargo em janeiro de 1761, encerrando o seu governo em 21 de abril de 1764, segundo Frederico Carneiro de Campos, entretanto, para Irineu Ferreira Pinto esta gestão terminou no dia 20 de abril de 1764, entretanto sem identificar a sua fonte (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]; **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 159, p. 163, p. 355). Não consegui apurar qual foi a data exata do término do seu governo. Pode-se ainda acrescentar que no dia 13 de janeiro de 1761 o Capitão-Mor Francisco Xavier de Miranda Henriques já estava empossado pois nessa data ele assinou uma carta de sesmaria beneficiando Fellipe de Santiago e em 16 de fevereiro de 1764 assinou, ao que parece, a última carta de sesmaria em favor de Domingos Ferreira da Costa (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], t. I, p. 290, p. 315).

- **Jeronimo Joze de Mello e Castro** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - Irineu Ferreira Pinto transcreveu o texto integral da Carta Patente na qual o Rei D. José I nomeava no dia 28 de julho de 1763 o Coronel de Infantaria Jeronimo Joze de Mello e Castro para governar a Capitania da Paraíba "*p^o^* [pelo] *tempo de tres annos e o mais q'* [que] *eu for serv.^do^* [servido] *emq.^to^* [enquanto] *lhe não mandar successor ...*" com o título de Governador (**Datas e No-**

tas para a Historia da Parahyba ..., [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 161-162). O fato é que o seu governo veio a ser o mais longo que a Paraíba já teve até hoje, ultrapassando a marca dos trinta e três anos. Conforme o que foi dito no item anterior o Coronel Jeronimo Joze de Mello e Castro tomou posse do governo da Capitania da Paraíba no dia 21 de abril de 1764 e exerceu o cargo até o seu falecimento em 13 de maio de 1797 (Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]; Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 163, p. 179, p. 355). No dia 26 de maio de 1764 o Governador Jeronimo Joze de Mello e Castro escreveu da Paraíba uma carta ao Rei D. José I comunicando que havia tomado posse do governo (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 23, doc. 1726). Em junho de 1765 ele já havia sido promovido a Brigadeiro e a 03 de fevereiro de 1768, em ofício dirigido ao Rei D. José I, propunha a construção de uma casa para residência do Governador, tendo em vista os gastos com aluguéis para este fim (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 24, doc. 1835). A este respeito Irineu Ferreira Pinto se reporta a uma Carta Régia, datada de 19 de abril de 1771, dirigida ao Governador Brigadeiro Jeronimo Joze de Mello e Castro, dando-lhe permissão para passar sua residência para a casa do Colégio dos Jesuítas, já então expulsos, que ficou assim transformada em Paço do Governo da Capitania, hoje denominado Palácio da Redenção e ainda sede administrativa do Governo do Estado da Paraíba (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 164). Registre-se também que, em ofício de 27 de outubro de 1770, enviado por esse Governador ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, ele já pedia para ser despachado para

Pernambuco ou para Goiás pois vivia mortificado por não poder exercer seu governo livremente (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 24, doc. 1898). Em novo ofício, por ele dirigido no dia 04 de janeiro de 1771 ao mesmo Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dava informações elogiosas sobre o Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco da Assumpção e Brito, e manifestava novamente seu desejo de deixar o governo da Capitania da Paraíba (A.H.U., A.C.L., C.U. 014, cx. 25, doc. 1901). Este seu desejo não foi atendido e, durante a longa gestão do Governador Brigadeiro Jeronimo Joze de Mello e Castro, foram inúmeras as suas queixas através de ofícios ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, face aos mais variados motivos, em decorrência da subordinação do seu governo ao da Capitania de Pernambuco. Ao longo de mais de três décadas ele assinou cerca de quatrocentas e quarenta cartas de sesmarias, sendo a primeira delas datada de 28 de abril de 1764 (Capitão dos Dragões do Regimento de Cavalaria Bartholomeu Peixoto de Vasconcellos) e derradeira assinada no dia 07 de fevereiro de 1797 (Clemente de Abreu Franca) (João de Lyra Tavares - **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], t. I, p. 315-316, p. 487-488). Ao Horácio de Almeida afirmar que o Brigadeiro Jeronymo José de Mello e Castro "*Foi o terceiro e último capitão-mor* [sic, leia-se governante porque, na verdade ele recebeu o título de Governador] *subordinado ao governo de Pernambuco*", economizou demais a sua informação e isto pode dar ensejo a interpretações equivocadas porque na realidade ele foi o último governante nomeado para a Capitania da Paraíba que exerceu em caráter efetivo toda a sua gestão com subordinação ao governo da Capitania de Pernambuco e tanto é assim que na nota subseqüente o mesmo autor paraibano afirmou, então sem deixar dúvida, que: "*Foi no Governo de Fernando Delgado* [Freire de Castilho] *que a Paraíba se*

desanexou da Capitania de Pernambuco" (Horácio de Almeida - **História da Paraíba**, 2.ª ed., João Pessoa, 1978, p. 244-256, nota d e nota e).

- **Junta Governativa** [interina] - Com o falecimento do Governador Brigadeiro Jeronimo Joze de Mello e Castro no dia 13 de maio de 1797, como ficou dito no item anterior, foi logo formada uma junta governativa interina, na verdade um Triunvirato de Governo, em obediência a uma Ordem Régia, datada de 12 de dezembro de 1770, que dispunha sobre a sucessão interina em tais situações. Essa junta governativa interina (Triunvirato) foi composta pelo Ouvidor Geral da Comarca, o Desembargador Antonio Felippe Soares de Andrade Brederodes, pelo Vereador mais velho da Câmara, Luiz Alvares da Nobrega, e pelo Oficial de guerra de maior patente, o Sargento-Mor João Ribeiro Pessoa de Lacerda. Aqui, mais uma vez, devemos a identificação desses nomes às laboriosas pesquisas do benemérito Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 164, p. 180, p. 355). Frederico Carneiro de Campos também mencionou esse Triunvirato interino, embora sem discriminar a sua composição (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]). O referido Triunvirato interino governou a Capitania da Paraíba desde 13 de maio de 1797 até 23 de março de 1798, quando foi empossado o sucessor efetivo (Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]; Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 179-180, p. 185, p. 355).

- **Fernando Delgado Freire de Castilho** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro professo e Comendador da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de São Bento de Avis e Comendador da Ordem de Santiago da Espada) - A 30 de outubro de 1797 foi passada uma Carta Patente pela Rainha D. Maria I — assinada, entretanto, por seu filho D. João, Infante de Portugal, Príncipe do Brasil, que nessa altura assistia ao despacho, provendo-o no impedimento da Rainha desde 10 de novembro de 1792, futuro Regente do Reino a partir de 15 de julho de 1599, e futuro Rei D. João VI, coroado em 1816 — nomeando o Capitão de Infantaria do Regimento de Almeida, Fernando Delgado Freire de Castilho, Governador da Capitania da Paraíba, com subordinação ao Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco. Lê-se nesse documento que a nomeação foi feita "*por tempo de tres annos e os mais que Eu for servida*". Seu texto integral foi publicado por Irineu Ferreira Pinto que também transcreveu o texto integral do Regimento dos Governadores da Capitania da Paraíba, datado de 23 de outubro de 1797, então entregue a Fernando Delgado Freire de Castilho que tomou posse do seu governo a 23 de março de de 1798 e permaneceu no cargo até 15 de setembro de 1802 (Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 180-185, p. 226, p. 355; Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]). A esse Governador, provavelmente o mais importante de todos, ao longo do nosso período colonial e, quiçá, de toda a nossa História, o Estado da Paraíba está ainda a dever o justo reconhecimento público, jamais manifestado, exceto pelo fato de o seu nome, ainda assim, desfigurado (, citado apenas como Fernando Delgado), ter sido dado a uma pequenina rua (, para mim de gratíssimas memó-

rias,) da Capital paraibana, rua esta com menos de três metros de largura e cerca de oitenta de extensão. Enfim, não se levando aqui em conta o fato de Fernando Delgado Freire de Castilho ter sido também escolhido, com justificados motivos, para patrono da Cadeira n.º 15 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, já que este galardão não representou iniciativa do poder público, é portanto de se lamentar que, na prática, o seu nome naquela rua foi tudo o que recebeu de reconhecimento público aquele administrador exemplar com qualidades de estadista. Mediante seus competentes relatórios oficiais, hoje inestimáveis documentos históricos, ele finalmente conseguiu fazer com que se decidisse no Reino pela restituição da autonomia político-administrativa da Capitania da Paraíba, subordinada que estava, desde o ano de 1757, ao governo da Capitania de Pernambuco. O fato é que suas informações minuciosas e argumentações consistentes sobre as condições da Paraíba e sobre o que aí se passava, contidas em inúmeros ofícios e outros documentos, por certo, influenciaram definitivamente a decisão tomada na Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, mandando restaurar a autonomia político-administrativa da Capitania, ainda durante o seu governo e não após o término da sua gestão, como ocorrera em relação ao início dessa subordinação (Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 185-226). Sua correspondência com o Reino foi bastante extensa e intensa, sob os mais variados assuntos pois nada lhe escapava à observação e de tudo dava conta. Tanto quanto pude apurar, no decurso dos quatro anos e cinco meses da sua gestão como Governador da Capitania da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho enviou ao Reino nada menos que cento e quarenta ofícios sobre a Paraíba e sobre a sua administração, dirigidos em geral ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, mas também ao

Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Erário Régio e ainda ao Príncipe D. João. Isto equivale a uma média de mais de dois e meio ofícios mensais enviados por ele ao Reino, entre 18 de abril de 1798 e 23 de agosto de 1802 (Elza Regis de Oliveira; Mozart Vergetti de Menezes & Maria da Vitória Barbosa Lima [Organizadores] - **Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**, João Pessoa, 2002, p. 441-506). Incidentalmente, estou preparando a publicação ainda inédita de um manuscrito sem data (1799 ?), existente no Arquivo Nacional (Brasil), intitulado **Descrição da Capitania da Paraiba do Norte**, da autoria de Fernando Delgado Freire de Castilho, o qual é tido como já publicado no início do Século XX, sobre o mesmo tema mas com texto distitinto do outro, os quais não podem ser confundidos até porque o manuscrito já publicado é dirigido à Rainha D. Maria I e o a que me refiro é dirigido a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (**Catalogo da Collecção de Memorias e outros documentos contidos em 19 volumes conservados na Secção Historica do Archivo Nacional** [v. 1.º, fól. 200-205A], *in*: PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL [PAN], Rio de Janeiro, 1929 [1930], v. XXVI, p. 24). No que tange a eventuais cartas de sesmarias assinadas por este Governador há um fato curioso que merece registro. Irenêo Ceciliano Pereira Joffily não assinalou uma só carta de sesmaria assinada por Fernando Delgado Freire de Castilho. Por sua vez, João de Lyra Tavares sumariou uma única assinada por ele, em benefício do padre Pedro de Almeida de Azevedo Coutinho, todavia, ou aí está equivocada a data de 25 de setembro de 1797 ou não foi ele o Governador que a assinou, uma vez que nesta data ele não estava sequer nomeado para governar a Capitania da Pa-

raíba (**Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**, [1.ª ed.,] Parahyba, 1909 [1910], v. I, p. 488). Frederico Carneiro de Campos sintetizou com tinta bem viva a atuação do Governador Fernando Delgado Freire de Castilho na Capitania da Paraíba e, considerando a relativa dificuldade de acesso a esse texto, não é demais reproduzir aqui o que ele escreveu: "[Fernando Delgado Freire de Castilho] *Obteve por carta regia de 17 de Janeiro de 1799, a separação do governo d'esta capitania da subordinação immediata ao de Pernambuco. Melhorou o estado da decadencia das tres companhias da 1.ª linha d'esta guarnição, dando-lhe disciplina, e fazendo-as pagar de seus atrazados, e animando-as com uma promoção de officiaes para as vagas que achou, e para as que deixaram os velhos cansados, que propôz para reformados. Regulou melhor os terços auxiliares; deu-lhes, na fórma do decreto de 7 de agosto de 1796, o titulo de regimentos de milicias, e aos mestres de campo, que os commandavam, o de coroneis; reorganizou cada um dos tres* [regimentos] *de infantaria, que existiam em oito companhias de fuzileiros, uma de granadeiros, e outra de caçadores, e estabeleceu-lhes tambores e pifanos pagos pela fazenda, o que não eram d'antes; aboliu um regimento de cavallaria chamado o novo, refundindo suas praças no outro denominado o velho. Creou as capitanias móres d'ordenanças da villa real de S. João, e villa nova de Souza. Recommendou ao monarcha a coragem e o valor com que o capitão de milicia João Paulo, e o de ordenanças Antonio Ferreira Soares, com suas companhias fizeram fogo e afugentaram um corsario francez, que em Agosto de 1801 atreveu-se a entrar na enseada de Lucena para saquear e metter a pique a escuna brazileira Sacramento e Almas, que alli arribára carregada de algodão. Deu methodo á correspondencia official, registos e*

arranjos da secretaria de governo, que existia em abandono á falta de secretario pago pela fazenda, que até então não tinha. Foi o primeiro que ministrou ao governo regio noticias amplas d'esta então capitania, sobre a sua agricultura, commercio e costumes; e propôz os meios para o seu progresso" (Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 85). Depois de ter governado a Capitania da Paraíba Fernando Delgado Freire de Castilho veio a ser o décimo Governador da Capitania de Goiás, tendo aí tomado posse a 26 de novembro de 1809. Permaneceu no cargo até 04 de agosto de 1820. Estando à frente do governo da Capitania de Goiás travou conhecimento com o sábio naturalista Auguste de Saint--Hilaire, a quem recebeu muitas vezes em sua residência oficial como seu convidado, tendo este sábio naturalista registrado de forma elogiosa os seus encontros com Fernando Delgado Freire de Castilho em um dos seus livros. No final do seu governo em Goiás, em 06 de fevereiro de 1718, ele foi nomeado para o importante cargo de Conselheiro do Conselho da Fazenda Real em Lisboa. Nessa altura da sua gestão naquela Capitania esse excelente administrador já vivenciava um delicado conflito pessoal na esfera afetiva. Por um lado, tinha consciência das suas responsabilidade e dos seus deveres de conceituado homem público, além de ser Fidalgo da Casa Real. Por outro lado, mantinha um relacionamento conjugal, aparentemente devotado porém ilícito, com uma mulher goiana de classe social "inferior", filha de um carpinteiro, de cuja união nascera um casal de filhos. Isto não era questão de somenos importância naquele tempo. O fato é que, ao terminar sua gestão em Goiás, ele se dirigiu ao Rio de Janeiro, levando a amásia e os filhos, de onde partiriam para Portugal a fim de assumir aquele relevante cargo. Foi quando ela lhe disse que só o

acompanharia na viagem para a Europa se antes se casassem. Não conseguindo resolver tão grave dilema, ao menos naquela época, preferiu pôr fim a própria vida com um tiro de pistola no dia 17 de fevereiro de 1821 (Auguste da Saint-Hilaire - **Voyage aux Sources de Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz ...**, Paris, 1847-1848, v. II, p. 83; José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo - **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**, [2.ª ed.,] Rio de Janeiro, 1948, v. 9, cap. III, p. 157-160; João Alcides Bezerra Cavalcanti - **Um estadista colonial: Fernando Delgado Freire de Castilho ...**, *in*: PAN, Rio de Janeiro, 1929 [1930], v. XXVI, p. 171-177). Assim, sua vida pública foi um exemplo de esclarecido tino administrativo porém sua vida privada culminou com um fatal desatino de natureza passional.

3.3.2. RESTAURAÇÃO DA AUTONOMIA DA CAPITANIA DA PARAÍBA (1799)

- **Luis da Motta Feo** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de São Bento de Avis, do Conselho da Casa Real, Conselheiro do Almirantado em Lisboa e Membro do Supremo Conselho Militar no Rio de Janeiro) - No dia 12 de janeiro de 1802 o Príncipe Regente D. João nomeou por Carta Régia o Vice-Almirante (da Armada Nacional) Luis da Motta Feo, Chefe da Divisão da Armada Real e Comandante da Primeira Divisão da Brigada Real da Marinha, para o cargo de Governador da Capitania da Paraíba, cujo texto foi reproduzido por Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 226). Tomou posse com o título de Governador no dia 15 de setembro de 1802 (Frederico Carneiro de Campos - **Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janei-

ro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]; Irineu Ferreira Pinto - **Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 226, p. 355). Ainda durante o seu governo, segundo Irineu Ferreira Pinto, foi introduzida a 01 de julho de 1805 a vacina contra a varíola na Paraíba (*idem*, p. 232). Para Frederico Carneiro de Campos esse governo durou até 23 de julho de 1805 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIGHB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), todavia, para Irineu Ferreira Pinto a gestão de Luis da Motta Feo se estendeu até o dia 24 de julho de 1805 e esta última informação é preferível, como se verá no próximo item (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 233, p. 355). Pelo seu valor precocemente demonstrado, em 09 de março de 1789 Luis da Motta Feo, ainda cadete, entrou no governo da Capitania do Ceará, então subordinada à de Pernambuco. Depois de governar a Paraíba foi nomeado Governador e Capitão General do Reino de Angola. Nasceu no ano de 1769 e faleceu em Lisboa a 26 de maio de 1823. Deixou trabalho publicado (**Á Nação Portugueza offerece este resumido relatorio dos pequenos serviços que tem feito á patria Luis da Motta Feo, Vice-almirante da Armada Nacional**. Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1821), segundo Innocencio Francisco da Silva (**Diccionario Bibliographico Portuguez ...** [1.ª ed.] Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1860, t. V, p. 310; 1893, t. XVI, p. 51)

- **Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo) - De acordo com uma notícia colhida por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia na GAZETA DE LISBOA de 14 de setembro de 1804, o Sargento-Mor Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque foi nomeado Governador da Ca-

pitania da Paraíba por Decreto do dia 27 de agosto de 1804 (Francisco Adolpho de Varnhagen - **Historia Geral do Brasil ...**, 3.ª ed. integral, [1936] t. V, p. 327). Tomou posse do governo em 24 de julho de 1805, como ficou dito no item anterior, e o termo da sua posse com esta data foi reproduzido por Irineu Ferreira Pinto (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 233), assim como foi corroborado por Miguel Arcanjo Galvão que se baseou em documentos do Arquivo Nacional [Rio de Janeiro] (**Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte no Govêrno do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1969, p. 151). Também sob a sua administração, em 1808, a Família Real chegou ao Brasil, pondo fim, em termo práticos, ao nosso período colonial. Para Frederico Carneiro de Campos a administração do Governador Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque se estendeu até o dia 29 de agosto de 1809 (**Catalogo dos Governadores e Presidentes da Provincia da Parahyba do Norte**, *in*: RIHGB, Rio de Janeiro, 1846, t. VIII, p. 81-98 [mapa]), entretanto, para Irineu Ferreira Pinto, corroborado por Miguel Arcanjo Galvão, esse governo durou até 30 de agosto de 1809 (**Datas e Notas para a Historia da Parahyba ...**, [1.ª ed.,] Parahyba do Norte, 1908, v. I, p. 239, p. 355; **Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte no Govêrno do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889**, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1969, p. 151.

4. ANEXO I - TÁBUA CRONOLÓGICA DOS GOVERNOS

SOB A DINASTIA DE HABSBURG (1580-1640)
[UNIÃO IBÉRICA]

1. **João Tavares** [interino] - Foi investido pelo Ouvidor Geral Martim Leitão, em nome de El-Rei, mas não por designação dele (, como se impõe mediante as **Ordenações do Reino**), a partir da segunda semana de janeiro de 1586 até abril de 1586.

2. **Capitão Francisco de Morales** [espúrio] - Investiu-se à força a partir de abril de 1586 até cerca de outubro ou novembro de 1586.

3. **João Tavares** [efetivo] - Tomou posse por ordem régia a partir do final de de 1586 até o final de julho ou início de agosto de 1588.

4. **Fructuoso Barbosa** (Fidalgo da Casa Real) - Tomou posse por ordem régia a partir do final de julho ou princípio de agosto de 1588 até certa altura do ano de 1591.

5. **André de Albuquerque** [interino] - Foi investido de forma interina a partir de certa altura do ano de 1591 até cerca de maio de 1592.

6. **Feliciano Coelho de Carvalho** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 02 de abril de 1592. Deve ter tomado posse em torno de

---

* Sugere-se o confronto desta relação com as preexistentes. Os dados adicionais e a análise crítica encontram-se ao longo do texto deste ensaio.

maio de 1592 e governou até pelo menos o dia 03 de julho de 1600.

7. **Francisco de Souza Pereira** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 03 de março de 1600. Tomou posse em data ignorada mas já exercia o cargo em 09 de agosto de 1600 e ainda governava em 27 de setembro de 1604.

8. **André de Albuquerque** [efetivo] - Foi nomeado a 21 de agosto de 1603. A data da sua posse é ignorada e, por mera aproximação plausível, sua gestão pode ser situada entre o final de 1604 ou início de 1605 e o final de 1610 ou início de 1611. Este é um dos governos menos conhecidos da Paraíba.

9. **Francisco Coelho de Carvalho** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 27 de setembro de 1608. A data da sua posse é ignorada mas já exercia o governo a 29 de janeiro de 1611 e ainda se mantinha no cargo no dia 01 de dezembro de 1612. É possível que sua administração tenha atingido o ano de 1613.

10. **João Rebello de Lima** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 18 de julho de 1612. Não é conhecida a data da sua posse mas ele já estava exercendo o cargo em 27 de novembro de 1613 e em 12 de março de 1616 ainda permanecia no governo. É possível que sua gestão tenha se estendido até pelo menos o final de 1616.

11. **Francisco Nunes Marinho de Sá** - Foi nomeado a 15 de maio de 1603 mas só veio a tomar posse em data ignorada, cerca de três lustros mais tarde. Já exercia o cargo no dia 01 de maio de 1617 e ainda governava em 07 de agosto de 1619. É possível que sua gestão tenha durado até o final do ano de 1619 ou talvez tenha até

atingido o ano de 1620.

12. **João de Brito Correa** - Foi nomeado a 28 de janeiro de 1616 e é ignorada a data da sua posse. A notícia mais antiga que conheço da sua gestão tem a data de 16 de janeiro de 1621 e sabe-se que ele continuava no cargo em 23 de abril de 1622. É muito provável que o seu governo tenha se estendido mais.

13. **Affonso da Franca** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 17 de setembro de 1618. Existe uma Portaria datada de 14 de janeiro de 1622 dando-lhe ordem para assumir o governo mas não se sabe quando isto aconteceu. Já havia assumido o governo em 21 de abril de 1624 e ainda continuava no cargo em torno do segundo semestre de 1625 mas é quase certo que sua gestão se prolongou até cerca de 1627.

14. **Antonio de Albuquerque** [**Maranhão**] (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de Santo André de Ervedal, da Comenda da Ilha do Porto Santo e Senhor da Ilha Grande) - Foi nomeado a 09 de agosto de 1622. Não se sabe a data da sua posse mas começou o governo em torno de 1627 e permaneceu no cargo até a terceira onda de invasão dos neerlandeses na Paraíba, ocasião em que abandonou o teatro de guerra e a própria Capitania a partir de 23 de dezembro de 1634.

- **Pedro Cadena de Vilhasanti** - Foi nomeado a 23 de junho de 1627 mas não chegou a assumir o cargo.

- **Francisco de Souto Mayor** - Foi nomeado a 19 de outubro de 1631 mas não chegou a assumir o cargo.

- **Manuel Pires Correia** - Foi nomeado a 03 de outubro de 1638 mas não chegou a assumir o cargo.

- **Diogo Vieira Ferrete** - Foi nomeado a 16 de março de 1640 mas não chegou a assumir o cargo.

SOB O DOMÍNIO NEERLANDÊS (1634-1654)
[ESPÚRIO]

PERÍODO PRÉ-NASSOVIANO (1634-1637)

15. **Dr. Servaes Carpentier** - Tomou parte na conquista da Paraíba pelos neerlandeses. Dirigiu a Capitania da Paraíba a partir de janeiro de 1635 até certa altura de 1636, provavelmente no princípio do ano.

16. **Ippo Eysens** - Não é conhecida a data da sua nomeação nem a da sua posse mas provavelmente dirigiu a Capitania da Paraíba desde o princípio de 1636 até a noite de 14 de outubro de 1636, quando foi morto no engenho do Espírito Santo em um assalto de surpresa sob o comando do Capítão de emboscadas Francisco Rebello, por apelido, Rebellinho, pequeno na estatura e grande nos feitos. Foi o primeiro Diretor neerlandês dessa Capitania a morrer no exercício do cargo.

17. **Elias Herckmans** - É desconhecida a data da sua designação e da sua posse. Já devia ter assumido a direção da Capitania da Paraíba, provavelmente desde a segunda quinzena de outubro de 1636 mas, com certeza, já era o seu Diretor em 26 de novembro de 1636, véspera do dia em que deu combate de revanche às tropas do Rebellinho no engenho de Santo André, permanecendo no cargo até

antes do dia 01 de julho de 1639.

PERÍODO NASSOVIANO (1637-1644)

- **Dr. Sebastiaen van Hoogeveen** - Foi nomeado Diretor da Capitania da Paraíba em 07 de dezembro de 1638 mas, adoecendo, veio a falecer a 27 de fevereiro de 1639 sem tomar posse.

18. **Dr. Daniel Alberti** - Não se conhece a data da sua nomeação nem a da sua posse. Dirigiu a Capitania da Paraíba desde certa altura de 1639, em torno da metade do ano, até certa altura do primeiro semestre de 1640. Já havia assumido em 10 de dezembro de 1639.

19. **Paulus de Linge** - Não se sabe a data da sua designação nem a da sua posse. Dirigiu a Capitania da Paraíba, pela primeira vez, desde certa altura do primeiro semestre de ano de 1640, estando já no exercício do cargo na terceira semana de outubro de 1640 e ainda permanecia no posto em certa altura do ano de 1642. Ainda dirigia a Capitania em torno do meado de 1642.

20. **Dr. Gijsbert de With** - Não se conhece a data da sua nomeação nem a da sua posse. Dirigiu a Capitania da Paraíba desde o início de 1643, talvez desde pouco antes, até certa altura do ano de 1645, aí pelo início de maio.

PERÍODO PÓS-NASSOVIANO (1644-1654)

21. **Paulus de Linge** - É desconhecida a data da sua designação e da sua posse. Dirigiu a Capitania da Paraíba, pela segunda vez, desde junho de 1645 até o final de 1646, inicialmente do convento de Santo Antonio dos Franciscanos, transformado em Paço do Gover-

no neerlandês, mas com a irrupção da guerra da restauração, por medida de segurança, passou a residir no forte do Cabedelo.

22. [**Período de governo não apurado**] - Não consegui identificar quem dirigiu a Capitania da Paraíba no período compreendido desde o final de 1646 até certa altura de 1650.

23. **Tenente-Coronel Jacob Stachhouwer** - Não é conhecida a data da sua designação nem a da sua posse. Este ex-Conselheiro Político e já então militar dirigiu a Capitania da Paraíba do forte do Cabedelo, a partir de certa altura de 1650, estando já no exercício do cargo ao longo da terceira semana de agosto de 1650 até cerca de fevereiro de 1652 quando morreu. Ele foi o segundo Diretor neerlandês dessa Capitania que veio a falecer durante o exercício do cargo.

24. **Coronel Guillaume de Houtain** - Não se sabe a data da sua designação nem tampouco a da sua posse. Foi o último governante neerlandês dessa terra. Dirigiu a Capitania da Paraíba, do forte do Cabedelo, desde março de 1652 até a capitulação geral dos neerlandeses em Pernambuco a 27 de janeiro de 1654, tendo então abandonado aquele forte. Seu governo praticamente se resumiu ao comando daquela fortificação.

SOB A DINASTIA DE BRAGANÇA (1640-1808)

- **Francisco de Souto Mayor** - Foi nomeado a 30 de abril de 1642 mas não chegou a assumir o cargo.

- **Manuel Pires Correia** - Teve Carta Régia de confirmação datada de 20 de junho de 1645 mas não chegou a assumir.

25. **Triunvirato da Restauração** - A partir de 01 de setembro de 1645 formou-se na Paraíba um governo revolucionário luso-brasileiro, com vistas à restauração da Capitania, composto por Lopo Curado Garro (, cunhado de André Vidal de Negreiros), Jeronymo Cadena de Vilhasanti (, irmão de Pedro Cadena de Vilhasanti,) e Francisco Gomes Muniz. Não se trata, portanto, de um governo político e sim de um governo militar para libertar a Capitania daquela dominação espúria.

- **Lourenço de Brito Correa** - Foi nomeado a 08 de maio de 1647 mas não chegou a assumir o cargo.

26. **Antonio Dias Cardoso** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) [interino] - Embora este seu primeiro exercício interino não seja citado pelos historiadores da Paraíba, Antonio Dias Cardoso, ainda como Sargento-Mor, respondeu provisoriamente pelo governo da Capitania da Paraíba a partir de data ainda não apurada até dar posse ao seu ilustre e abastado sucessor em certa altura do mês de agosto de 1655.

27. **João Fernandes Vieira** (Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Guerra de Sua Magestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de Santa Eugênia de Ala do Bispado de Miranda e da Comenda de São Pedro de Torrados do Arcebispado de Braga, além de Alcaide-Mor da Vila de Pinhel na Beira Alta) - - Foi nomeado a 12 de fevereiro de 1655 e tomou posse em certa altura do mês de agosto de 1655, permanecendo no governo até o dia 19 de agosto de 1657.

28. **Antonio Dias Cardoso** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) [Interino] - Somente esta sua segunda gestão interina é citada pelos his-

toriadores da Paraíba. Assumiu provisoriamente o governo da Capitania desde o dia 19 de agosto de 1657 até o dia 17 de outubro de 1657.

29. **Mathias de Albuquerque Maranhão** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de São Vicente da Figueira e Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis) - - Foi nomeado a 21 agosto de 1656. Tomou posse no dia 17 de outubro de 1657 e governou até certa altura do princípio do ano de 1663.

30. **João do Rego Barros** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo) - Foi nomeado em data não apurada e tampouco é conhecido o dia da sua posse mas deve ter sido no princípio do ano de 1663. Já havia assumido o cargo em 21 de março de 1663 e governou a Capitania da Paraíba até o dia 08 de maio de 1667. Esta última data estava até agora inédita.

31. **Luis Nunes de Carvalho** - Foi nomeado a 15 de fevereiro de 1667. Tomou posse no dia 08 de maio de 1667. Em 13 de agosto de 1670 continuava governando a Capitania da Paraíba e deve ter continuado no cargo até pelo menos certa altura de setembro ou, mais provavelmente, até certa altura de outubro de 1670.

32. **Inacio Coelho da Silva** (Fidalgo da Casa Real) - Foi nomeado a 07 de fevereiro de 1670. A posse lhe foi dada no dia 01 de novembro de 1670 pela Câmara da Cidade de Nossa Senhora das Neves e ainda governava a Capitania da Paraíba a 15 de agosto de 1673, ao que parece, já bem perto do término da sua gestão.

33. **Manuel Pereira de Lacerda** - Foi nomeado a 23 de setembro de

1673. Tomou posse em data ignorada mas já governava a 04 de novembro de 1674 e é válido admitir que já tivesse iniciado sua gestão desde o final de 1673, em torno de outubro. Ainda permanecia no cargo a 13 de novembro de 1675 mas é razoável aceitar que ele governou a Capitania da Paraíba até certa altura do segundo semestre de 1678.

34. **Alexandre de Souza e Azevedo** - Tendo sido nomeado a 21 de julho de 1678, tomou posse, ao que parece, no mesmo ano de 1678, possivelmente no segundo semestre. Permaneceu no governo até certa altura do segundo semestre de 1684, aparentemente, no mês de agosto.

35. **Antonio da Silva Barbosa** - Foi nomeado a 08 de novembro de 1683. Sua posse ocorreu em agosto de 1684, tendo permanecido no governo até setembro de 1687.

36. **Amaro Velho Serqueira** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - Foi nomeado a 17 de novembro de 1686. Tomou posse poucos dias antes de 09 de setembro de 1687 e governou até junho de 1692.

37. **Manuel Nunes Leitão** - Foi nomeado a 18 de janeiro de 1692. Tomou posse em junho de 1692 e permaneceu no governo até setembro de 1697.

38. **Manoel Soares Albergaria** - Foi nomeado a 14 de fevereiro de 1697. Tomou posse em setembro de 1697 e governou até julho de 1700.

39. **Francisco de Abreu Pereira** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - - Foi nomeado a 01 de janeiro de 1700. Tomou posse em julho de

1700, possivelmente no dia 04 de julho, e permaneceu no cargo até novembro de 1703.

40. **Fernando de Barros Vasconcellos** (Fidalgo da Casa Real) - - Não consegui localizar a data da sua nomeação. Tomou posse do governo da Paraíba em novembro de 1703 e governou até julho de 1708.

41. **João da Maya da Gama** - Não consegui localizar a data da sua nomeação. Tomou posse em julho de 1708 e permaneceu no governo até certa altura entre 19 de maio de 1717 e um determinado dia não apurado de agosto de 1717, após o dia 09.

42. **Antonio Velho Coelho** (Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Magestade) - Não consegui localizar a data da sua nomeação. Deve ter tomado posse em certa altura situada entre 19 de maio de 1717 e um determinado dia não apurado de agosto de 1717, após o dia 09. Faleceu no exercício do cargo a 14 de agosto de 1719. Na véspera da sua morte deixou recomendações sobre a forma como se constituiria o governo interino após o seu falecimento.

43. **Junta Governativa** [interina] - No dia 14 de agosto de 1719 foi formada uma junta governativa interina composta pelos seguintes Oficiais da Câmara: João de Moraes Valcacer, Feliciano Coelho de Barros, Francisco Souto Mayor, Jeronymo Coelho de Alvarenga, Diogo Vandernes e Eugenio Cavalcante de Albuquerque. Essa junta interina exerceu a sua função até janeiro de 1720, quando entregou o governo a um sucessor também interino.

- **João Correa de Castro** - Foi nomeado em fevereiro de 1720 mas não chegou a tomar posse.

44. **Antonio Ferrão de Castelbranco** [interino e a seguir efetivo] - - Foi nomeado pelo 2.º Vice-Rei do Brasil, antes de 13 de outubro de 1719, para ocupar interinamente a vaga deixada com a morte de Antonio Velho Coelho. Ao chegar à Paraíba encontrou os Oficiais da Câmara já exercendo provisoriamente o governo da Capitania e, diante disto, comunicou o fato ao Rei para prover sobre o assunto. Este o confirmou em caráter efetivo no dia 17 de julho de 1720. Considerando que aquela junta governativa dirigiu a Capitania até janeiro de 1720, quando entregou o governo ao seu sucessor, Antonio Ferrão de Castelbranco, conclui-se que, durante os primeiros meses, este último exerceu o cargo ainda em caráter interino para só depois ser efetivado aproximadamente no último quadrimestre de 1720. Seu governo se estendeu até janeiro de 1722.

45. **João de Abreu de Castelbranco** - Não consegui localizar a data da sua nomeação mas já estava nomeado antes de 08 de agosto de 1721. Tomou posse em janeiro de 1722 e concluiu sua gestão em março de 1729.

46. **Francisco Pedro de Mendonça Gorjão** (Fidalgo da Casa Real) - - Não consegui localizar a data da sua nomeação. Sua posse ocorreu em março de 1729 e exerceu o cargo até junho de 1734.

47. **Pedro Monteiro de Macedo** - Não consegui localizar a data da sua nomeação mas já estava designado antes de 26 de março de 1734. Tomou posse em junho de 1734 e faleceu no exercício do cargo em maio de 1744, do dia 10 em diante.

48. **Junta Governativa** [interina] - Com o falecimento de Pedro Monteiro de Macedo formou-se uma junta governativa interina, constituída pelos seguintes Oficiais da Câmara: Leonardo Domingues

Porto, Manoel da Rocha de Carvalho, André Dias de Figueiredo, Domingos dos Santos de Oliveira e Cosme Ribeiro da Costa. Esta junta governativa interina exerceu sua função de maio de 1744 até agosto de 1744 quando foi substituída por um governante também interino.

49. **João Lobo de Lacerda** [interino] - Foi nomeado pelo 5.º Vice--Rei do Brasil para ocupar interinamente a vaga aberta com a morte de Pedro Monteiro de Macedo. Tomou posse em agosto de 1744 e governou até 28 de junho de 1745.

50. **Antonio Borges da Fonseca** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício) - Foi nomeado no ano de 1744. Tomou posse no dia 28 de junho de 1745 e governou a Capitania da Paraíba até o dia 21 de novembro de 1753.

51. **Luiz Antonio de Lemos de Britto** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de Cristo e nela detentor da Comenda de Santa Maria de Verim e da Comenda de Santo André de Friande) - Foi nomeado a 28 de agosto de 1753. Tomou posse 21 de novembro de 1753 e não 19 de novembro do mesmo ano, como tem sido indicado por outros autores. Durante o seu governo, com base em uma Resolução datada de 29 de dezembro de 1755, foi passada no dia 01 de janeiro de 1756 uma Provisão do Rei D. José I dando ciência de que, devido aos poucos meios que a Provedoria da Fazenda Real da Capitania da Paraíba dispunha para sustentar um governo independente, resolvera extinguir sua autonomia e subordiná-la ao governo da Capitania de Pernambuco, tão logo terminasse a administração de Luiz Antonio de Lemos de Britto. Sua administração se estendeu até abril de 1757.

PERDA DA AUTONOMIA DA CAPITANIA DA PARAÍBA E SUBORDINAÇÃO À CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1757)

52. **Joze Henriques de Carvalho** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - - Não tenho notícia de quando ele nomeado. Tomou posse do governo da Capitania da Paraíba em abril de 1757, possivelmente no dia 09 de abril, e concluiu sua gestão em janeiro de 1761.

53. **Francisco Xavier de Miranda Henriques** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo) - Foi nomeado a 17 de dezembro de 1757. Tomou posse do cargo em janeiro de 1761 e já exercia o governo da Capitania da Paraíba em 13 de janeiro de 1761. Encerrou a sua administração em 21 de abril de 1764.

54. **Jeronimo Joze de Mello e Castro** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) - Foi nomeado no dia 28 de julho de 1763. Seu governo veio a ser o mais longo que a Paraíba já teve até hoje, ultrapassando a marca dos trinta e três anos. Tomou posse no dia 21 de abril de 1764 e exerceu o cargo até o seu falecimento em 13 de maio de 1797.

55. **Junta Governativa** [interina] - Com o falecimento do Governador Brigadeiro Jeronimo Joze de Mello e Castro no dia 13 de maio de 1797 foi logo formada uma junta governativa interina, na verdade um Triunvirato, em obediência a uma Ordem Régia, datada de 12 de dezembro de 1770, que dispunha sobre a sucessão interina em tais situações. Esta junta governativa (Triunvirato) foi composta pelo Ouvidor Geral da Comarca, o Desembargador Antonio Felippe Soares de Andrade Brederodes, pelo Vereador mais velho, Luiz Alvares da Nobrega, e pelo Oficial de guerra de maior patente, o Sargento-Mor João Ribeiro Pessoa de Lacerda.

O referido Triunvirato interino governou a Capitania da Paraíba de 13 de maio de 1797 até 23 de março de 1798.

56. **Fernando Delgado Freire de Castilho** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro professo e Comendador da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de São Bento de Avis e Comendador da Ordem de Santiago da Espada) - Foi nomeado a 30 de outubro de 1797. Tomou posse a 23 de março de de 1798 e permaneceu no cargo até 15 de setembro de 1802. A este Governador, provavelmente o mais importante de todos, ao longo do nosso período colonial e quiça de toda a nossa História, o Estado da Paraíba ainda está a dever o justo reconhecimento público, não somente por sua excelente administração, como também em virtude dos seus competentes arrazoados desenvolvidos em inúmeros ofícios enviados ao Reino, defendendo a restauração da autonomia política da Capitania da Paraíba. Seus argumentos foram acolhidos e atendidos em 1799, ainda durante a sua administração.

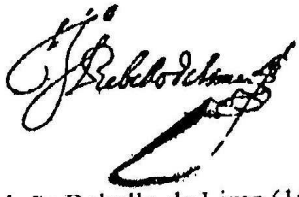
RESTAURAÇÃO DA AUTONOMIA DA
CAPITANIA DA PARAÍBA (1799)

57. **Luis da Motta Feo** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de São Bento de Avis, do Conselho da Casa Real, Conselheiro do Almirantado em Lisboa e Membro do Supremo Conselho Militar no Rio de Janeiro) - Foi nomeado no dia 12 de janeiro de 1802. Tomou posse em 15 de setembro de 1802 e governou até o dia 24 de julho de 1805 e não 23 de julho do mesmo ano como se costuma ver.

58. **Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque** (Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo) - Foi nomeado no dia 27 de

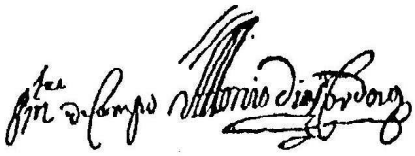
agosto de 1804. Tomou posse em 24 de julho de 1805 e sob a sua administração, em 1808, a Família Real chegou ao Brasil, pondo termo ao nosso período colonial. Seu governo se estendeu até o dia 30 de agosto de 1809.

5. ANEXO II - AUTÓGRAFOS DE ALGUNS GOVERNANTES DA PARAÍBA COLONIAL



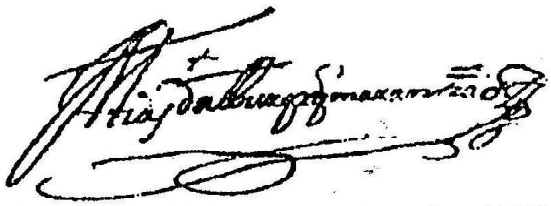
10. João Rebello de Lima (1616)

11. Francisco Nunes Marinho de Sá [deça] (1618)

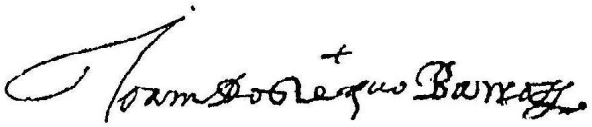


25. Antonio Dias Cardoso (1655)

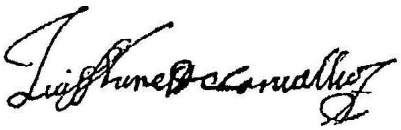
26. João Fernandes Vieira (1657)



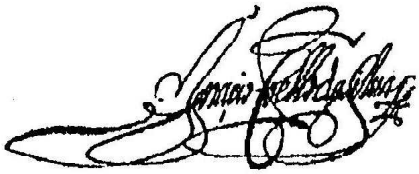
28. Mathias d'Albuquerque Maranhão (1662)



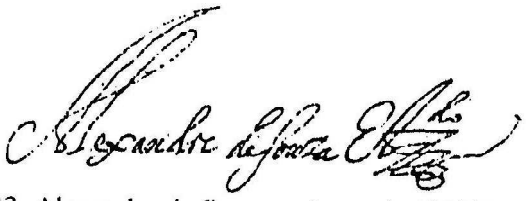
29. Joam [João] do Reguo [Rego] Barros (1663)



30. Luis Nunes de Carvalho (1667)



31. Inacio Coelho da Silva (1671)

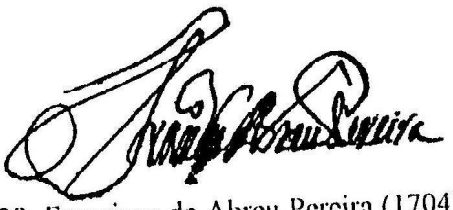


33. Alexandre de Souza e Azevedo (1683)

34. Antonio da Silva Barbosa (1685)

35. Amaro Velho Serqueira (1680)

37. Manoel Soares Albergaria (1699)



38. Francisco de Abreu Pereira (1704)

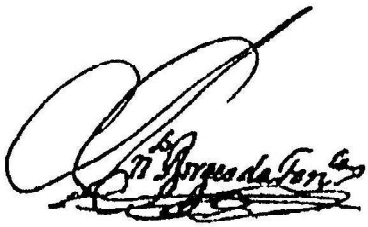
39. Fernando de Barros Vasconcellos (1704)

40. João da Maya da Gama (1709)

44. João de Abreu de Castelbranco (1722)

45. Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1729)

46. Pedro Monteiro de Macedo (1736)



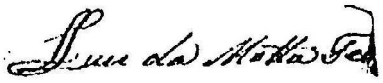
49. Antonio Borges da Fonseca (1746)

50. Luiz Antonio de Lemos de Britto (1754)

51. Joze Henriques de Carvalho (1757)

53. Jeronimo Joze de Mello e Castro (1764)

55. Fernando Delgado Freire de Castilho (1798)



56. Luis da Motta Feo (1802)

57. Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque (1805)

6. ÍNDICE ONOMÁSTICO DOS GOVERNANTES *

- Albergaria, Manoel Soares - p. 94, *p. 139*.
- Alberti, Dr. Daniel - p. 64, *p. 135*.
- Albuquerque, André de - p. 30, p. 33, *p. 131*, *p. 132*.
- Albuquerque, Antonio de - Vide: [Maranhão,] Antonio de Albuquerque
- Albuquerque, Amaro Joaquim Rapozo de - p. 129, *p. 144*.
- Azevedo, Alexandre de Souza e - p. 86, *p. 139*.
- Barbosa, Fructuoso - p. 27, *p. 131*.
- Barbosa, Antonio da Silva - p. 88, *p. 139*.
- Barros, João do Rego - p. 76, *p. 138*.
- Britto, Luiz Antonio de Lemos de - p. 112, *p. 142*.
- Cardoso, Antonio Dias - p. 72, p. 74, *p. 137*, *p. 137*.
- Carpentier, Dr. Servaes - p. 57, *p. 134*.
- Carvalho, Feliciano Coelho de - p. 30, *p. 131*.
- Carvalho, Francisco Coelho de - p. 37, *p. 132*.
- Carvalho, Joze Henriques de - p. 116, *p. 143*.
- Carvalho, Luis Nunes de - p. 83, *p. 138*.
- Castelbranco, Antonio Ferrão de - p. 103, *p. 141*.
- Castelbranco, João de Abreu de - p. 105, *p. 141*.
- Castilho, Fernando Delgado Freire de - p. 123, *p. 144*.
- Castro, Jeronimo Joze de Mello - p. 119, *p. 143*.
- Castro, João Correa de - p. 103, *p. 140*.
- Coelho, Antonio Velho - p. 100, *p. 140*.
- Correa, João de Brito - p. 44, *p. 133*.

---

* Assinalam-se aqui somente as páginas correspondentes às entradas de *caput* dos nomes dos governantes ou daqueles que foram nomeados mas não assumiram, tanto no **capítulo 3** quanto no **Anexo I** (, neste caso com indicação em *itálico*).

- Correia, Lourenço de Brito - p. 71, *p. 137*.
- Manoel Pires Correia - p. 55, p. 71, *p. 134*, *p. 136*.
- Eysens, Ippo - p. 58, *p. 134*.
- Feo, Luis da Motta - p. 128, *p. 144*.
- Ferrete, Diogo Vieira - p. 55, *p. 134*.
- Fonseca, Antonio Borges da - p. 110, *p. 142*.
- Franca, Affonso da - p. 47, *p. 133*.
- Gama, João da Maya da - p. 98, *p. 140*.
- Gorjão, Francisco Pedro de Mendonça - p. 106, *p. 141*.
- Henriques, Francisco Xavier de Miranda - p. 119, *p. 143*.
- Herckmans, Elias - p. 61, *p. 134*.
- Hoogeveen, Dr. Sebatiaen van - p. 64, *p. 135*.
- Houtain, Coronel Guillaume de - p. 69, *p. 136*.
- Lacerda, João Lobo de - p. 109, *p. 142*.
- Lacerda, Manuel Pereira de - p. 85, *p. 138*.
- Leitão, Manuel Nunes - p. 93, *p. 139*.
- Lima, João Rebello de - p. 40, *p. 132*.
- Linge, Paulus de - p. 65, p. 67, *p. 135*, *p. 135*.
- Macedo, Pedro Monteiro de - p. 107, *p. 141*.
- [Maranhão,] Antonio de Albuquerque - p. 51, *p. 133*.
- Maranhão, Mathias de Albuquerque - p. 74, *p. 138*.
- Mayor, Francisco de Souto - p. 54, p. 71, *p. 133*, *p. 136*.
- Morales, Capitão Francisco de - p. 23, *p. 131*.
- Pereira, Francisco de Abreu - p. 95, *p. 139*.
- Pereira, Francisco de Souza - p. 32, *p.132*.
- Sá, Francisco Nunes Marinho de - p. 42, *p. 132*.
- Serqueira, Amaro Velho - p. 91, *p. 139*.
- Silva, Inacio Coelho da - p. 84, *p. 138*.
- Stachhouwer, Tenente-Coronel Jacob - p. 69, *p. 136*.
- Tavares, João - p. 21, p. 26, *p. 131, p. 131*.
- Vasconcellos, Fernando de Barros - p. 97, *p. 140*.

- Vieira, João Fernandes - p. 72, *p. 137*.
- Vilhasanti, Pedro Cadena de - p. 54, *p. 133*.
- With, Dr. Gijsbert de - p. 66, *p. 135*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA 2001 - Primeiro Semestre. João Pessoa, A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora, 2002, p. 15-47.

2. ALMEIDA, HORÁCIO DE - **HISTORIA DA PARAÍBA**. 2.ª ed. [sic, será melhor indicada com a 1.ª ed. integral (2.ª ed. do v. 1, revisto e ampliado)] Nota preliminar (Rio, 03 de março de 1977) do autor. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1978, 2 v. (Documentos Paraibanos, v. 6, v. 7).

3. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 75 [1957]. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Departamento de Imprensa Nacional [1957].

4. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 93, 1973. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1974.

5. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 97, 1977. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1977.

6. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 98, 1978. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Gráfica Editora do Livro Ltda., 1978.

7. ANCHIETA (S.J.), Padre JOSEPH DE - **CARTAS JESUITICAS III - CARTAS, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-**

-1594). [1.ª ed.] Nota Preliminar (Rio, 1931) de [Julio] A[franio]. P[eixoto]. "A Obra de Anchieta no Brasil" (Artigo de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu, aludido e citado, que saiu originalmente n'O JORNAL, Rio, de 31 de agosto de 1927). Introdução de [Julio] Afranio Peixoto. Bibliografia do Padre Joseph de Anchieta, S.J., extractada da **Bibliothèque de la Compagnie de Jésus**, por [Padre] Carlos Sommervogel, S.J., tomo I, pags. 310-2, Bruxelles--Paris, 1890 e [tomo] VIII, pags. 1631, Bruxelles-Paris, 1898 e Suplemento: **Corrections et addictions à la Bibliothèque de la Compagnie de Jésus** — Por [Padre] Ernest Rivière, S.J. — Fasciculo II, pag. 64, Toulouse, 1912-1930. Notas e Posfacio ("Vida do Padre Joseph de Anchieta") de [Antonio de Castilho] Alcantara Machado [de Oliveira]. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933 (Academia Brazileira [de Letras]).

8. ANDRADE, DELMIRO PEREIRA DE - **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARAÍBA DO NORTE**. Prefácio (São João del--Rei, 06 de setembro de 1943) do autor. Rio de Janeiro, Editora Minerva Ltda., 1946.

9. ANNAES DO MUSEU PAULISTA, tomo terceiro, 2.ª parte, 1927. São Paulo, "Diario Official", 1927.

10. ARAUJO, JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E - **MEMÓRIAS HISTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO POR JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E ARAUJO**. [2.ª ed.] Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde [MES], Instituto Nacional do Livro [INL], Imprensa Nacional, 1948, 9.º volume (Biblioteca Popular Brasileira, t. XII).

- BAERLE, KASPAR van [Vide BARLAEUS, CASPAR]

11. BARLAEUS, CASPAR [Nome latinizado de Kaspar van Baerle ou, no vernáculo, Gaspar Barléu] - **GASPAR BARLÉU - - HISTÓRIA dos feitos recentemente praticados durante oito anos no BRASIL e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo JOÃO MAURÍCIO CONDE DE NASSAU ETC., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange**. Tradução e Anotações de Cláudio Brandão. De dicatória (Amsterdam, 20 de abril de 1647) do autor. [1.ª ed. brasileira.] Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação. MCMXL [1940].

- BARLÉU, GASPAR [Vide BARLAEUS, CASPAR]

- BEZERRA, ALCIDES [Vide Cavalcanti, João ALCIDES BEZERRA]

12. Bittencourt (Editor e Anotador), PEDRO CALMON Moniz de - - **Introdução e Notas ao** Catálogo Genealógico das principais Famílias**, de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão**. [2.ª ed.] Salvador, Governo do Estado da Bahia, Empresa Gráfica da Bahia, 1985, 2 v.

13. [BRANDÃO, AMBRÓSIO FERNANDES] - **DIALOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL**. Pela primeira vez tirados em livro com introdução [, originalmente publicada no JORNAL DO COMMERCIO, Rio, 24 de setembro de 1901,] de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu e notas [, além de um "Aditamento"] de Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia. Nota

Preliminar de [Julio] A[franio]. P[eixoto]. [3.ª ed. contendo os seis diálogos ou capítulos e a 1.ª ed. independente] Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930 (Biblioteca de Cultura Nacional: Publicações da Academia Brazileira [de Letras]: Classicos Brazileiros: II - Historia, v. 3).

- CALMON, PEDRO [Vide Bittencourt (Editor e Anotador), PEDRO CALMON Moniz de]

14. CAMPOS, FREDERICO CARNEIRO DE - **CATALOGO DOS GOVERNADORES E PRESIDENTES DA PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE** (Organisado e offerecido ao Instituto [Histórico e Geográfico Paraibano] pelo Socio correspondente o Ex.mo Sr. Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos, Presidente da mesma Provincia) [1.ª ed.], *in*: REVISTA TRIMENSAL DE HISTORIA E GEOGRAPHIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO [, atualmente sob o título de REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO], t. VIII, 1846. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1846, p. 81-98.

15. CARPENTIER, SERVAES - **Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania**. [2.ª ed. brasileira.] Introdução, revisão da tradução original e notas por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto], *in*: José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] (Editor e Anotador) - - **FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS: 2. A ADMINISTRAÇÃO DA CONQUISTA**. Textos editados por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto]. Introdução

[geral e notas, além de introdução específica e notas a cada um dos textos estampados] pelo editor e anotador. Recife, Ministério da Cultura [MinC] - Secretaria de Cultura - 4.ª Diretoria Regional da SPHAN - Fundação Nacional Pró--Memória, Editora Universitária/UFPE, 1985, p. 39-52.

16. CARVALHO, ALFREDO Ferreira DE - **AVENTURAS E AVENTUREIROS NO BRASIL POR ALFREDO** [Ferreira] **DE CARVALHO**. Publicação feita em virtude de autorização legislativa no governo do Exmo. Sr. Dr. Estacio de Albuquerque Coimbra, governador do Estado de Pernambuco, sob a direcção de Eduardo Tavares. Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora Paulo Pongetti & C., 1929.

17. **CATALOGO DA Collecção de Memorias e outros documentos contidos em 19 volumes conservados na Secção Historica DO ARCHIVO NACIONAL**, *in*: PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL sob a Direcção de João Alcides Bezerra Cavalcanti, t. XXVI, 1929. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1930, p. 23-74.

18. **CATALOGO DOS DOCUMENTOS MANDADOS COPIAR PELO SENHOR D. PEDRO II**, *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO, t. LXVII, parte I, v. 109, 1904. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

19. Cavalcanti, João ALCIDES BEZERRA - **Um estadista colonial: FERNANDO DELGADO FREIRE DE CASTILHO. Seu governo nas capitanias DE PARAHYBA DO NORTE E GOYAZ POR ALCIDES BEZERRA**, *in*: PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL sob a Direcção de João Alcides Be-

zerra Cavalcanti, t. XXVI, 1929. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Archivo Na-cional, 1930, p. 171-177.

20. COELHO (Marquês de Basto, Conde de Pernambuco), DUARTE DE ALBUQUERQUE - **MEMÓRIAS DIÁRIAS da Guerra do Brasil: 1630-1638**. Prefácio ("Uma crônica da guerra pernambucana em nova edição") de José Antonio Gonsalves de Mello [Neto]. Nota do Editor por Leonardo [Antônio] Dantas Silva. Nota à 1.ª Edição [pernambucana, datada do Recife, 1944,] por Arnóbio Tenório Vanderlei. 2.ª ed. [pernambucana e 3.ª ed. integral brasileira.] Recife, Prefeitura da Cidade do Recife - Secretaria de Educação e Cultura - - Fundação de Cultura Cidade do Recife, Companhia Editora de Pernambuco [CEPE], [1981,] 1982 (Coleção Recife, v. XII).

21. COSTA, Francisco Augusto PEREIRA DA - **DICCIONARIO BIOGRAPHICO DE PERNAMBUCANOS CELEBRES POR Francisco Augusto Pereira da Costa NATURAL DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO**. [1.ª ed.] RECIFE, TYPOGRAPHIA UNIVERSAL, 1882.

22. COSTA, Francisco Augusto PEREIRA DA - **ANAIS PERNAMBUCANOS**. [1.ª ed.] Prólogo (Afogados, 20-XI-923) do autor. Prefácios [de dez autores distintos, um para cada volume desta obra]. Recife, Secretaria do Interior e Justiça - - Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1951-1966, 10 v. [v. 1, 1951; v. 2, 1952; v. 3, 1952; v. 4, 1952; v. 5, 1953; v. 6, 1954; v. 7, 1958; v. 8, 1962; v. 9, 1965; v. 10, 1966]

23. COUTTO (O.S.B.), D. DOMINGOS DO LORETO - **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**. [2.ª ed. fac-si-

milar.] Apresentação [Trata-se de um posfácio] e Índice [Onomástico] por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto]. Nota do Editor ("Desagravos do Brasil") por Leonardo [Antônio] Dantas Silva. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, Companhia Editora de Pernambuco [CEPE], 1981 (Coleção Recife, v. XI).

24. **Documentos Historicos (1650-1668) - Ordens, Regimentos, Provisões, Alvarás e Correspondencia dos Governadores Gerais: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barreto, Alexandre de Souza Freire** [e] **Conde de Obidos**. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1928, v. 5.

25. **DOCUMENTOS PELA MAIOR PARTE EM PORTUGUEZ SOBRE VARIOS ASSUMPTOS** (Continuação 1), *in*: REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO [, atualmente sob o título de REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO], [v. 6,] n.º 34. Recife, TYPOGRAPHIA UNIVERSAL, 1887 (dezembro), p. 33-138.

26. DUSSEN, ADRIAEN Jacobszoon van der - **Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil** [, datado de 10 de dezembro de 1639]**, apresentado pelo Senhor Adriaen** [Jacobszoon] **van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640**. [2.ª ed. brasileira.] Introdução e tradução original revista por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto], *in*: José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] (Editor e anotador) - **FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS: 1. A ECONOMIA**

AÇUCAREIRA. Textos editados por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto], além de introdução e notas específicas a cada um dos textos estampados] pelo editor e anotador. Recife, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Secretaria de Assuntos Culturais - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [SPHAN] - Fundação Nacional Pró-Memória - 3.ª Diretoria Regional da SPHAN - Parque Histórico Nacional dos Guararapes, Companhia Editora de Pernambuco [CEPE], 1981, p. 131-232.

27. FONSECA, Antonio José Victoriano BORGES DA - **Nobiliarchia Pernambucana por Antonio José Victoriano Borges da Fonseca**. [1.ª ed. integral (separata).] "Explicação Necessaria" por Rodolfo [Augusto de Amorim] Garcia. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1935, 2 v.

28. FREYRE, FRANCISCO DE BRITO - **NOVA LUSITANIA, HISTORIA DA GUERRA BRASILICA. A PURISSIMA ALMA E SAVDOSA MEMORIA DO SERENISSIMO PRINCIPE DOM THEODOSIO PRINCIPE DE PORTVGAL, E PRINCIPE DO BRASIL. POR FRANCISCO DE BRITO FREYRE**. DECADA PRIMEIRA [e única]. [1.ª ed.] LISBOA NA OFFICINA DE JOAM GALRAM. ANNO 1675.

29. GABINETE DE ESTUDINHOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA PARAÍBA - GEGHP, ano I, n.º 7, 1932. João Pessoa, 27 de abril de 1932.

30. GABINETE DE ESTUDINHOS DE GEOGRAFIA E HISTORIA DA PARAÍBA - GEGHP, ano VI, v. III, n.os 5 e 6, 1939. João Pessoa, 27 de novembro de 1937.

31. GABINETE DE ESTUDINHOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA PARAÍBA - GEGHP, ano VI, v. VIII, n.os 1 e 2, 1937. João Pessoa, 27 de novembro de 1937.

32. GALVÃO, MIGUEL ARCANJO - **Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte no Govêrno do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889**. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1969.

33. GUERREIRO (S.J.), Padre BARTOLOMEU - **IORNADA DOS VASSALOS DA COROA DE PORTVGAL, PERA Se recuperar a Cidade do Saluador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Ollandezes, a oito de Mayo de 1624. & recuperada ao primeiro de Mayo de 1625. FEITA POLLO PADRE BERTOLAMEV Guerreiro da Companhia de IESV**. Com todas as licenças neceffarias. [1.ª ed.] EM LISBOA. Por Matthaeus Pinheiro. Anno de 1625. Impreffa à cufta de Francifco Aluarez liureiro. Vendefe em fua cafa, defronte da Mifericordia.

34. HAKLUYT, RICHARD - **The Principal Navigations Voyages Traffiques & Discoveries of the English Nation Made by Sea or Over-land to the Remote and Farthest Distant Quarters of the Earth at any time within the compasse of these 1600 Yeeres By RICHARD HAKLUYT Preacher, and sometime Student of Christ-Church in Oxford**.[5.ª ed.] Glasgow, James MacLehose and Sons Publishers to the University, MCMIV [1904], v. XI.

35. HERCKMANS, ELIAS - **DESCRIÇÃO GERAL DA CAPITANIA DA PARAÍBA**. [7.ª ed. brasileira.] Introdução, revisão da

tradução original e notas por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto], *in*: José Antonio Gonsalves de Mello [Neto] (Editor e Anotador) - **FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS: 2. A ADMINISTRAÇÃO DA CONQUISTA**. Textos editados por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto]. Introdução [geral e notas, além de introdução específica e notas a cada um dos textos estampados] pelo editor. Recife, Ministério da Cultura [MinC] - Secretaria de Cultura - 4.ª Diretoria Regional da SPHAN - Fundação Nacional Pró-Memória, Editora Universitária/UFPE, 1985, p. 53-112.

36. ILHA (O.F.M.), Frei MANUEL DA - **NARRATIVA DA CUSTÓDIA DE SANTO ANTÔNIO DO BRASIL 1584/1621** [*Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio seu relatio numerique domorum et doctrinarum quae in illa sunt necnon aliarum rerum narrationis dignarum, etc.*]. Texto Bilíngüe [latim-português]. Introdução, notas e tradução portuguesa por Frei Ildefonso Silveira, O.F.M. Apresentação de Frei Venâncio Willeke, O.F.M. Edição comemorativa do tricentenário da ereção da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (15 de julho de 1975). Petrópolis [RJ], Editora Vozes, 1975 (Centro de Investigação e Divulgação [CID]: Publicações CID: História, v. 4).

37. **INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO BRASIL, EXISTENTES NA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA** [1534-1883], *in*: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 75 [1975], Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Departamento de Imprensa Nacional, 1957; v. 93, 1973, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1974; v. 97, 1977, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Companhia

Brasileira de Artes Gráficas, 1977; v. 98, 1978, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Gráfica Editora do Livro Ltda., 1978.

38. JABOATÃO (O.F.M.), Frei ANTONIO DE SANTA MARIA - - **NOVO ORBE SERAFICO BRASILICO, OU CHRONICA DOS FRADES MENORES DA PROVINCIA DO BRASIL, POR FR. ANTONIO DE SANTA MARIA JABOATÃO. IMPRESSA EM LISBOA EM 1761, E REIMPRESSA POR ORDEM DO Instituto Historico e Geografico Brasileiro**. [1.ª ed. brasileira e 1.ª ed. integral] RIO DE JANEIRO. TYP. BRASILIENSE DE MAXIMIANO GOMES RIBEIRO, 1858-1862 [(Primeira Parte) v. I (1858); v. II (1858); (Parte Segunda, inédita) v. I (1859); v. II (1861); v. III (1862)].

39. JOFFILY, IRENÊO Ceciliano Pereira - **NOTAS SOBRE A PARAHYBA POR I. JOFFILY Socio correspondente do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro, e do Instituto Archeologico Pernambucano**. PREFACIO (6 de agosto de 1892) de J[oão]. CAPISTRANO [Honorio] DE ABREU. APPENDICE [Documentos]. RIO DE JANEIRO. Typographia do JORNAL DO COMMERCIO de Rodrigues & C., 1892.

40. JOFFILY, IRENÊO Ceciliano Pereira - **I. JOFFILY - SYNOPSIS DAS SESMARIAS DA CAPITANIA DA PARAHYBA COMPREHENDENDO O TERRITORIO DE TODO O ESTADO DO MESMO NOME E PARTE DO RIO GRANDE DO NORTE**. TOMO I [e único]. PREFACIO do autor. ADVERTENCIA FINAL (Campina [Grande (PB)], março de 1894)

do autor. PARAHYBA. Typ. e Lith. a vapor — Manoel Henriques, 1893 [1894].

- LAET, JAN [Vide LAET, JOANNES DE]

41. LAET, JOANNES DE - **HISTORIA OU ANNAES DOS FEITOS DA Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 POR JOANNES DE LAET Director da mesma Companhia**. Traducção dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. [Separata da 1.ª ed. integral brasileira publicada nos v. 30, v. 33, v. 38, v. 41-42 dos ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO] RIO DE JANEIRO, Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1916-1925, 2 v [v. 1 (livros I - VII); v. II (livros VIII - XIII)]

- LEAL, JOSÉ [Vide Ramos, JOSÉ LEAL]

42. LINS, GUILHERME GOMES DA SILVEIRA D'AVILA - **PÁGINAS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA. Revisão crítica sobre a identificação e localização dos dois primeiros engenhos de açúcar da Paraíba**. Prefácio de José Pedro Nicodemos. João Pessoa, Empório dos Livros, 1999 (Coleção Histórias do Brasil, v. 1).

43. LINS, GUILHERME GOMES DA SILVEIRA D'AVILA - **REVISÃO E RETIFICAÇÃO DOS SUCESSIVOS NOMES OFICIAIS DA CAPITAL DA PARAÍBA AO LONGO DO TEMPO** [4.ª ed.], *in*: ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA 2001 - - Primeiro Semestre. João Pessoa, A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora, 2002, p. 15-47.

44. LINS, GUILHERME GOMES DA SILVEIRA D'AVILA - **GRAVETOS DE HISTÓRIA. Revisão da crítica de atribuição da mais antiga crônica da Paraíba e outras achegas históricas contemporâneas**. Apresentação (3.2.98) do Dr. José [Ephim] Mindlin. "Explicação Necessária" do autor. s.l., s.d., s.e., 3 v. [Obra pronta para publicação mas ainda inédita]

45. LINS, GUILHERME GOMES DA SILVEIRA D'AVILA - **Verdade e Fidelidade - Duarte Gomes da Silveira no tempo dos flamengos na Capitania da Paraíba**. Introdução e Notas do autor. "Explicação Necessária" do autor. s.l., s.d., s.e., 2 v. [Obra pronta para publicação mas ainda inédita]

46. **LIVRO DO TOMBO DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO DA REFORMA DA PARAHYBA** - [Extrato de um documento oriundo deste importante Livro do Tombo, extraviado há muito tempo e hoje infelizmente reduzido a uma simples, resumida e ainda inédita "*Relação dos bens pertencentes a este Convento de Nossa Senhora do Carmo da Rª* (Reforma) *e dos seus rendimentos anuais*"].

47. **LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA PARAÍBA**. [Separata, em volume único, da publicação original fasciculada, dada à luz na REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO, Recife, Estado de Pernambuco, Secretaria do Interior e Justiça, Imprensa Oficial, 1946, n.º II, ano I, 2.º semestre; Recife, 1947, n.º III, ano II, 1.º semestre; Recife, 1947, n.º IV, ano II, 2.º semestre; Recife, 1949, n.º VI, ano IV, 1.º e 2.º semestres] Recife, Imprensa Oficial, 1947 [1951].

48. **LIVRO PRIMEIRO DO GOVÊRNO DO BRASIL (1607-1633)**. Prefácio do Emb[aixador]. J[osé]. C[arlos]. de Macedo Soares. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores -- Secção de Publicações do Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

49. **LIVRO SEGUNDO DO GOVERNO DO BRASIL**. "Duas Palavras" (São Paulo, junho, 19, de 1927) de Affonso de E[scragnolle]. Taunay, *in*: ANNAES DO MUSEU PAULISTA, tomo terceiro, 2.ª parte, 1927. São Paulo, "Diario Official", 1927.

50. MACHADO, MAXIMIANO LOPES - **HISTORIA DA PROVINCIA DA PARAHYBA**. [1.ª ed.] Prefacio (Parahyba, 12 de janeiro de 1912) de João de Lyra Tavares. Prologo do autor. Parahyba, Imprensa Official, 1912, 2 t.

51. MARANHÃO, JOÃO D'ALBUQUERQUE - **HISTÓRIA DA CASA DE CUNHAÚ**. Prefácio (Sto. Antônio de Apipucos, janeiro de 1956) de Gilberto [de Mello] Freyre. Preâmbulo do autor, *in*: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO, ano VII a X, n.os IX a XII, 1952-1956. Recife, Estado de Pernambuco, Secretaria do Interior e Justiça, Impensa Oficial, 1952-1956, p. 167-448.

52. MEDEIROS, João Rodrigues CORIOLANO DE - **DICCIONARIO CHOROGRAPHICO DO Estado da Parahyba POR J**[oão]**. R**[odrigues]**. Coriolano de Medeiros**. [1.ª ed.] Nota Preambular (Parahyba, junho de 1911) do autor. Parahyba, Imprensa Official, 1914.

53. MEDEIROS FILHO, OLAVO DE - **NO RASTRO DOS FLA-**

MENGOS. Introdução do autor. Natal, Fundação José Augusto, 1989.

54. MELLO [Neto], JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE - **TEMPO DOS FLAMENGOS. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil**. [1.ª ed.] Prefácio (Santo Antônio de Apipucos, maio de 1944) de Gilberto [de Mello] Freyre. Prefácio do autor (Recife, maio de 1944). Rio - São Paulo, Livraria José Olympio Editôra, 1947 (Coleção Documentos Brasileiros, v. 54).

55. MELLO [Neto], JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE - **ANTÔNIO DIAS CARDOSO SARGENTO-MOR DO TÊRÇO DE INFANTARIA DE PERNAMBUCO**. [1.ª ed.] Recife, Universidade do Recife, Imprensa Oficial, 1954 (Tricentenário da Restauração Pernambucana, v. II).

56. MELLO [Neto], JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE - **JOÃO FERNANDES VIEIRA MESTRE DE CAMPO DO TÊRÇO DE INFANTARIA DE PERNAMBUCO**. [1.ª ed.] Recife, Universidade do Recife, Imprensa Oficial, 1956, 2 v. (Tricentenário da Restauração Pernambucana, v. IX).

57. MELLO [Neto] (Editor e Anotador), JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE - **A RENDIÇÃO DOS HOLANDESES NO RECIFE (1654) COM OS TEXTOS INÉDITOS DAS NEGOCIAÇÕES QUE PRECEDERAM O ACORDO, COMENTÁRIOS ACERCA DOS ARTIGOS QUE O COMPÕEM E OS PRINCIPAIS RELATOS PORTUGUESES**. Introdução do editor e anotador. Recife, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - - Secretaria de Assuntos Culturais - Diretoria Geral do Insti-

tuto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN] - - 3.ª Diretoria Regional do IPHAN - Parque Histórico Nacional dos Guararapes [PHNG], Editora Universitária da UFPE, 1979 (Publicação PHNG/3).

58. MELLO [Neto] (Editor e Anotador), JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE - **FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS: 1. A ECONOMIA AÇUCAREIRA**. Textos editados por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto]. Introdução [geral, além da introdução específica e notas a cada um dos textos estampados] pelo editor [e anotador]. Recife, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Secretaria de Assuntos Culturais - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [SPHAN] - Fundação Nacional Pró-Memória - 3.ª Diretoria Regional da SPHAN - Parque Histórico Nacional dos Guararapes, Companhia Editora de Pernambuco [CEPE], 1981.

59. MELLO [Neto] (Editor e Anotador), JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE - **FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS: 2. A ADMINISTRAÇÃO DA CONQUISTA**. Textos editados por José Antonio Gonsalves de Mello [Neto]. Introdução [geral e notas, além de introdução específica e notas a cada um dos textos estampados] pelo editor [e anotador]. Recife, Ministério da Cultura [MinC] - Secretaria de Cultura - 4.ª Diretoria Regional da SPHAN - Fundação Nacional Pró-Memória, Editora Univer-sitária/UFPE, 1985.

60. MELLO [Neto], JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE - **Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco - - 1542-1654**. [1.ª ed.] Prefácio do autor. Recife, Fundação

Joaquim Nabuco [FUNDAJ] - Editora Massangana, Companhia Editora de Pernambuco [CEPE], [1989,] 1990 (Série Estudos e Pesquisas, v. 65).

61. MOONEN (Tradutor), FRANCISCO JOSÉ - **HOLANDESES NO BRASIL. VERBETES DO** NOVO DICIONÁRIO HOLANDÊS DE BIOGRAFIAS, traduzidos por Francisco José Moonen com introdução por José Antonio Gonsalves de Melo [sic, leia-se Mello (Neto)]. Recife, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco [UFPE], 1968 (Coleção Textos Traduzidos, v. I).

62. MORAES [Sênior], Alexandre José de MELLO - **CHRONICA GERAL DO BRAZIL PELO DR. MELLO MORAES** [Sênior] **(A**[lexandre]**. J**[osé]**. de)** SYSTEMATISADA E COM UMA INTRODUCÇÃO POR MELLO MORAES FILHO. RIO DE JANEIRO, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1886, 2 t.

63. MOREAU, PIERRE & BARO, ROULOX - **História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses** e **Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. [2.ª ed. brasileira] Tradução e notas de Lêda Boechat Rodrigues. Nota introdutória de José Honório Rodrigues. Nota da tradutora. [Incluem-se nesta publicação as **Notas do Senhor** (Claude Barthélemy) **Morisot sobre a viagem de Roulox Baro ao país dos Tapuias**] Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979 (Coleção Reconquista do Brasil [: 1.ª Série], v. 54).

64. NETSCHER, Pieter Marinus - **OS HOLANDESES NO BRASIL: NOTICIA HISTÓRICA DOS PAÍSES-BAIXOS E DO BRA-**

SIL NO SÉCULO XVII. Tradução de MARIO SETTE. Prefácio (Haia, fevereiro, 1853) do autor. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Pôrto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1942 (Brasiliana, v. 220).

65. NIEUHOF, JOHAN Jacob - **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. [4.ª ed. brasileira] Traduzida do Inglês por Moacir [do] N[ascimento]. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e biblio-grafia por José Honório Rodrigues. Advertência ao leitor por Hendrik Nieuhof. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981 (Coleção Reconquista do Brasil: Nova [2.ª] Série, v. 35).

66. NÓBREGA, APOLÔNIO Carneiro da Cunha - **CHEFES DO EXECUTIVO PARAIBANO**, *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 249, 1960. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1961 (outubro-dezembro), p. 45-145.

67. OLIVEIRA, ELZA REGIS DE; MENEZES, MOZART VERGETTI DE & LIMA, MARIA DA VITÓRIA BARBOSA (Organizadores) - **CATÁLOGO DOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS AVULSOS REFERENTES À CAPITANIA DA PARAÍBA, EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA**. Apresentação ("Do Silêncio do Tempo, o *Resgate* da História") da Prof. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2002.

68. **ORDENAÇOENS DO SENHOR REY D. MANUEL**. LIVRO II.

COIMBRA: NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, ANNO DE MDCCLXXXXVII [1797].

69. PASCHOA, ANTONIO GONÇALVES - **Descripção da Cidade, e barra da Paraiba** [em 1630,] **de Antonio Gonçalves Paschoa, piloto natural de Peniche, que ha vinte annos, que reside na dita Cidade** [1.ª ed.], *in*: Francisco Adolpho de Varnhagen - **HISTORIA DAS LUTAS COM OS HOLLANDEZES NO BRAZIL DESDE 1624 A 1654. PELO AUTOR DA** HISTORIA GERAL DO BRAZIL. [1.ª ed.] VIENNA D'AUSTRIA. Imp. de Carlos Finsterbeck, 1871.

70. PERAZA, JUAN - **Relacion cierta y verdadera que trata de la victoria y toma de la Parayva, que el ilustre señor Diego Flores de Valdés tomó con la armada de Su Magestad Real, de que iba por Capitan General en la jornada de Magallánes y Guarda de las Indias. Cuenta como corriendo la costa del Brasil halló un puerto que los franceses tenian tomado y alli estaban hechos fuertes, y de como se lo ganó y quemó las naos y casas que tenian, como lo cuenta la obra más largo, por Juan Peraza**. [1.ª ed.] Impresso en Sevilla, en casa de Fernando Maldonado, en la calle de la sierpe, año de 1584.

71. PINTO, IRINEU FERREIRA - **DATAS E NOTAS PARA A Historia da Parahyba Por Irineu Ferreira Pinto Socio Fundador e Bibliothecario do Instituto Historico e Geographico Parahybano**. [1.ª ed.] "Duas Palavras" pelo autor. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1908-1916, 2 v.

72. PINTO, LUIZ Teixeira da Silva - **SÍNTESE HISTÓRICA E CRO-**

NOLÓGICA DA PARAÍBA (1501-1952). [2.ª ed.] Prefácio à Segunda Edição (Rio de Janeiro, setembro de 1953) pelo autor. Rio de Janeiro, Distribuidora Editora Minerva, Ltda., 1953.

73. PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL sob a Direcção de João Alcides Bezerra Cavalcanti, t. XXVI, 1929. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1930.

74. RAMOS, ADAUTO - **Documento para a História de Sobrado: 3 - A Sesmaria de André de Albuquerque**. [1.ª ed.] Sobrado [PB], s.e., 2001.

75. RAMOS, ADAUTO - **A Sesmaria de André de Albuquerque** [2.ª ed.], *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, n.º 35, 2002 (março). João Pessoa, Secretaria da Educação e Cultura, 2002, p. 145-148.

76. Ramos, JOSÉ LEAL - **ITINERÁRIO HISTÓRICO DA PARAÍBA (Da Colonização aos nossos dias)**. [2.ª ed.] Justificativa (janeiro, 1954) do autor. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC], Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1966 (Coleção "Vida Brasileira", v. 28).

77. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO, ano VII a X, n.os IX a XII, 1952--1956. Recife, Estado de Pernambuco, Secretaria do Interior e Justiça, Imprensa Oficial, 1952-1956.

78. REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO [, atualmente sob o título de REVISTA DO INS-

TITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO], [v. 6,] n.º 34. Recife, TYPOGRAPHIA UNIVERSAL, 1887 (dezembro).

79. REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 249, 1960. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1961 (outubro-dezembro).

80. REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO [, atualmente grafado INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO], t. LXVII, parte I, v. 109, 1904. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

81. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, v. 1-35, 1909-2002. João Pessoa, várias impr., 1909-2002.

82. REVISTA TRIMENSAL DE HISTORIA E GEOGRAPHIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO [, atualmente sob o título de REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO], t. VIII, 1846. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1846.

83. ROSARIO (O.S.B.), Frei PAULO DO - **RELAÇAM BREVE, E VERDADEIRA DA MEMORAVEL VICtoria, que ouue o Capitão môr da Capitania da Paraiua Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda, que faõ vinte náos de guerra, & vinte & fete lanchas: pretenderão occupar efta praça de fua Mageftade, trazendo ellas pera o effeito dous mil homens de guerra efcolhidos, a fora a gente do mar. COMPOSTA PELLO REVERENDO PAdre Frey Paulo do Rofario Comiffario Prouincial da Prouin-**

cia do Brazil da Ordem do Patriarcha Sam Bento, como peffoa que a tudo fe achou prefente. Com todds [sic, leia--se todas] as licenças neceffarias. EM LISBOA. Por Iorge Rodrigues. Anno 1632. Taxada na Meza do Paço em quin ze reis.

84. SAINT-HILAIRE, AUGUSTE de Augustin François César Prouvençal DE - **Voyage aux Sources de Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz par M. Auguste de Saint--Hilaire**. Paris, Arthus Bertrand, 1847-1848, 2 v.

85. SALGADO (Organizadora), GRAÇA; AZEVEDO, CARMEN LUCIA DE; COELHO, EDGAR PÊCEGO; VIANNA, PAULO FERNANDES; HIPPOLITO, REGINA & BARRETO, ZÉLIA MARIA - **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial**. Prefácio de Graça Salgado. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Editora Nova Fronteira; Brasília, Instituto Nacional do Livro [INL] - Fundação Nacional Pró-Memória, 1985 (Publicações Históricas, v. 86).

86. SALVADOR (O.S.P.), Frei MANOEL CALLADO DO - **O VALEROSO LUCIDENO E TRIUNFO DA LIBERDADE, PRIMEIRA PARTE** [e única]. 2.ª edição [brasileira]. São Paulo, Edições Cultura, 1943-1945, 2 t. (Série Brasílica, v. 5, v. 6).

87. SALVADOR (O.F.M.), Frei VICENTE DO - **HISTORIA DO BRASIL POR FREI VICENTE DO SALVADOR NATURAL DA BAHIA**. NOVA EDIÇÃO REVISTA POR [JOÃO] CAPISTRANO [HONORIO] DE ABREU. Nota preliminar [Rio/S. Paulo, junho de 1918) de J[oão]. Capistrano [Honorio] de Abreu. [Prolegômenos a cada um dos cinco livros ou

partes que compõem esta obra por João Capistrano Honorio de Abreu] DEDICATORIA AO LICENCIADO MANUEL SEVERIM DE FARIA, CHANTRE NA SANTA SÉ DE EVORA (Bahia, 20 de dezembro de 1627) pelo autor. S. PAULO E RIO, Editores-proprietarios WEISZFLOG IRMÃOS, 1918.

88. SANTIAGO, DIOGO LOPES DE - **HISTORIA DA GUERRA DE PERNAMBUCO E FEITOS MEMORÁVEIS DO MESTRE DE CAMPO JOÃO FERNANDES VIEIRA, HERÓI DIGNO DE ETERNA MEMÓRIA, PRIMEIRO ACLAMADOR DA GUERRA POR DIOGO LOPES DE SANTIAGO**. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello [Neto]. Nota do Editor por Leonardo [Antônio] Dantas Silva. 1.ª Edição integral segundo o apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto. Recife, Governo de Pernambuco - Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco [FUNDARPE] - Diretoria de Assuntos Culturais, Companhia Editora de Pernambuco [CEPE], 1984 (Coleção Pernambucana: 2.ª Fase, v. 1).

89. SCHALKWIJK, FRANS LEONARD - **IGREJA E ESTADO NO BRASIL HOLANDÊS 1630-1654**. Prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello [Neto]. Nota do Editor (Recife, julho de 1986) por Leonardo [Antônio] Dantas Silva. Prólogo (Recife, 23 de agosto de 1985) do autor. Recife, Governo de Pernambuco - Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco [FUNDARPE] - Diretoria de Assuntos Culturais, Companhia Editora de Pernambuco [CEPE], 1986 (Coleção Pernambucana: 2.ª Fase, v. 25).

90. SEIXAS, WILSON NÓBREGA - **DUARTE GOMES DA SILVEIRA E O ENGENHO SALVADOR**, *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, v. 20, 1974. João Pessoa, Imprensa Universitária da Paraíba, 1974, p. 22-39.

91. SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO - **DO BRASIL FILIPINO AO BRASIL DE 1640**. Prefácio (Lisboa, 1.º de janeiro de 1967) do autor. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968 (Brasiliana, v. 336).

92. SILVA, INNOCENCIO FRANCISCO DA - **DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ. ESTUDOS DE INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA APPLICAVEIS A PORTUGAL E AO BRASIL**. [Continuados e ampliados por Pedro Wenceslau Brito Aranha (do t. X ao t. XX) em virtude de contrato celebrado com o Governo Português, e com um amplo estudo crítico acerca da obra monumental de Alexandre Herculano da Carvalho e Araujo por José Joaquim Gomes de Brito (t. XXI); revistos por José Joaquim Gomes de Brito e Antonio Alvaro Oliveira Toste Neves (t. XXII)] Lisboa, Na Imprensa Nacional, M DCCC LVIII - M CM XXIII [1858-1923], 22 t. [t. I (1858); t. II (1859); t. III (1859); t. IV (1860); t. V (1860); t. VI (1862); t. VII (1862); t. VIII (1867); t. IX (1870); t. X (1883); t. XI (1884); t. XII (1884); t. XIII (1885); t. XIV (1886); t. XV (1888); t. XVI (1893); t. XVII (1894); t. XVIII (1904); t. XIX (1908); t. XX (1911); t. XXI (1914); t. XXII (1923)]

93. SILVEIRA, DUARTE GOMES DA - **INSTITUIÇÃO DO MORGADO "SALVADOR DO MUNDO" Por DUARTE GOMES**

DA SILVEIRA [1.ª ed.], *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO PARAHYBANO, anno III, v. 3, 1911. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1911, p. 409-429.

94. [SUMÁRIO DAS ARMADAS] **História da Conquista da Parahyba por um da Companhia de Jesus escrita nos fins do século XVI a mando do Padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, na Província do Brasil**. [Este é o título da folha de rosto porém nove folhas adiante lê-se o seguinte: **SUMMARIO das armadas que se-fizeram, e guerras que se-deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a provincia do Brasil**]. [5.ª ed.] Apresentação de Berilo Ramos Borba. Apreciação ("Sobre este livro") de Sergio Dantas Carneiro. Nota dos Editores. Introdução ("Memórias Históricas e Geographicas sobre o Brasil") [de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha]. Campina Grande [PB], Fundação Universidade Regional do Nordeste [FURNE]; Campina Grande [PB], Universidade Federal da Paraíba [UFPB] - Campus II, Editora Universitária/FURNE, 1983 (Triênio do Quarto Centenário da Fundação da Paraíba: 1585/ /1985, v. 1).

95. TAVARES, JOÃO DE LYRA - **APONTAMENTOS PARA A HISTORIA TERRITORIAL DA PARAHYBA POR João de Lyra Tavares**. [1.ª ed.] Prefacio (Parahyba do Norte, 12 de fevereiro de 1910) por [José] RODRIGUES DE CARVALHO [Junior]. "Considerações sobre o domínio de Portugal no territorio brazileiro" do autor. PARAHYBA, IMPRENSA

OFFICIAL, [1909,] 1910-1911, 2 v. [v. I (1909) 1910; v. II, 1911]

96. VARNHAGEN (Barão e Visconde de Porto Seguro), FRANCISCO ADOLPHO DE - **HISTORIA DAS LUTAS COM OS HOLLANDEZES NO BRASIL DESDE 1624 A 1654 PELO AUTOR DA** HISTORIA GERAL DO BRAZIL (Com uma estampa). [1.ª ed.] Prefacio do autor. VIENNA D'AUSTRIA, Imp. de Carlos Finsterbeck, 1871.

97. VARNHAGEN (Barão e Visconde de Porto Seguro), FRANCISCO ADOLPHO DE - **HISTORIA GERAL DO BRAZIL ANTES DA SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDENCIA DE PORTUGAL PELO Visconde de Porto Seguro, Natural de Sorocaba**. 2.A EDIÇÃO. MUITO AUGMENTADA E MELHORADA PELO AUTOR. DEDICATORIA a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II pelo autor. PROLOGO do autor. PREFACIO da 1.ª edição pelo autor. RIO DE JANEIRO. EM CASA DE E. & H. LAEMMERT, s.d. [1876], 2 t. [No verso da folha de rosto do t. II lê-se: VIENNA: IMPRENSA DO FILHO DE CARLOS GEROD]

98. VARNHAGEN (Barão e Visconde de Porto Seguro), FRANCISCO ADOLPHO DE - **HISTORIA GERAL DO BRASIL ANTES DA SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDENCIA DE PORTUGAL**. 3.ª EDIÇÃO INTEGRAL [4.ª ed. do t. I]. [Revisão e Notas de João Capistrano Honorio de Abreu e Rodolpho Augusto de Amorim Garcia.] EXPLICAÇÃO [independente no t. I, t. II, t. III, t. IV e t. V] de RODOLPHO [Augusto de Amorim] GARCIA. DEDICATORIA A SUA MAGESTADE IMPERIAL O SENHOR D. PEDRO II (Da

2.ª edição) pelo autor [no t. I]. PROLOGO (Da 2.ª edição) do autor [no t. I]. PREFACIO (Da 1.ª edição) do autor. APPENSO ("Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen") [no t. I] por J[oão]. CAPISTRANO [Honorio] DE ABREU (JORNAL DO COMMERCIO, de 16 e 20 de dezembro de 1878). APPENSO ("Ensaio Bio-bibliographico sobre Francisco Adolpho de Varnhagen Visconde de Porto-Seguro") [no t. II] por RODOLPHO [Augusto de Amorim] GARCIA (JORNAL DO BRASIL, de 29 de junho de 1928). APPENSO ("Sobre o Visconde de Porto Seguro") [no t. III] por J[oão]. CAPISTRANO [Honorio] DE ABREU (Da GAZETA DE NOTICIAS, do Rio, de 21, 22 e 23 de novembro de 1882). PREFACIO (S. Paulo, 25 de maio de 1936) [no t. V] por AFFONSO DE E[SCRAGNOLLE]. TAUNAY. S. PAULO - CAYEIRAS - RIO, EDITORA-PROPRIETARIA COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO (Weiszflog Irmãos incorporada), s.d. [1927-1936 (t. I, 1927; t. II, 1930; t. III, 1931; t. IV, 1934; t. V, 1936)]

99. WÄTJEN, HERMANN Julius Eduard - **O Dominio Colonial Hollandez no Brasil. Um capitulo da historia colonial do seculo XVII**. Traducção de PEDRO CELSO UCHÔA CAVALCANTI Socio do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano. Prefacio (Karlsruhe, junho de 1921) do autor. [1.ª ed. brasileira, existindo ainda uma chamada "*Edição Especial da Companhia Editora Nacional para o Governo do Estado de Pernambuco*", com a mesma data desta, a qual, nada mais é do que a mesma edição com esta alteração na folha de rosto original e com capa dura.] São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1938 (Brasiliana, v. 123).

100. VITERBO (O.F.M.), Frei JOAQUIM DE SANTA ROSA DE - - **ELUCIDÁRIO DAS PALAVRAS, TERMOS E FRASES QUE EM PORTUGAL ANTIGAMENTE SE USARAM E QUE HOJE REGULARMENTE SE IGNORAM: OBRA INDISPENSÁVEL PARA ENTENDER SEM ERRO OS DOCUMENTOS MAIS RAROS E PRECIOSOS QUE ENTRE NÓS SE CONSERVAM**. Edição Crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por MÁRIO FIÚZA Professor Efectivo do Liceu Nacional da Póvoa de Varzim, Ex-Bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, 2 v.

101. ZÚQUETE (Diretor e Coordenador), AFONSO EDUARDO MARTINS - **NOBREZA DE PORTUGAL E DO BRASIL**. 2.ª ed. Apresentação (janeiro, 1960) do Diretor e Coordenador. Prefácio de António [Eduardo Simões] Baião. Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1984, 3 v.

Capa

Quadro de Frans Post (1612-1680), sem data, existente no Museu do Louvre (Paris). É praticamente desconhecido na Paraíba, embora retrate uma paisagem dessa terra. Seu título é "**Uma casa de plantadores na beira do rio Paraiba no Brasil**". Segundo Erik Larsen "*ele deve datar dos anos 1650. Mas foi precedido d'um desenho feito em 1638*".